

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Maria Lana Monteiro de Lacerda**

**“SÚDITOS DO MAL”:  
O COTIDIANO DA REPRESSÃO POLICIAL  
SOBRE OS ALEMÃES EM PERNAMBUCO  
(1937-1945)**

**Recife  
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Maria Lana Monteiro de Lacerda**

**“SÚDITOS DO MAL”:  
O COTIDIANO DA REPRESSÃO POLICIAL  
SOBRE OS ALEMÃES EM PERNAMBUCO  
(1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina Martins Guillen.

**Recife  
2006**

**Lacerda, Maria Lana Monteiro de**

**“Súditos do mal”: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945) / Maria Lana Monteiro de Lacerda. – Recife: O Autor, 2006.**

**149 folhas: il., fig., tab., mapas, quadros.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.**

**Inclui: bibliografia, anexos e apêndices**

**1. História. 2. Estado novo (1937- 1945) - Pernambuco. 3. Polícia – Política. 4. Comunidade – Alemã. - I. Título.**

**981.34  
981**

**CDU (2.  
ed.)  
CDD (22. ed.)**

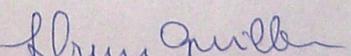
**UFPE  
BCFCH2009/66**

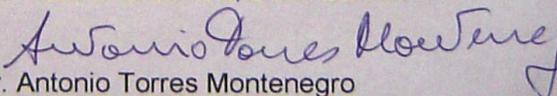


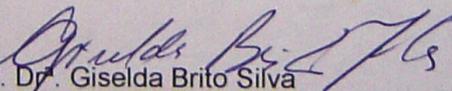
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA MARIA LANA MONTEIRO  
DE LACERDA**

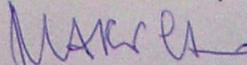
Às 09:00 h do dia 22 (vinte e dois) de Fevereiro de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Maria Lana Monteiro de Lacerda**, intitulada "**Súditos do Mal: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA**" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora), Antonio Torres Montenegro e Giselda Brito Silva. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e a Secretária Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

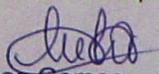
Recife, 22 de Fevereiro de 2006.

  
Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen

  
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

  
Profª. Drª. Giselda Brito Silva

  
Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

  
Marta Lopes Gomes

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus avós,  
que viveram outras histórias e lutas durante os tempos aqui narrados.

## AGRADECIMENTOS

“Sem pedras o arco não existe”, disse Marco Pólo a Kublai Khan, em famoso diálogo. Desta forma a dissertação por hora elaborada não pode ceder espaço apenas às palavras que demonstram e encaminhamento de pesquisas, leituras, inquietações e propostas intelectuais. É preciso nomear, tentar compor uma singela homenagem às diversas referências de amizade e estímulo que pactuaram com este trabalho. Faço então das linhas que se seguem a tentativa de figurar, em agradecimentos, o devotado carinho e respeitoso afeto pelos que me acompanharam nessa jornada.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro de minha bolsa de mestrado.

A minha orientadora Dr<sup>a</sup> Isabel Guillen, que admiro por sua coragem e disposição.

Aos professores do Departamento de História e do Programa Pós-Graduação em História da UFPE, bem como, as atenciosas funcionárias do PPG em História, Marta Gomes, Carmem Santos, Luciane Borba e Dona Maria, sempre disponíveis a ajudar.

Ao companheirismo dos colegas do curso de mestrado: ao fraterno Eraldo, as conversações com Jailson, as subjetivações de Gyslaine, a serenidade de Luzinete, a disposição de Priscila, às angústias com Alessandro, aos “tá ligado” de Bruninho e as ajudas bibliográficas de Thiago.

Aos heróicos funcionários e verdadeiros amigos do Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE, Marivaldo, Ana Catarina Sales, Cristina Moraes, Eli, Beti, Marlene e Sandoval, com especial atenção a Hildo Leal Rosas, que além de suas qualidades profissionais de coordenador, técnico e exímio historiador me cativou com seu espírito guerreiro. Sem o trabalho diário de vocês boa parte dos documentos que pesquisei não existiriam e nem resistiriam às intempéries do tempo e do descaso dos homens.

A FACEPE e aos coordenadores do Projeto *DOPS Imagens Censuradas*, que possibilitaram meu ingresso na iniciação científica fazendo salutar das divergências não só elementos que contribuíram para a pesquisa da dissertação de Mestrado, mas que guardou para sempre em minha memória um rico convívio com pesquisadores e amigos tais como: Marina Sobral, Almir, Elisama Carvalho, Humberto Miranda, Carla Fernanda, Roberto Soares, Bosco, Wilza Betânia, Isabela Lima, Edinaldo Lucena, Lidiane Silva e meu queridíssimo “Huguito” Moura, que continuou depois da competente Emília a me ajudar na gestão deste trabalho garimpando documentos na Hemeroteca, ao mesmo tempo em que estava Camila junto com Janaína.

A todos que foram meus alunos durante a corrida jornada de aluna/professora/aluna, com especial carinho a Érika Morais, Lia Lúcia e Manuela Arruda.

Aos funcionários e professores da UFRPE, com particular carinho: Marcos, Adeildo, Ronaldo, Délio, Ângela Grillo, Cecília Patrício e Giselda Brito.

Aos funcionários da FUNDAJ, em Recife, da biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, do CPDOC/FGV e a minha Tia Antonieta, ambos do Rio, que me ajudaram com bibliografia e documentação.

A Elizabeth Torres, Carla Pinheiro, Marilena Castro, Avelina Brandão e Lúcia Melo que muito me ajudaram a manter minha “*mente sana in corpore sano*”.

A amizade mais que acadêmica de Grazielle, Cláudia, Cibele Barbosa e Cibele Castro, bem como, dos amigos que sempre teimaram em se fazer presentes como Diana, Josemar, Felipão, Castro, Tatiana Ferraz, Evelyne e os colegas do IHO.

A minha madrinha, amiga, conselheira, guru intelectual e espiritual e etc. e tal Marcília Gama da Silva. Não haveria tanta fé para continuar este trabalho se não contasse com suas valiosas sugestões em meio a tua alegria, garra e entusiasmo. Obrigada!

A Ieda Nascimento e sua família pela torcida sempre positiva e animada.

A família Passos, em especial Bruno e Érica que me ajudaram no abstract.

A família Lacerda, pela acolhida de sempre e pelos incentivos.

A minha amada família Monteiro, Vicente, Irailda, Ive e Liv, amparo e força indescritível em todas as horas de minha vida.

A João Felipe por seu sorriso e amizade, pelo companheirismo e por ser o meu amado.

## RESUMO

“SÚDITOS DO MAL”:  
O COTIDIANO DA REPRESSÃO POLICIAL  
SOBRE OS ALEMÃES EM PERNAMBUCO  
(1937-1945)

O presente trabalho tem por objeto de análise as estratégias utilizadas no enquadramento frente aos alemães considerados “perigosos” pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS-PE, entre os idos de 1937 e 1945. Destacando, nesse contexto, as variações nos discursos político-administrativos de segmentos que faziam parte do Regime do Estado Novo, antes e depois do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, observou-se como a comunidade alemã reagiu diante da mudança de comportamento por parte do Estado em relação a eles. O deslocamento de povo trabalhador, próspero, ordeiro e forte, que ajudaria na construção da civilidade brasileira, à construção da idéia e do perfil de “súditos do mal”, dos inimigos da pátria, suscitaram então a necessidade de levantar as práticas de investigação, censura e repressão que colocaram a comunidade alemã na mira da polícia política em Pernambuco.

Palavras-chaves: Estado Novo, Pernambuco, Polícia Política, Comunidade Alemã.

## **ABSTRACT**

**“SUBJECTS OF EVIL”:  
DAY-TO-DAY POLICE REPRESSION  
OF THE GERMANS IN PERNAMBUCO  
(1937-1945)**

The aim of this work is to analyse the used strategies in the repression of germans regarded as “the dangerous” by the Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco DOPS-PE, between 1937 and 1945. Highlighted in this context, the variation in the political-administrative speeches of segments which took part in the new state regulation, before and after the break of the diplomatic relation with the nations of the Eixo, it was also noticed how the german community reacted against the changies of the state behaviour in relation to them. The displacement of the labourer, prosperous and strong people which would help to build the brazilian civilization, the building of the idea and profile of bad vassals and fatherland enemies. These people suscitate, then, the need of raising the habitual investigation, censure and repression which put the german community as the target of the politics police in Pernambuco.

Key words: Estado Novo (New State), Pernambuco, Political Police, German Community.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BR – Brasil

CDR – Casa de Detenção do Recife

CIC – Conselho de Imigração e Colonização

CPDOC- FGV – Centro de Pesquisa e Documentação contemporânea da fundação Getúlio Vargas

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DP – Diário de Pernambuco

DOPS- PE – Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco

FGF – Fundação Gilberto Freyre

FM – Folha da Manhã

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

LSN – Lei de Segurança Nacional

M – Matutino

NSDAP – Partido Nacional Socialista Alemão

PE – Pernambuco

RCP – Repartição Central de Polícia

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SDI – Seção de Documentos Impressos

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

V – Vespertino

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. ESTADO NOVO E QUESTÕES DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL .....	18
1.1. Em Terreno Indesejável .....	20
1.2. Parcerias e Escolhas Possíveis .....	26
1.3. O Poder na Lei .....	34
2. NA REDE POLICIAL: HISTÓRIAS DO REFORÇO DAS ENGRENAGENS POLÍTICAS .....	42
2.1. “A Voz da Verdade” .....	44
2.2. A Construção do Outro .....	46
2.3. O Espírito de Brasilidade na História, na Revolução e na Burocracia .....	50
2.4. O Estado Novo em Pernambuco e a Máquina da Desconfiança .....	56
2.5. Polícia e Política .....	66
2.6. Organizando a Organização Policial .....	69
3. RETRATANDO OS “SÚDITOS DO MAL” PELA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL .....	81
3.1. Os Lugares do Estrangeiro – O Corpo Estranho .....	82
3.2. Os Limites do Admissível .....	88
3.3. Repressão e Punição: uma Arte de Fazer Saber .....	91
3.4. Construindo a Negação da Contradição .....	100
3.5. Enquadrando o Corpo Criminal .....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
REFERÊNCIAS .....	124
ANEXOS .....	136

---

## **INTRODUÇÃO**

A história por hora descrita nesta dissertação busca, sob diferentes ângulos, articular, elucidar e contribuir com caminhos trilhados num presente de outrora. De tal forma a escolha deste trabalho se relaciona, primeiramente, a investigações anteriores desenvolvidas na graduação, que buscaram ao longo do percurso de pesquisas ressignificar-se aos olhos da História.

Tal experiência inicial ocorreu entre os anos de 1999 a 2002, através do projeto de iniciação científica, intitulado: “*DOPS: Imagens Censuradas de 1937 a 1945*”, que contava com o apoio do programa FACEPE-PIBIC-CNPq, em convênio com o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE. Através da identificação, organização e preservação dos documentos iconográficos e textuais, produzidos ou apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS-PE, vislumbrava-se o aprimoramento do acesso aos conteúdos informacionais para fins de pesquisa. Diante do rico acervo da polícia política pernambucana, antes restrito aos porões dos órgãos repressivos, o projeto foi, em sua etapa de pesquisa, estudando as imagens que seriam divididas, principalmente, em três grandes grupos: Comunismo, Nazismo e Integralismo, de acordo com o volume documental que envolvia cada um desses grupos temáticos.

Com o desenvolvimento das leituras e o conhecimento do período em que os documentos foram produzidos, sobretudo observando o que se falava na imprensa da época, foi possível madurar as idéias que levaram ao mestrado em 2003. O cenário múltiplo de uma trama que apresentava como objetivo as relações entre a polícia política e a comunidade alemã, edificadas no contexto do Estado Novo, em Pernambuco, foi selecionado. Entretanto, para que se pudesse dar lugar ao movimento das relações dos atores assinalados tomou-se como objeto de estudo as variações dos discursos político-administrativos de segmentos que, fazendo parte do Regime do Estado Novo, contribuíram para a construção de diferentes mecanismos de exercício de poder. Nesse sentido é importante ressaltar aqui que esse estudo não concebe o poder como algo inerente em si a indivíduos ou instituições como o Estado, nem tão pouco como algo exclusivo das formas políticas; mas sim, como sugere Francisco Falcon em suas reflexões sobre História e Poder, “como um tipo de *relação social* concebida eventualmente como de natureza plural – *os poderes*”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997, pp. 62, grifos do autor.

Desta forma para encaminhar as análises acerca do contexto histórico do aparelho repressivo da DOPS-PE, entre os anos de 1937 e 1945, percebeu-se que entre pesquisadores da ditadura do Estado Novo a centralidade dos debates figurava a partir das ações do nacionalismo autoritário de seu representante político maior: Getúlio Vargas. Questões ideológicas sobre a centralização política do Estado brasileiro, sobre a instituição dos valores do trabalhismo, sobre a “sacralização da política”, sobre as estratégias da difusão e propaganda do regime ditatorial estão presentes em algumas das abordagens hoje clássicas sobre o período<sup>2</sup>. Nos trabalhos de Pandolfi e Almeida, assistimos a relocação de tais debates na figura nacionalmente conhecida por sua atuação no Ministério do Trabalho (1934-1937) e da Justiça (1937 e 1945), o pernambucano Agamenon Magalhães, que personificou com empenho os ideais estado-novistas em sua interventoria em Pernambuco (1937-1945)<sup>3</sup>.

Outros trabalhos revisitaram e revisaram tais abordagens e passaram também a observar a “República Nova”, alardeada pela ditadura, através de suas políticas de vigilância e repressão a segmentos da sociedade<sup>4</sup>. Em sua obra “o mundo da violência”<sup>5</sup> a pesquisadora Elizabeth Cancelli explorou, por exemplo, a partir do caso do Distrito Federal, localizado na época no Rio de Janeiro, a utilização da mítica da violência na dinâmica interna e externa do aparato policial, bem como este se organizava burocraticamente para, diante das leis e condutas totalitárias do regime, perseguir e reprimir, nas ruas e nas prisões, os considerados opositores do *status quo* vigente.

---

<sup>2</sup> LIPPI, L. Oliveira. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982; GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Vértice; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1982; \_\_\_\_\_ e D’Araújo, Maria Celina, **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Ática, série primeiros princípios, 1989; LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Ed. Papyrus/UNICAMP, 1986; SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991; CAPELATO, M<sup>a</sup> Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Ed. Papyrus, 1998.

<sup>3</sup> O trabalho de Pandolfi retrata a trajetória política de Agamenon Magalhães desde os anos 1930 até sua morte em agosto de 1952, estendendo-se até 1958, quando seus aliados políticos perdem a continuidade de mandatos. Já o trabalho de Almeida analisa a interventoria a partir da Folha da Manhã considerada a imprensa oficial do regime do Estado Novo em Pernambuco e de propriedade de Agamenon Magalhães. Ver respectivamente PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed. Massangana, 1984  
ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A Construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco. (1937 – 1945)**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2001.

<sup>4</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. 2<sup>a</sup> Edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995; PANDOLFI, Dulce. ... [et. al.] (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999; FERREIRA, J. & DELGADO, Lucília A. N. (Org.) **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>5</sup> CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência – A polícia da era Vargas**. 2<sup>a</sup> Edição. Brasília: Ed. UNB, 1994.

Nesse sentido, a exemplo da contribuição de vários Programas de Pós-graduação em História de todo País, em Pernambuco já podem ser estudadas produções que configuram diferentes formas e grupos alvejados pelo sistema de repressão da ditadura. Dentre elas destacam-se: Giselda Brito Silva, sobre a questão referente a Ação Integralista Brasileira em Pernambuco; Zélia de Oliveira Gominho, sobre a Campanha contra Mocambos; Susan Lewis acerca do Anti-Semitismo em Pernambuco; José Maria Souza Neto, sobre a questão da Propaganda seus “engenhos de sons, imagens e palavras”; e Zuleica Dantas Campos, sobre a repressão às religiões afro-umbandistas.

Trabalhos que encaminhavam análises específicas da atuação policial até então, devido às restrições legais de acesso às informações consideradas sigilosas, buscaram, em diferentes temporalidades, um diálogo com ênfase na documentação disponível, como a ministerial e a diplomática. Mas foi ao longo da última década do século XX, com a progressiva extinção das polícias políticas no País, que pesquisas, dentro e fora do Brasil<sup>6</sup>, puderam focalizar a estrutura dos acervos inéditos das Delegacias de Ordem Política e Social.

No caso de Pernambuco isso aconteceu quando, entre os anos de 1991 e 1992, na conjuntura política do governo Miguel Arraes, ocorreu não só o recolhimento dos arquivos DOPS, ainda pertencentes à Secretaria de Segurança Pública, para o Arquivo Público do Estado, mas a sua abertura à consulta pública<sup>7</sup>. O trabalho pioneiro que utilizou esse acervo foi a dissertação “O DOPS e o Estado Novo: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco, 1930 – 1945”, de autoria de Marcília Gama da Silva. Na análise da pesquisadora, a DOPS-PE foi fruto de um dinâmico processo de sistematização administrativa que ocorreu desde o início dos anos de 1930. No curto intervalo de tempo, dos anos de 1934 a 1935, a Secção de Ordem Política e Social fora elevada a Inspetoria e logo depois a Delegacia, demonstrando a grande sintonia entre os interesses de legitimação e centralização do regime e a ampliação das forças

---

<sup>6</sup> Ver por exemplo: HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997; HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. Lólio Lourenço ;de Oliveira. São Paulo: Cortez Editora, 1998; ROSE, R. S. **Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e o Controle Social no Brasil – 1930-1945**. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 2001.

<sup>7</sup> Na mesma época, estados como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo passaram por processo semelhante de acessibilizar seus acervos DOPS. No caso do Rio de Janeiro após a extinção da polícia política, em 1983, os acervos foram entregues a Polícia Federal sendo recolhidos para o arquivo público a partir de 1992 e disponíveis ao público em 1993, como atestam pesquisadores cariocas no trabalho APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993, pp. 19.

repressivas do Estado combatendo seus críticos ou potenciais ameaças, tais como os comunistas e os integralistas.

Os relatórios e dossiês de investigação, censura e repressão permitiam assim que tanto a polícia quanto o governo efetivassem maior controle político e social utilizando essas informações a medida que se construíssem os elementos apontados como perigosos comprovadamente culpados ou simplesmente suspeitos. Os chefes de polícia por sua vez foram assumindo importante papel na alta hierarquia governamental. Filinto Muller centralizou o controle policial no Distrito Federal e em Pernambuco, durante o Estado Novo, destaca-se a atuação de Fábio Correia na DOPS-PE, mantendo uma posição tão estratégica quanto a do próprio secretário de segurança pública, Etelvino Lins.

Do ponto de vista deste estudo, para compreender então como as atitudes da polícia de ordem política e social se voltaram contra os imigrantes alemães recorreu-se também a estudos que apontavam informações sobre as relações internacionais do governo Vargas<sup>8</sup>. Identificado em larga escala com a política dos movimentos nazi-fascistas, que principalmente despontaram no cenário europeu entre as décadas de 1930 e 1940, o governo brasileiro tinha a Alemanha como modelo de nacionalidade e reconhecia seu povo como trabalhador, próspero, ordeiro e racialmente forte. Além de possuidora de características salutares, que ajudariam na construção da civilidade brasileira, era também a Alemanha um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Em respeito ainda, a outros importantes parceiros comerciais, como os Estados Unidos e o Reino Unido, a política da “boa vizinhança” e ao pan-americanismo o governo Vargas desempenhou um “duplo jogo”, onde procurava garantir vantagens recíprocas sem ter que se posicionar abertamente em nenhum bloco de poder externo.

No plano interno os reajustes necessários ao projeto de forte centralização política exigiram ações que enaltescessem a ordem e a segurança públicas, o nacionalismo e a soberania nacional. Em decorrência disto as rupturas no sentido de deslocamento para a

---

<sup>8</sup> GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, Col. "Ensaio e Memória" n. 4, 1977; HILTON, Stanley. **O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945 (Cinco Estudos)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; \_\_\_\_\_. **O Brasil e as Grandes Potências (1930-39): Os aspectos políticos da rivalidade comercial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira, **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. UNB, 1983; MACCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995; ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Puc- Rio / Loyola, 2002.

construção da idéia do perfil de “súditos do mal”, dos inimigos da pátria, suscitaram a necessidade de levantar como vinha sendo desenvolvida a questão alemã no percurso do Estado Novo. E para tanto dois contextos específicos se ressaltaram. Primeiro diante da campanha de nacionalização das comunidades estrangeiras residentes no País, que a partir de 1938 ficava estabelecida na legislação. E segundo, em 1942, quando pelos ditames da Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro oficializa o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo.

Seguindo, pois desta problemática da questão alemã durante o Estado Novo figuram vários apontamentos na historiografia que tem focado os mecanismos de organização, difusão, propaganda, partidarismo e espionagem nazista; as identificações entre as ideologias fascistas dos partidos Nacional-Socialista Alemão e Integralista Brasileiro; e as resistências, políticas e culturais, de parcela dos povos germânicos no Brasil<sup>9</sup>. No tocante a implantação de práticas de repressão aos alemães pelos órgãos policiais ganham destaque, contudo, as contribuições de Priscila Perazzo<sup>10</sup> e a recente tese de Susan Lewis<sup>11</sup>. Neles puderam-se levantar várias referências de práticas de investigação, censura e repressão que colocaram a comunidade alemã na mira da polícia política em todo o território nacional.

Diante do exposto, o trabalho que se segue revisitou em seu primeiro momento o contexto do período mencionado, enfocando algumas questões dos estrangeiros no Brasil tais como: a construção do estrangeiro indesejável em meio a nova ordem mundial que admitia regimes totalitários como alternativa ao comunismo; algumas escolhas brasileiras diante da conjuntura internacional das disputas políticas e econômicas pela hegemonia entre as nações; e uma análise das legislações nacionalizantes em relação aos estrangeiros. Na segunda parte

---

<sup>9</sup> PY, Aurélio da Silva. *A quinta coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942; HILTON, Stanley. **Suática sobre o Brasil: A História da Espionagem Alemã no Brasil (1939-1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987; COHEN, Esther. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1988; MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986; MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1996; MAGALHÃES, Marionel Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998; SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, Resistência e Adaptação: Os Alemães em Passo Fundo e Carazinho Durante o Estado Novo**. Passo Fundo: Mestrado e História, UPF, 2002.

<sup>10</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias, v.01. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999; \_\_\_\_\_. **Prisioneiros de Guerra: Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2002.

<sup>11</sup> LEWIS, SUSAN. **Indesejáveis e Perigosos na Arena política: Pernambuco, o Anti-Semitismo e a Questão Alemã em Pernambuco**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2005.

apresenta estratégias do novo governo na promoção do Estado Nacional, através da figura do líder; da construção do outro que não fazia, ou não deveria fazer parte, do “nós,” daqueles que exemplificavam a nova brasilidade; e da sistematização do organismo da burocratização do Estado, expondo o caso em Pernambuco e na organização policial. Por fim, na terceira parte observamos que identificados ou não, direta ou indiretamente, ao regime nazista os estrangeiros alemães passam a ser enquadrados como a encarnação de um mal que extrapolou as fronteiras do discurso policial, chegando à sociedade por diferentes meios.

\*\*\*

---

**1. ESTADO NOVO E  
QUESTÕES DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL**

Domar, aprisionar e formar os sentidos foram alguns dos pressupostos políticos caros à parte da sociedade civil brasileira durante as décadas de 1930 e 1940. Valendo-se de signos generalistas contra os inimigos e de cordialidade para afastar o espectro das lutas sociais, ou utilizando-se de força física, a República Brasileira foi sendo marcada por diversos e violentos enfrentamentos.

Através do que se deveria saber, do que era digno de ser visto, conhecido e lembrado, gestava-se, contudo, no campo político imagens que esmaeciam as lutas e resistências pela consolidação e manutenção do poder.

No dia a dia da população novas formas de controle social atuaram nesse sentido. A doutrinação, a propaganda e a ação policial politizadas agiram, por exemplo, de modo a transformar a sociedade como um todo, sedimentando que a idéia de reprimir as instabilidades, como um dos caminhos oficiais para liberdade da maioria, deveria se fazer naturalmente viável.

A coroação de um regime despótico de centralização política resultaria de uma necessidade que julgava diante da falência dos princípios liberais a relação de força e lei, onde a unidade do todo, representada no Estado Nacional, é que deveria se sobrepôr às vidas particulares. E eis que se edificou, através de um golpe, a primazia da autoridade no Estado Novo. “Um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil”<sup>12</sup>.

Para compreender, portanto como um dos elementos de legitimação do projeto autoritário e nacionalista do governo Vargas, a polícia política, demarcou entre múltiplos “perigos” a comunidade alemã, serão observadas, em princípio, um prisma de discursos e imagens construídas no Estado Novo acerca da questão do estrangeiro no Brasil e suas vinculações no campo das relações econômicas e frente à legislação.

Nesse sentido, apesar dos múltiplos sentidos que a palavra imagem pode possuir, será trilhado o caminho de que ela nem sempre remete ao visível. Mas que como produção discursiva de poder a imagem pode tomar alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, terá seus usos e significações articulados na produção do sujeito histórico, que a

---

<sup>12</sup> PANDOLFI, Dulce. “Os anos de 1930: as incertezas do regime”. IN: Ferreira & Delgado, **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.15.

produz ou reconhece<sup>13</sup>. Imagens de poder serão assim observadas via discurso das práticas e intentos de um regime que se julgava guardião, a qualquer preço, do princípio de autoridade e da ordem, da segurança e soberania nacional.

\*\*\*

### **Em Terreno Indesejável**

*“O problema do estrangeiro indesejável, que constitui uma constante ameaça a tranqüilidade pública e a economia do povo, não é apenas um problema nosso, mas de todo o mundo”*

Agamenon Magalhães, 1938.

Se por um lado não se fixavam limites para a imigração portuguesa, do outro os negros e asiáticos, sobretudo os japoneses, já vinham, sendo há décadas, legalmente discriminados<sup>14</sup>. Traziam no corpo, nas características físicas, as marcas do ”perigo social” que o regime procurava combater. Tratava-se então de empreender por outro lado, mais delicado, uma luta titânica para estabelecer em meio à insegurança e indecisão da infiltração externa quais seriam os referenciais de corrosão que os elementos misteriosamente disfarçados sobre a brancura européia representariam para a nação.

O discurso mítico do “complô internacional”<sup>15</sup> passou nesse cerne a sedimentar que no combate a esse “desconhecido” seria aceitável e inquestionável qualquer ação repressiva por parte do governo Vargas, sobretudo na medida em que esses agentes internacionais deixassem de ser secretos ao conhecimento do regime e da sociedade.

Edificando o discurso de salvar a pátria em perigo, alguns arautos do governo foram assim idealizando junto a opinião pública imagens como a dos “insolúveis”, dos

---

<sup>13</sup> JOLY, Martine. **Introdução a Análise da Imagem**. 3ª edição, Campinas, SP: Papyrus, 1996, pp. 13.

<sup>14</sup> A cláusula do decreto 528, de 1890, que excluía do acesso de franca entrada nos portos os “indígenas da Ásia e África” foi uma das primeiras provas deste caso. Depois da ampliação de regulamentações acerca da proibição de entrada e expulsão de estrangeiros, nos anos 20, a legislação da década de trinta estabeleceu uma rigorosa política de cotas (tanto para entrar no país como para trabalhar em firmas comerciais ou industriais) levando em consideração o valor de 2/3 de migrantes por nacionalidade, fato que atingiu especialmente os grupos possuíam menos incentivo para entrar no país: os negros e os asiáticos. Ver Lenharo, *Op. cit.*, pp. 125-126 e Ventura, *Op.cit.*, pp. 63.

<sup>15</sup> ARENDT, *Op. cit.*

“inassimiláveis”, dos “inferiores” e dos “metecos indesejáveis”<sup>16</sup>. A partir dessa retórica de adjetivações desvelavam-se do signo do perigo oculto não só os eleitos inimigos da pátria brasileira, mas os objetos ou alvos mais comuns a serem atingidos: “*o comunismo, o judaísmo universal e os indivíduos de valor negativo nas comunidades*”<sup>17</sup>.

Sem uma filiação precisa em termos de nacionalidade, mas mesclando aspectos políticos, econômicos e raciais essas classificações, que tracejavam o terreno dos indesejáveis, emergiam em consonância intrínseca com os fatos que rodeavam a conjuntura nacional da época e como argumentos de respostas às instabilidades.

Considerado um dos “produtos importados a realidade nacional”, o comunismo foi uma das tendências mais amplamente combatida pelas diretrizes autoritárias que inaugurariam a Carta de 1937. Mas as desarticulações físicas de grupos como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Intentona Comunista em 1935<sup>18</sup> não foram, por exemplo, o bastante para que se concretizassem medidas fortalecedoras do Estado em nome da Segurança Nacional.

A idéia da constante ameaça vermelha, trazida pela infectabilidade estrangeira, identificada na preparação de uma suposta insurreição comunista, divulgada no chamado “Plano Cohen”, é que catalisou a legitimação do golpe do Estado Novo. Documento político que a historiografia considera uma peça de ficção o Plano atingiu, contudo, o “efeito de verdade” desejado pelos que elaboraram seu discursivo de poder<sup>19</sup>: disseminar o medo e os

---

<sup>16</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 20.04.1938M, “Contra os estrangeiros indesejáveis”, pp.8; Idem, 06.05.1938, “Para sanear o paiz”, pp.8; Idem, 11.06.1938M, “A regulamentação da expulsão de estrangeiros”, pp.3.

<sup>17</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 03.08.1938M, “Expurgando o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis”, pp.3.

<sup>18</sup> A ANL foi uma organização de massas de esquerda que destacava propostas antiimperialistas, antifascistas, de moratórias, de nacionalização e facilitação de aquisição de bens, trabalho e terra, e de um governo de caráter popular (BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 28617, fl. 122). Após seu curto período de legalidade, vigente entre março e julho de 1935, a ANL passou a organizar uma conspiração que ficou conhecida como Intentona Comunista. Sem sucesso contra as forças legalistas os levantes de novembro realizados em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro geraram uma grande caça aos comunistas em todo país e a deportação de vários estrangeiros. (BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 30625, livreto da imprensa oficial, editado em 1940, contendo uma das “relações dos implicados no movimento extremista de 1935”).

<sup>19</sup> De acordo com Foucault o discurso de poder desloca os sentidos de verdadeiro ou falso no que se diz. Cabe ao historiador observar criticamente as relações que estes sentidos estabelecem num jogo de “vontades de verdade” e que ajudam a produzir efeitos de verdade em suas redes sociais, quer apoiando-se em instituições quer apoiando-se em um conjunto de práticas. Ver FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003 pp. 17-20.

argumentos necessários para empreender a luta anticomunista contínua do novo Estado Nacional.

Em decorrência destes episódios que davam comprovação social da infiltração do “credo da cor vermelha” a ressonância da ameaça representada nos estrangeiros encontrou mais um campo fértil. Apontava-se com frequência, como estratégia de convencimento, que os comunistas eram predispostos a destruição da família, da religião, do direito a propriedade, que transformariam a pátria em uma colônia a serviço de Moscou, e que marginalizariam as aspirações morais, artísticas e intelectuais tanto na sociedade quanto no Estado, provocando os mesmo efeitos catastróficos demonstrados pelo liberalismo<sup>20</sup>. O ambiente de desconfiança que se instalava procurava assim sedimentar que símbolos e valores importantes, do que se julgava ser a “comunidade de sentidos”<sup>21</sup> dos brasileiros e do mundo<sup>22</sup>, estavam sendo ameaçados.

No que diz respeito aos judeus a situação não era menos conflituosa. No campo religioso o antigo anti-semitismo vinha à tona tanto nas oposições teológicas e litúrgicas com o catolicismo como, mais comumente, na acusação de terem sido eles os responsáveis pela morte de Cristo. Dentro dos critérios raciais modernos as desvantagens de sua posição inferiorizada se tornavam a cada dia mais propagadas como uma teoria política, sobretudo pelas práticas eugenistas dos nazi-fascistas. Além disso, eram considerados de origem “supranacional”, como “apátridas” que se aproveitavam de distintas nacionalidades (poloneses, russos, alemães, etc.) para migrar em massa ao Brasil, chegando a constituírem cerca de 45% a 50% dos imigrantes vindos do leste europeu<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 1066, panfleto: “Os Dois Rumos”, s/d.

<sup>21</sup> De acordo com Baczkó o que chama de imaginação social se assenta na construção da vida coletiva através do uso de símbolos e representações. Estes, por sua vez, só tem eficácia quando residem na comunidade de sentidos com que um dado grupo se identifica. Utilizando-se do discurso do terror, da descristianização, do socialismo soviético, da perda da propriedade e da família procurava-se, no contexto brasileiro, tornar visíveis imagens de oposições como artifício que desmascararia o inimigo. BACZCO, Bronislaw. *“Imaginação Social”*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. v. 05, pp. 309-310.

<sup>22</sup> As notícias e imagens de igrejas destruídas, mulheres e crianças mortas, como prova e advertência das atrocidades mundiais dos comunistas que poderiam ocorrer também no Brasil, encontravam como exemplo frequente a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Ver BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 15.03.1938V, “As Atrocidades da Guerra da Espanha”, pp. 1 e BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 4938, cartaz: “Veja o que os comunistas estão fazendo na Espanha! O mesmo farão no Brasil!”.

<sup>23</sup> Segundo Jeffrey Lesser em busca de melhores condições de vida, sobretudo após a primeira guerra e a revolução russa, “em meados dos anos 20, mais de 10% dos judeus que emigravam da Europa escolhiam o Brasil como seu destino e, no início da década de 30, a população judaica do Brasil aproximava-se de sessenta mil”. *Apud* LEWIS, Susan. **O Anti-Semitismo em Pernambuco no Estado-Novo: 1937-1945**. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, UFPE, 1997, pp. 22.

Argumentava-se também que eram avessos ao trabalho agrícola e que vivam, aos milhares, irregularmente nas cidades “exercendo o comércio e a usura prejudicando a economia nacional”<sup>24</sup>. Dentro desta linha de argumentação propagava-se com freqüência que os judeus monopolizavam os empréstimos a juros, o comércio à prestação, que confabulavam “trusts” e que desejavam dominar totalmente a economia das cidades brasileiras.

Associando-se a essas práticas criavam-se vários perfis estereotipados de imagens de um poderio sobrenatural dos judeus como sendo inescrupulosos-devoradores como “polvos tentaculares”<sup>25</sup>, de “ave de rapina” e do “homem invisível”<sup>26</sup> que fluidamente atravessavam a vida nacional. Difundindo o medo na população, buscava-se demonstrar que as ações judias “visceralmente urbanas” podiam ainda aglutinar-se em guetos. Tal fato era dito, por sua vez, como discurso de sustentação da mítica possibilidade de criação de um Estado de Israel no Brasil<sup>27</sup>, além de ser apontado como situação favorável a “organização e manutenção do comunismo internacional”<sup>28</sup>. O complô político-econômico para a dominação mundial dos judeus configurava-se assim como uma “força oculta” onde as ambivalências e paradoxos de corpos inassimiláveis poderiam infectar a nação seja em nome do capitalismo e do lucro, seja em nome do comunismo, marxismo e revolução internacional<sup>29</sup>.

Quanto aos indivíduos de valor negativo, aí residiam todo e qualquer imigrante que significasse um entrave aos projetos nacionais demonstrando pretensões de não abasileiramento. Embasando-se, por exemplo, na existência de um grande número os núcleos coloniais alemães, sobretudo no sul do país, estes eram, volta e meia, exemplificados na

---

<sup>24</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 04.07.1938M, “O problema da imigração”, pp.3.

<sup>25</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 29.12.1937M, Editorial, pp.3.

<sup>26</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 06.01.1938M, “Todos Judeus”, pp.3.

<sup>27</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 06.08.1938M, “Dissolvendo as Organizações Sionistas”, pp.3.

<sup>28</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 07.12.1938M, “Hospedes perigosos”, pp.3. Outra referência de que os judeus possuíam fortes vínculos com o comunismo vinha da Alemanha onde segundo Cancelli “explorava-se a batida crença da direita internacional de que o judeu apátrida e cosmopolita tendia para o internacionalismo vermelho” em decorrência de sua postura contestatória, antiburguesa e crítica em relação aos programas e a repressão legal do governo nazista. CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência – A polícia da era Vargas**. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UNB, 1994, pp. 128-129.

<sup>29</sup> O intelectual integralista Gustavo Barroso em suas obras, como “*História Secreta do Brasil*” e “*Brasil, Colônia de Banqueiros*”, retratou bem essas ambivalências e paradoxos. Influenciando pelos “*Protocolos dos Sábios de Sião*” (obra considerada apócrifa, que foi difundida na década de 1920 e era composta por palestras onde os judeus esclareciam como dominariam o mundo) mascarou a postura religiosa e racial da questão judaica sob aspectos predominantemente políticos e econômicos. Denunciava que o perigo judaico se achava infiltrado em todas as nações através organizações secretas e de exploradores capitalistas, como os negociantes e banqueiros, que com seu poderio estimulavam as revoluções e, por conseguinte o comunismo e suas idéias internacionalizantes. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 60-61 e LEWIS, S. *Op. cit.*, pp. 38-40.

imprensa como enclausurados étnicos e não assimiláveis culturalmente. Mas a problemática aí, diferentemente do que ocorria com os grupos degenerescentes de “sangue negro ou amarelo”, envolvia nacionalmente mais a questão daqueles que não desejavam se integrar e colaborar com a constituição do “ser” brasileiro.

Desta forma o discurso do perigo das “minorias inassimiláveis” ameaçadoras da segurança nacional e mundial, por suas pretensões de separatismo, era no início do Estado Novo bem mais propagado sobre o impulso da imprensa francesa, inglesa e norte-americana, que demonstravam claramente o receio do imperialismo e da ascensão do nazismo desenvolvido por imigrantes ou descendentes germânicos no continente americano:

“Onde os alemães vivem apenas disseminados não farão mais do que auxiliar a ‘Gestapo’ de conformidade com o juramento de obediência incondicional. Nos Estados em que são mais ou menos numerosos, procuram os alemães constituir-se em minoria nacional, filha da mãe pátria que intervirá para lhes assegurar os direitos minoritários e o desenvolvimento a que possa proceder-lhes a libertação”<sup>30</sup>.

Curioso é, pois perceber que vários brasileiros desfilaram no rol dos indesejáveis dentro desta argumentação acerca do perigo internacional. Isto é, que se tornaram eles próprios análogos ao inimigo externo.

Passado então pouco tempo de atuação do Estado Novo o combate aos dissídios da descentralização do poderio das velhas oligarquias, das insubordinações militares e das infiltrações das “idéias exóticas”, identificadas com o comunismo e com o judaísmo, não catalisavam sozinhos as preocupações do governo. Antigos aliados se configuravam como novos inimigos quando tornados equivalentes a figura exógena. A ameaça das cores<sup>31</sup> ampliava-se. Esse era o caso dos integrantes do movimento da Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 17.05.1938M, “Infiltração Estrangeira no Brasil – minorias inassimiláveis e perigosas”, pp. 5. Trata-se da reprodução de uma matéria da imprensa francesa sobre a problemática das “minorias germânicas” no sul do Brasil.

<sup>31</sup> Se constantemente em termos raciais se exaltava a cor branca em detrimento da amarela e da negra, a subversão comunista era identificada por sua vez com a cor vermelha. No entanto, a repressão não se circunscrevia a essas possibilidades e encontrava margem para ser aplicada a todos os opositores do regime fossem quais fossem as suas cores.

<sup>32</sup> Identificados pela cor de seus uniformes os camisas-verdes fundaram oficialmente em 7 de outubro de 1932 a AIB – Ação Integralista Brasileira. Congregavam admiradores do fascismo italiano e defendiam a criação de um partido único. Organizados em estruturas paramilitares, que defendiam o lema “Deus, Pátria e Família”,

Para o governo Vargas a união interna era concebida como indissolúvel e exercida de forma direta, sem mediadores. Provas de insatisfação interna para com o novo regime estavam terminantemente censuradas, ficando os partidos políticos extintos e proibidas todas as milícias e organizações auxiliares civis<sup>33</sup>. Nesse contexto de restrições, a AIB, que fora considerada um exemplo ordeiro pelo próprio presidente<sup>34</sup>, metamorfoseou-se em inimigo do Estado Novo depois do “Putsch Integralista” entre março e maio de 1938.

As repercussões destes assaltos geraram articulações de combate à idéia de negar as divisões e fraquezas internas deslocando-as para um outro que vinha de fora. Os ventos malignos não deveriam soprar da terra brasileira, pois nela não poderia haver “interesses contra a nação”<sup>35</sup>. E de tal forma as repercussões da imagem dos integralistas passou a ser igualada aos judeus e comunistas<sup>36</sup> em grau de sornateira e covarde tentativa de desarticulação de regimes políticos, somando-se a isso a influência do modelo fascista italiano e das supostas ligações com a Alemanha Nazista, que lhe haviam conferido auxílio para tomada do poder<sup>37</sup>.

Dentro dos projetos de relações internacionais do Brasil o discurso de combate aos “descontentes”, “assaltadores”, “fanáticos desordeiros” e “audaciosos” identificados no Estado Novo com os integralistas precisava, contudo, ser bem articulado. Diferentes dos comunistas que eram combatidos mundialmente de forma ampla desde a Revolução Russa de 1917 os grupos nacionalistas, que adotavam o autoritarismo de direita antiliberal, estavam em ascensão em vários países<sup>38</sup>. O Brasil mesmo se situava nesse rol e procurava demonstrar que internamente não admitiria divisões do poder. Mas externamente as relações de força eram outras. Era necessário se colocar diante das nações mundiais como regime genuinamente brasileiro sem, contudo, se identificar abertamente com modelos políticos estrangeiros.

---

mobilizaram vários segmentos da população em todo Brasil, especialmente entre os militares e católicos. Segundo Hilton os integralistas, entre 1935 e 1936, possuíam cerca de 500 mil a 800 mil integrantes em todo país. Ver HILTON, Stanley. **O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945 (Cinco Estudos)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, pp. 45. Com exceção da breve oposição, que se restringia ao campo político eleitoral durante a campanha para sucessão presidencial (1936-1937), estiveram os integralistas mesmo assim bastante afinados com os projetos anticomunistas e de fechamento do regime por Getúlio Vargas chegando a ter participantes na elaboração, junto com generais do exército, do Plano Cohen.

<sup>33</sup> Ver Decreto Federal nº 37, editado em 02 de dezembro de 1937 (HILTON, *Op. cit.*, pp. 52).

<sup>34</sup> Ver BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 1066, panfleto: “O que pensa o presidente Vargas sobre o Integralismo”.

<sup>35</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 16.05.1938V, “A Nação Vitoriosa”, pp. 3.

<sup>36</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 17.05.1938V, “Onde não há diferença”, pp. 3. Compara-se aqui o assalto ao Catete feito pelos integralistas aos Levantes de 1935, bem como, ao estereótipo da traição judaica.

<sup>37</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 13.05.1938M, “Comandados por estrangeiros”, pp.11; e Idem, 18.05.1938M, “O Integralismo tinha ligações no Estrangeiro”, pp. 16.

<sup>38</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarita. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995, pp.116.

Neutralizar oposições e contrair diversos parceiros políticos e econômicos era fundamental em um mundo tomado por seqüelas das recessões, por guerras e colônias.

Visando neutralizar todo e qualquer excesso que as relações internacionais pudessem exercer internamente no Brasil, buscava-se assim estratégias que servissem de pretexto para manter as ações de poder do regime em grau diferenciado quanto a demarcação de um referente inimigo ou possível aliado, sobretudo quando se tratava das implicações na organização econômica do País.

\*\*\*

### **Parcerias e Escolhas Possíveis**

*“A interdependência econômica é, um fato incontestável...  
Só há uma atitude a seguir. Procurar a melhor forma de adaptação”.*

Agamenon Magalhães, *Idéias e Lutas*.

Depois da crise internacional da Grande Depressão de 1929 as redefinições no campo da política e da economia sublinharam ações muito mais intervencionistas por parte dos Estados-Nação em todo o mundo. Garantir condições de proteção do mercado e assegurar seu desenvolvimento futuro era a grande necessidade diante das incertezas da ordem comercial liberal que ruíra.

No caso brasileiro entre esse contexto de nacionalismo e protecionismo, que adentra e se amplia nos anos trinta, encontravam-se ainda muito latentes as amarras de uma economia fundamentalmente agrária e centralizada na monoprodução. Com setenta por cento da população residindo no campo, com alto contingente de analfabetos, com poucas cidades populosas e com um setor primário que ultrapassava os 66% das atividades econômicas de um país com poucos investimentos na infra-estrutura, o Brasil dispunha de poucas chances para estabelecer alternativas próprias para estancar sua condição de “economia periférica”<sup>39</sup>.

Bem verdade que foi a partir do governo Vargas que houve a sistemática centralização das políticas econômicas internas de caráter nacionalizante. Desenvolvidas via ação estatal

---

<sup>39</sup> ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Puc- Rio/ Loyola, 2002, pp. 54-55.

efetuaram-se várias reformas no campo das relações de trabalho<sup>40</sup> e em termos de realizações institucionais foram criados institutos, autarquias e conselhos econômicos<sup>41</sup>. Além disso, “as companhias de seguro, como os bancos, passam a sofrer regulamentação governamental, e as firmas estrangeiras já operando no país são autorizadas a continuar, sendo vedada a vinda de novas seguradoras do exterior”<sup>42</sup>.

Contudo, visando estabelecer uma política de desenvolvimento industrial que alterasse os males da tradicional “vocação agrária”, o governo brasileiro voltou-se para barganhar vantagens em termos de política externa. As fissuras abertas pelo confronto armado da Primeira Guerra até a crise de 1929   que haviam apontado estrategicamente possibilidades de incremento e de redefini o da inser o brasileira frente às atividades industriais. A substitui o de importa es, por exemplo, que se tornara necessária para suprir a demanda interna, foi impulsionada desde então. Mas afora os bens de consumo e o crescimento de setores como a indústria têxtil, farmacêutica, de cimento e papel<sup>43</sup>, a dependência em rela o ao mercado internacional permanecera grande.

Como boa parte das arrecada es nacionais era apurada pela exporta o de produtos primários e alimentares tais como o café, o a o ar, o cacau, o fumo, o couro e o algodão, estabilizar um balanço de pagamentos vencendo os desequilíbrios dos choques externos passou a exigir do governo pragmatismo no encaminhamento das decisões de acordos diplomáticos para garantir rela es favoráveis no comércio internacional. As parceiras comerciais compensadas com crescente participa o da Alemanha e a influência da política de boa vizinhança e do pan-americanismo dos Estados Unidos no comércio r ciproco foram exemplares nesse sentido.

---

<sup>40</sup> Logo no período do Governo Provisório de 1930 várias medidas na área das rela es de trabalho foram feitas. Destacou-se a cria o dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e o de Educa o e Saúde Pública. No tocante   política nacional para o trabalho foram promulgadas e regulamentadas várias prote es legais ao trabalhador. Enfocando apenas categorias urbanas restritas ao contrato formal de trabalho essa política procurou reforço na legisla o sindical como uma via de arbitrar os conflitos entre patrões e empregados, bem como, desmobilizar os movimentos trabalhistas e operários (Ver GOMES, Ângela de Castro. **A Inven o do Trabalhismo**. São Paulo: V rtice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982).

<sup>41</sup> Alguns exemplos são: Conselho Nacional do Café (1931) depois Departamento Nacional do Café (1933); Conselho Nacional do Comércio Exterior (1934); Conselho Nacional do Petróleo (1938); Conselho Nacional de águas e Energia Elétrica (1939); Instituto de Resseguros do Brasil (1939); Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Companhia Vale do Rio Doce (1942).

<sup>42</sup> LEOPOLDINI, In: FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia A. N. (Org.) **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2003, pp. 266.

<sup>43</sup> HILTON, Op.cit., pp. 63.

Com poucas divisas e desejosa de parceiros dispostos a comprar suas manufaturas e negociar matérias-primas de que carecia para seu parque industrial, a Alemanha nazista procurou inserção em curto prazo na “economia das grandes áreas” direcionando seu comércio exterior para países nominalmente soberanos, mas que dependiam fortemente do abastecimento do mercado internacional e que tinham a economia primário-exportadora como carro chefe. Sem uma forte rede de colônias, protetorados ou Estados-satélites os alemães marcaram uma corrida por parceiros comerciais como o Brasil, que atendia em grande medida o perfil que se procurava. O ano de 1934 marcaria assim até meados de 1939, com as interrupções da guerra na Europa, um período de promissoras parcerias entre o Brasil e a Alemanha.

Estas parcerias se caracterizaram primordialmente por trocas comerciais que dispensavam como base a utilização de moeda. Tratando então de incrementar o comércio pela execução de uma espécie de escambo foi esquematizado o chamado comércio compensado<sup>44</sup>. Nele, vendendo matérias primas à Alemanha, o Brasil receberia depósitos em marcos de compensação (marco ASKI). Estes por sua vez possibilitariam a aquisição de produtos industrializados e tecnologia alemã. As vantagens de tal sistema encontravam-se, portanto, nos baixos riscos do saldo credor ou devedor para ambos os países, visto encontrarem facilmente equilíbrio pelas conversões em produtos.

Do lado brasileiro os acordos comerciais centraram-se assim na aquisição de variados produtos vindos da Alemanha que incrementaram o mercado nacional como o carvão, a folha de flandres, os equipamentos eletrônicos, as máquinas de costura e de escrever, os tubos de ferros, o aço e trilhos<sup>45</sup>. Além disso, a partir destes acordos o governo brasileiro empreendeu amplos benefícios para afirmação de sua autoridade e soberania através da repotencialização das forças armadas. Isso porque a inquietação militar em decorrência de suas precárias condições materiais tornou-se um dos componentes chaves da formulação de decisões na área do comércio germânico-brasileiro consolidando uma permanente interdependência do discurso da necessidade de defesa nacional com as relações de poder entre nações na política comercial externa<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> ALVES, Op. cit, pp. 50

<sup>45</sup> LEOPOLDINI, Op. cit., pp. 271

<sup>46</sup> HILTON, Op.cit., pp. 67.

Sem contar com grandes fornecedores de armas e munições, como os EUA, e com dificuldades para efetuar quaisquer pagamentos em moeda, o governo Vargas estreitou conversações com a firma alemã Krupp em fins de 1936. Recém reestabilizada no comércio internacional<sup>47</sup> sua disponibilidade para negociar a troca de material bélico por marcos compensados, oriundos do aumento de exportações para a Alemanha, fez-se amplamente a ponto de em 1937 se tornar a principal empresa contratada pelo programa de armamentos brasileiros renovando encomendas até 1939<sup>48</sup>.

O estreitamento de laços prosseguia em termos estratégicos também porque no tocante a valores a Alemanha costumava não só comprar vultosa quantidade de matérias primas, mas terminava pagando preços mais altos que os do mercado mundial. Tal fato tornou-se bastante rentável para o Brasil dado o aumento, principalmente, do comércio compensado do algodão<sup>49</sup>, que era um produto excedente no mercado brasileiro e que era ao mesmo tempo bastante procurado pelo Reich que acrescia cada vez mais o número de seus habitantes, desde a anexação da Áustria e dos sudetos (1938).

Toda essa dinâmica possuía em contrapartida uma forte conexão de complementaridade à economia da própria Alemanha. Os marcos ASKI só tinham validade junto ao mercado alemão e os países parceiros tinham que efetuar um comércio sob equilíbrio mútuo e, na medida do possível, manter boas relações diplomáticas. De acordo com Gambini<sup>50</sup>, neste último caso, as desvantagens da parceria alemã emergiam na probabilidade de transformar um envolvimento do âmbito econômico em uma aliança política.

---

<sup>47</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 18.03.1938M, “A casa Krupp está em progresso”, pp.2. Nesta matéria resume-se a trajetória da casa Krupp desde seu declínio pós-primeira guerra até seu restabelecimento no mercado entre 1936-1937. Descrevendo vários dados do progresso da empresa na sua produção, distribuição, lucros, despesas sociais, impostos e amortizações de capital, a matéria finaliza apontando que “além de sua produção para armamentos do Reich, a companhia aumentou de 20% suas exportações em 1937”. Aqui é interessante perceber que a matéria transmite toda uma retórica positiva em relação a empresa com a qual o governo vinha estabelecendo amplos acordos comerciais. No entanto, não há em nenhum momento da matéria qualquer menção a esses acordos, fato que entra em consonância, como se verá mais a frente, com a influência dos EUA.

<sup>48</sup> HILTON, Op. cit, pp. 74.

<sup>49</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 18.11.1938M, “Autorizada a Exportação de dez mil toneladas de algodão para a Alemanha – a transação será feita pelo sistema de marcos compensados”, pp.3.

<sup>50</sup> GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, Col. "Ensaio e Memória" nº 4, 1977, pp. 107.

A cautela de manter “o máximo de relações comerciais e o mínimo de relações políticas com a Europa”<sup>51</sup> era nesse momento uma condição cogente frente a expressiva oficialização da aproximação brasileira com os Estados Unidos. Consolidando-se como os maiores parceiros comerciais do Brasil, os EUA vinham exercendo uma política de acordos bilaterais contrários à política de compensação.

De acordo com os dados da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional e do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Exterior do Brasil os valores percentuais das importações e exportações brasileiras, entre 1934-1941, sinalizavam que a parceria comercial com os Estados Unidos não só se posicionava em liderança, mas em estável crescimento. No entanto, tais dados destacavam também que a Alemanha havia aumentado sua participação no mercado brasileiro *pari passu* a queda das tradicionais parcerias com os britânicos, como demonstram as tabelas abaixo:

#### IMPORTAÇÕES

	EUA	Alemanha	Reino Unido
1934	23,7	14,0	17,1
1935	23,4	20,4	12,4
1936	22,1	23,5	11,3
1937	23,0	23,9	12,1
1938	24,2	25,0	10,4
1939	33,4	19,4	9,3
1940	51,9	1,8	9,4
1941	60,3	1,8	5,7

---

<sup>51</sup> *Apud* ALVES, Op. cit., pp.58.

## EXPORTAÇÕES

	EUA	Alemanha	Reino Unido
1934	39,1	13,1	12,1
1935	39,5	16,5	9,3
1936	38,9	13,2	11,9
1937	36,2	17,0	9,1
1938	34,3	19,1	8,8
1939	36,3	12,0	9,6
1940	42,3	2,2	17,3
1941	57,0	1,2	12,2

Fonte: *Apud* ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Puc- Rio/ Loyola, 2002, pp. 71.

Percebendo como ameaça a presença alemã, os norte-americanos começaram então a remodelar sua costumeira política comercial protecionista fortalecida pelos traumas do *crash*. Buscando uma maior liberalização junto a região agro-exportadora da América Latina, que não lhe impunha concorrência e sim grande complementaridade, precipitaram-se então sob vários flancos de exercício de poder no hemisfério, a partir do discurso da “política da boa vizinhança”.

Projeto de expansão da política nacionalista dos EUA tal discurso revestia-se da associação entre defesa nacional e defesa hemisférica argumentando a necessidade de unir e fortalecer os princípios da segurança e proteção da soberania das nações do continente americano entre si. Fundamentando essa conjuntura na retórica do pan-americanismo os norte-americanos pregavam que os laços de solidariedade e fraternidade entre os povos das três Américas deveriam promover e justificar uma ampla integração do continente. Colocando-se como avessos a utilização de esquemas financeiros e de intervenções militares, exemplificados como modalidades do imperialismo europeu, apontava-se ainda, como melhor estratégia para efetivar e fortalecer a união americana, a construção de uma rede de

relacionamentos pacíficos através de cooperações no campo econômico e político. Nesse sentido, tomou corpo oficial, para garantir o comércio livre distanciando os países da América Latina de qualquer envolvimento aberto com as nações européias, uma série de acordos diplomáticos que posicionavam o Brasil como o maior alvo da política comercial norte-americana.

Concomitante as negociações das comissões alemãs, em 1934 o Congresso norte-americano aprovou, por exemplo, a Lei de Acordos Comerciais Recíprocos. Regulando a disponibilização dos principais produtos da pauta de exportação brasileira este acordo estabelecia atenção especial no caso da entrada de café no mercado estadunidense conferindo-lhe isenção de tarifas. Enquanto isso caberia aos Estados Unidos diminuir as barreiras alfandegárias sobre a aquisição de seus produtos.

Visto de forma positiva tal acordo passou a exemplificar a concretização de políticas de ajuste da crise da superprodução do café, que ainda era uma forte preocupação do governo brasileiro. Mas se por um lado se compactuava com a retórica de superação das dificuldades da monoprodução empreendidas com o grande escoamento de café no mercado norte-americano a justificativa da “reciprocidade de comprar a quem lhe compra” não representava uma unanimidade.

Se no caso do fornecimento do café o país atingiu o mérito de ser o principal abastecedor do mercado norte-americano, vários outros produtos continuavam excedentes em decorrência da auto-suficiência dos EUA, como foi o caso do algodão que passou a ser adquirido primordialmente pela Alemanha. A supressão das tarifas implicava também na perda de possíveis vantagens que a concorrência entre americanos e europeus teria no mercado brasileiro<sup>52</sup>. Nas facilidades alfandegárias as importações de mercadorias pelo Brasil concentravam-se em “produtos manufaturados como o leite em pó, frutas em conserva, tintas e vernizes, automóveis, enfim uma lista enorme de produtos que ameaçavam a indústria brasileira que já produzia estes bens”<sup>53</sup>.

Tornando acima de tudo importante o fortalecimento da inter-relação da economia com a política o Departamento de Estado norte-americano, em detrimento dessa situação,

---

<sup>52</sup> GAMBINI, Op. cit., pp. 96.

<sup>53</sup> LEOPOLDINI, Op. cit., pp. 271-272.

formalizou textualmente junto ao governo brasileiro, em 1935, um tratado comercial de concessão de status mútuo de nação mais favorecida selando o compromisso de ambos os países estabelecerem um livre comércio ente si rejeitando práticas bilaterais de comércio protegido<sup>54</sup>.

Foi, pois, diante deste passo que o pragmatismo nas relações exteriores brasileiras fez com que as concessões e o tratamento favorecido aos EUA levassem a uma parceria eminentemente informal com a Alemanha<sup>55</sup>. Utilizando-se da indefinição de até quando seguiriam as aproximações com os germânicos, já que não se oficializava um alinhamento aberto, a estratégia brasileira barganhava a adaptação de sua interdependência econômica com trunfos entre dólares e marcos. Mesmo com a flexibilização do sistema cambial e o financiamento de dívidas externas suspenso pela moratória que ocorreu no contexto de instauração do novo regime (1937-1939) o Brasil sustentou, até os limites de seu envolvimento na segunda guerra mundial ao lado dos Aliados, suas parcerias e escolhas possíveis entre os temores de retaliação comercial norte-americana e os proveitosos acordos com o mercado alemão sob os critérios de discrição e silêncio. E de tal modo as pressões de Washington ao comércio compensado persistiram ao mesmo tempo em que fizeram vistas grossas em nome de um alinhamento pacífico; enquanto, sobre bases relativas, o esfriamento das relações com a Alemanha se anunciava em querelas diplomáticas referentes a problemática das leis que passaram a atingir diretamente as minorias alemães residentes no Brasil (*Idem, ibidem*).

\*\*\*

---

<sup>54</sup> ALVES, Op.cit., pp.57-58.

<sup>55</sup> Oficialmente os tratados comerciais entre Brasil-EUA rendiam os maiores valores, sobretudo na política do café. No entanto, sob o regime dos termos informais a Argentina, que era o principal parceiro comercial da Alemanha na América Latina, já vinha sendo superada pelo Brasil que se tornou depois das negociações de comércio compensado o maior exportador de algodão, fumo, borracha, couro e peles para o Reich. Além disso, absorvendo sistematicamente estes produtos que eram excedentes de produção brasileira os alemães terminaram também por se constituir nos segundos maiores compradores do café que não chegava a ser negociado com os estadunidenses. Ver BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 05.03.1938M, “O Consumo de Café na Alemanha”, pp. 2 e idem, 11.03.1938M, “O café brasileiro – Os EUA adquiriram mais 50% da produção da nossa rubiácea”, pp.3.

## O Poder na Lei

*“A lei não é mais lei, a sabedoria não é sábia, tudo é diferente.”*

Bertolt Brecht, Das Manifest.

Com o advento do golpe do Estado Novo a questão dos lugares pertinentes ao estrangeiro no Brasil estreitou seus rumos com barreiras oficiais. Bem verdade que durante boa parte da década de trinta já havia sido possível perceber que a repulsa aos imigrantes indesejáveis saíra do plano da retórica para ser ampliada e posta em prática pelo governo partindo da construção de justificativas legais.

Levando em consideração a necessidade emergencial de ampliar o controle social e sanar as divisões internas da sociedade algumas medidas para inviabilizar a entrada de grupos estrangeiros foram realizadas. Pautada na discriminação racial/étnica e em necessidades econômicas o regime de cotas, por exemplo, foi criado pelo decreto 19.482, em dezembro de 1930. Sendo sucessivamente reeditado chegou a ser inclusive legalizado na Constituição de 1934<sup>56</sup>.

Além disso, o combate aos males do liberalismo na nacionalização dos imigrantes, trazidos pela grande naturalização da “velha república”, havia se tornado uma tarefa de ordem social e política aos olhos das autoridades estaduais e locais. Apesar de tolerar os estrangeiros que já haviam adquirido nacionalidade brasileira<sup>57</sup> a concentração de imigrantes e seus descendentes, a exemplo do sistema de colonização, deveria ser radicalmente vedada. Leis que regulamentavam a “seleção, localização e assimilação do alienígena” passaram a ser feitas assim com validade para todo território nacional<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> No sexto parágrafo do artigo 121 da referida constituição foram descritos os condicionamentos da entrada de imigrantes no território nacional como restritos às necessárias garantias da “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de *dois por cento* sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. Além disso, no artigo 135 pode-se ver a os fundamentos para a regulamentação do “percentual de empregados brasileiros que deveriam ser mantidos obrigatoriamente nos serviços públicos... comércio e indústria”. Ver POLETTI, Ronaldo. **Constituições brasileiras: 1934** (Coleção Constituições Brasileiras; v.3). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, pp. 163 e 165.

<sup>57</sup> Ver alínea c do artigo 106 da Constituição de 1934. POLETTI, Op. cit., pp. 155.

<sup>58</sup> Idem, Ibidem, pp. 164.

Sob a faceta do anticomunismo e do anti-semitismo os subterfúgios da decretação do estado de guerra e de sítio, da Lei de Segurança Nacional<sup>59</sup> e dos decretos do Tribunal de Segurança Nacional<sup>60</sup>, resultaram, por exemplo, em uma série de medidas drásticas para executar a deportação de estrangeiros. O caso da judia-alemã Olga Benário, esposa do líder comunista Luís Carlos Prestes, que mesmo grávida foi banida para seu país de origem dava, entre outros casos, a tônica de tais práticas eivadas de intolerância.

Porém, se o governo Vargas ainda havia procurado conciliar e endossar o maior número de vantagens e reajustar as perdas que os distintos lugares dos estrangeiros no Brasil poderiam suscitar frente à imagem de unidade da nação, foi então com o novo regime, instaurado em 1937, que se radicalizou o fortalecimento do nacionalismo e dos valores nacionais como forma de orientação institucional via legislação. Era o poder público assumindo as rédeas, de forma pioneira na história do país, o problema da nacionalização dos imigrantes e de seus descendentes. E nesse sentido, o “acabamento” do Estado Nacional passou a apontar indelevelmente para a minimização da esfera de ação dos elementos estrangeiros.

Considerando a lei como um artifício de aplicação incondicional do poder nacionalizante, o Estado Novo frequentemente procurou legitimar-se e demonstrar quais as prioridades e medidas com que se sintonizava a partir dos preceitos estabelecidos na Carta Magna de 10 de Novembro. De tal forma esta Constituição incrementava algumas providências já adotadas em 1934 e fixava outras em relação aos estrangeiros, onde se destacaram as seguintes medidas:

---

<sup>59</sup> A Lei de Segurança Nacional (LSN), Lei nº 38 foi criada em 04/04/1935 em meio ao contexto de radicalização política, sobretudo da ANL. Conhecida também como “Lei Monstro” tratava-se de uma legislação especial que apurava com o máximo de rigor os casos considerados crimes contra a segurança do Estado dispensando garantias processuais para os que fossem enquadrados em suas definições de crime.

<sup>60</sup> Com o aperfeiçoamento do uso da LSN (que a partir de 14 de Dezembro de 1935 tornou-se mais rigorosa visando punir os envolvidos no fracassado Intentona Comunista) foi aprovada pelo Congresso a lei que instituía o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). De tal forma criava-se a partir de 11 de Setembro de 1936, um tribunal de exceção composto por juizes civis e militares escolhidos pelo presidente da República. Subordinado a uma junta militar o TSN tinha como função “processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais” (<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb>, verbete Tribunal de Segurança Nacional, acesso em 04/12/2004, às 23:11:08).

- “- Limitação a 2%, no máximo, das quotas de alienígenas de cada corrente migratória;
- Seleção dos elementos nas quotas a serem admitidos;
- Impedimento à saída de menores brasileiros descendentes de estrangeiros;
- Dosagens de capitais, gestores e trabalhadores estrangeiros nas empresas;
- Nacionalização integral dos bancos e empresas de seguros;
- Idem nas profissões liberais;
- Nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviços públicos;
- Idem de exploração das minas, de energia hidráulica e das indústrias básicas;
- Limitação e, por último, proibição da publicação de jornais em língua estrangeira;
- Proibição de escolas estrangeiras;
- Exigência que as novas colônias se organizassem no mínimo, com 30% de elementos nacionais e que distribuísse os estrangeiros de modo que não coubesse a qualquer das correntes raciais, que aí se fixassem, mais de 25%;
- Nas faixas fronteiriças, por motivos de segurança nacional, a constituição e as leis complementares, agravaram ainda mais essas exigências”<sup>61</sup>.

Funcionando então como o grande motor dos mecanismos de legitimação e centralização das ações estatais no âmbito federal, a Constituição de 1937 passou a legitimar também as ações invariavelmente violentas de que se revestiria o regime. Entrecruzando a demonstração do efetivo combate das instabilidades, resistências e incompreensões, o governo Vargas edificava provas de que se podia afirmar na previsão da lei o exercício de poder. Isso porque as oposições eram ditas no discurso oficial para serem prontamente afirmadas como objetos merecedores de punição e a partir daí servirem, ao mesmo tempo, de exemplo para o uso legal da força. Mas aí a construção da força não deveria ser vista como sinônimo de violência. Ser punido “dentro da lei” naturalizava em si, na perspectiva governamental, a eficácia do novo regime. Não era o presidente-ditador quem punia. Era a lei que determinava. Ao bom patriota cabia cumpri-la sem hesitar. O emprego da força e da violência, quando feitos em nome da lei, procurava assim ser revestido diante da sociedade como signo da necessária aplicação da justiça. Com fins de estabelecer a ordem e garantir a paz, tais signos não obstante, trocavam a possibilidade de correção, “cura” ou readaptação do criminoso à sociedade por práticas de profilaxia, procurando extirpar-lhe do convívio social<sup>62</sup>. Aquele que era contra a nação irremediavelmente deveria ser afastado dela.

---

<sup>61</sup> BR/AN/SPE/MJ, nº 1370. *Apud* COHEN, Esther. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1988, pp.142-143.

<sup>62</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 29ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1987, pp.13.

Um bom exemplo desta retórica estava exatamente na alusão aos braços e capitais estrangeiros na “voz da verdade”. Em detrimento dos mecanismos de exceção e autoritarismo de que a legislação havia se revestido provocando inúmeras perseguições a imigrantes, o presidente Vargas negava tal situação. Ciente de que o país tinha a sua frente uma série de parcerias e escolhas possíveis nas relações do comércio exterior a serem empreendidas, preferia voltar-se para a retórica da preocupação da melhor postura a ser adotada na condição de um país novo. Diante deste perfil, em que o Brasil se achava, justificava que havia sim uma disposição para receber contribuições econômicas dos países do “velho capitalismo”. Mas estas contribuições não deveriam ser confundidas com demonstrações de tutela e desrespeito à vida nacional, com o exercício lucrativo das explorações coloniais e muito menos com o desrespeito às leis sociais. Apoiando-se nestas ressalvas e generalizações se legitimava ações de força e monitoramento que permeavam a execução prática da lei que nesse sentido pautava-se não só pela identificação com o que seria justo, mas como sendo regra social.

Condicionando tal postura social a aplicação da lei, vê-se que outro fator importante do discurso de poder residia na concepção da efetivação de um regime de caráter essencialmente pautado nos interesses brasileiros, isto é, que se tratava de uma lei exclusivamente de interesses e influências nacionais. A contradição entre a eficácia da eliminação que ao mesmo tempo precisava ser posta em dúvida, a exemplo das aproximações econômicas externas, fazia, no entanto, parte de um corpo de persuasões do regime que desejavam reforçar a sujeição social como justificativa em si mesma. Não se buscava atender mais uma necessidade de indivíduos fracionados em estados, partidos, classes... Não se tratava também de uma necessidade do líder ou do governo invariavelmente já “legitimados” pela lei. A sociedade nacional era que deveria reconhecer que dela própria emergiam o começo, o meio e o fim das necessidades da segurança da nação.

De forma relativamente aproximada dos regimes totalitários do Velho Mundo (como o nazismo, o fascismo, stalinismo, etc.) não supunha aí uma simples coexistência entre Estado e Nação. Aparentemente a intenção da idéia de unidade da nação propagada no Estado Novo por Vargas não colocava, por exemplo, o Estado como fim último de sua ação. Acreditava ter oferecido ao país medidas legais e eficazes para uma nova experiência política longe das práticas das velhas artimanhas oligarco-partidárias, dos perigos da infiltração comunista e dos fanáticos integralistas. Julgava que as necessidades e aspirações do povo, que era considerado

o único fator permanente na História de uma nação, a partir de então, se exerciam de forma direta na relação que o presidente-ditador lhe oferecia legalmente, como líder único e soberano em sua autoridade. A sociedade nacional em si própria, nesse sentido, tornava-se a finalidade mesma do regime<sup>63</sup>. O chefe da nação só poderia exercer seu poder porque estava justamente a ela subordinado e dependente. A lei não era do indivíduo, era social. O Estado não era dos partidos, era da nação. Soergue-se construindo de fato a unidade da nação era, pois, um ideal maior que somente uma sociedade que focalizava o desejo de paz para trabalhar patrioticamente desempenharia seu papel de forma correta. Desta forma Vargas se reposicionava na relação do exercício do poder diante da sociedade nacional quando tornado guia e porta voz de todos procurava disseminar que caso alguns nós aparecessem no tecido social perturbando essa paz caberia sim, em nome de todos, serem viabilizados mecanismos para desfazê-los no entrelaces.

Estabelecendo um jogo de poder com regras permeadas de exceções nesse mesmo contexto a reafirmação dos projetos de abasileiramento dos estrangeiros ganhava novo fôlego sob o incremento das chamadas leis complementares. Promulgando condições para estabelecer um controle mais rigoroso frente à política imigratória no Brasil a trama destas leis envolveu muitas vezes de forma conjunta a atuação, sobretudo, das pastas ministeriais da Guerra, da Justiça e das Relações Exteriores. Adicionando uma série de novos adendos à Constituição de 1937 circunscreveram-se assim várias normas disciplinares e até circulares secretas<sup>64</sup>. Contudo, velando o autoritarismo sobre o “espírito” nacionalista uma fértil campanha de nacionalização dos estrangeiros teve início marcadamente a partir de 1938 sob o rol de vários decretos-leis. De acordo com Castro os decretos chamados de “leis nacionalizantes” deram-se diante deste momento porque:

---

<sup>63</sup> SOUZA, Neto, José Maria G. De. **Engenhos De Sons, Imagens E Palavras – Ditadura E Propaganda Na Primeira Metade Do Século XX**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000, pp. 22.

<sup>64</sup> De acordo com a pesquisadora Carneiro os casos mais notáveis de circulares secretas dedicadas a política imigratória foram as que inviabilizavam a entrada judaica no país. Somando-se a circular nº 1.127, de 7/06/1937, que proibia a concessão de vistos para pessoas de “origem étnica semita” destacaram-se, durante o regime do Estado Novo, as seguintes circulares: nº 1.249, de 27/09/1938, que estabelecia em que casos os consulados poderiam conceder vistos em passaporte, IN MDB, Ofícios Expedidos, 1938. AHI; nº 1.323, que proibia a concessão de visto temporário a estrangeiro de origem "semítica". Cf. Ofício do CIC In: Ofícios Recebidos, Divisão do Interior, 1940 a julho de 1941; nº 1.498, suspendendo a concessão de vistos temporários e permanentes a israelitas e seus descendentes. Cf. Ofício de Osório Dutra, do Consulado do Brasil em Lyon para Oswaldo Aranha, 13/01, 11940 In: MDB, Ofícios Recebidos, 1931 In: CIC, Ofícios Emitidos, nov. 1938 a dez. de 1939. AHI. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 168 e da mesma autora “Sob a máscara do nacionalismo: Autoritarismo e Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)”. In: **E.I.A.L. Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe**, Volumen 1, nº1, enero-junio, 1990.

“A perseguição de minorias étnicas na Europa, o espectro da guerra aumentando, a pressão dos que desejavam escapar dos seus efeitos e ainda os problemas oriundos das dificuldades de assimilação de alguns grupos raciais radicados no Brasil levaram o Governo Brasileiro a estabelecer as normas sobre a entrada, registro, concentração, assimilação e expulsão de estrangeiros”<sup>65</sup>.

Nesse sentido algumas medidas de caráter legal, por exemplo, foram editadas sucessivamente para regulamentar as atividades comerciais e as práticas políticas dos estrangeiros em nome de uma das ordens do dia: o abasileiramento ou nacionalização dos estrangeiros. Dentre os decretos-leis que repercutiram de forma mais direta sobre a vida cotidiana das comunidades estrangeiras radicadas no Brasil destacaram-se<sup>66</sup> dentre outros o decreto-lei nº 341 (17/03/1938), sobre o registro de comércio para estrangeiros; decreto-lei nº 383 (18/04/1938), sobre a proibição das práticas políticas e associativas estrangeiras; decreto-lei nº 392 (27/04/1938), sobre a expulsão de estrangeiros; decreto-lei nº 406 (04/05/1938), sobre a entrada de estrangeiros no território nacional; decreto-lei nº 431 (18/05/1938), sobre quais eram os crimes contra a personalidade internacional.

Complementando o projeto nacionalista de Getúlio Vargas que tinha como umas das ordens do dia: os valores cívicos de abasileiramento ou nacionalização, a maioria dos decretos-leis vistos acima não promoveu a inserção dos grupos estrangeiros na vida brasileira. Na prática, ao contrário, o que se sedimentou foi a paulatina exclusão social de tais grupos. No sentido de reprimir, mas agindo com medidas de caráter legal foram, por exemplo, principalmente editadas num primeiro momento as regulamentações de expulsão e coibições a entrada de estrangeiros e às suas investidas econômicas e políticas. A presença de “indesejáveis” e quaisquer formas de organização autônoma da sociedade estavam sendo inviabilizadas, ainda mais se possuísse perfil externo. Em seguida se fez mais presente a atuação da repressão transfigurada na busca de uniformização das práticas culturais, excluindo aqueles que cultivavam hábitos, línguas e costumes estrangeiros.

---

<sup>65</sup> CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira, **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Editora UNB, 1983, pp. 353.

<sup>66</sup> Os decretos que seguem aqui relacionados foram adaptados do cruzamento de informações existentes em COHEN, Esther, Op. cit. pp. 139 -141, PERAZZO, Priscila, Op. cit. pp. 44-49 e de publicações feitas no jornal recifense Folha da Manhã. Além disso, privilegiou-se a ordem cronológica sendo selecionados decretos que seguem seqüências numéricas diversas relativas às promulgações ora do Ministério da Guerra, da Justiça, do Trabalho, da Educação ou das Relações Exteriores. Ver uma relação mais detalhada no anexo 01.

Diante das possibilidades de agravamento da crise européia, que ostentava uma possível deflagração das hostilidades, percebe-se que estas medidas repressivas de contenção não apenas das atividades, mas sobre a própria presença de estrangeiros no Brasil, articulam-se ainda politicamente ao processo de alinhamento, sobretudo com os Estados Unidos<sup>67</sup>.

Neste mesmo contexto é importante ressaltar que a substancial presença de imigrantes alemães no país fez com que o impacto das novas obrigatoriedades (especialmente as dos Decretos-Leis 383 e 868) gerasse inúmeras reações. As querelas advindas da embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, por exemplo, agravaram-se mesmo com o comércio compensado ainda em pleno vapor. O embaixador Karl Ritter chegou a exigir veementemente uma reversão da política nacionalista junto ao presidente Vargas. Tornado *persona non grata* no país o governo brasileiro solicitou a retirada do referido diplomata e em contrapartida o governo alemão pediu o afastamento do embaixador brasileiro Muniz Aragão ficando, entre outubro de 1938 e junho de 1939, as duas embaixadas dirigidas por Encarregados de Negócios<sup>68</sup>.

Além disso, com as crescentes anexações alemãs na Europa sinalizava-se na América, a necessidade das nações americanas reafirmarem seus ideais de cooperação e solidariedade. Desta forma um dia após a invasão da Polônia, que iniciaria o conflito mundial, o governo brasileiro determinava Regras Gerais de Neutralidade em todo território Nacional no Decreto-Lei 1.561 (02/09/1939). Dentro desta mesma tendência as Conferências dos Chanceleres Americanos<sup>69</sup> sustentaram a união pan-americana e o distanciamento continental no conflito até 1942. Com o sucessivo afundamento dos navios mercantes brasileiros o estado de guerra<sup>70</sup> não tardou a ceder espaço à decretação do estado de beligerância<sup>71</sup> quando os incidentes passam a ocorrer a partir de agosto de 1942 na costa brasileira.

---

<sup>67</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias Vol.01. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, pp.49.

<sup>68</sup> ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Puc- Rio/ Loyola, 2002, pp. 64-65.

<sup>69</sup> Na conferência do Panamá (23/10/1939) foi declarada neutralidade dos países americanos diante do conflito da guerra; em Havana (21-30/07/1940) foi firmada a solidariedade dos países americanos caso algum deles fosse agredido; com a Reunião dos Chanceleres no Rio de Janeiro (15-28/01/1942) vários países americanos, depois do ataque a Pearl Harbor (07/12/1941), rompem relações diplomáticas com os países do Eixo, inclusive o Brasil.

<sup>70</sup> Promulgado pelo Decreto-Lei nº 1.0358 (03/08/1942) In: Trechos da “Legislação do Estado de Guerra”, 1942 (CPDOC-FGV/GC 380f).

<sup>71</sup> Em 21/08/1942 o Ministro Oswaldo Aranha publica nota de tal declaração. Ver CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Editora UNB, 1983, pp 362-363.

Novas medidas internas centralizaram o problema do estrangeiro no Brasil incorporando os bens dos “súditos do Eixo”<sup>72</sup> ao patrimônio nacional, fechando bancos e todas as associações ainda existentes de fins culturais, beneficentes ou assistenciais<sup>73</sup> e definindo a espionagem, os crimes militares e contra a Segurança do Estado em que estes pudessem estar envolvidos e como deveriam ser punidos<sup>74</sup>. Este novo rol de medidas legais contava então com o legitimador internacional da guerra, ampliando os tentáculos do policiamento da vida pública e privada sobre os novos inimigos da pátria eleitos por parte do Estado: os italianos, japoneses e, sobretudo, os alemães.

\*\*\*

---

<sup>72</sup> Este termo passa a ser utilizado para identificar generalizadamente os japoneses, alemães e italianos no Brasil equiparando-os irrevogavelmente como inimigos a partir da identificação da aliança do Eixo da qual faziam parte.

<sup>73</sup> Decreto-Lei nº 4.612 (24/08/1942). Ver CASTRO, *Idem, Ibidem*.

<sup>74</sup> Decreto-Lei nº 4.766 (01/10/1942).

---

**2. NA REDE POLICIAL:  
HISTÓRIAS DO REFORÇO DAS ENGRENAGENS POLÍTICAS**

Procurando corroborar que de forma sistemática era necessário combater os germes do enfraquecimento e as desagregações promovidas no passado nacional, o governo Vargas abriu largos caminhos à centralização política. A “irresistível novidade” da História emitia sinais da configuração indissolúvel da nação, do Estado e da autoridade do líder. Os chamados avanços do “espírito de brasilidade” do novo regime não poderiam ficar reféns do atraso de outrora.

Levando em consideração a complexidade das tarefas estatais em prol deste espírito, as ações oficiais em execução nas políticas públicas não se efetivaram prontamente na repaginação dos aliados civis e militares, na eliminação de opositores internos e externos, nas adaptações no campo das relações econômicas e no emprego mecânico das leis. Antes disso, tais ações foram alvo de um variado conjunto de técnicas e táticas de dominação que tiveram como um de seus elementos chave de apoio o reforço das engrenagens institucionais.

Representando genericamente tais instituições como “*órgãos complementares da alta administração*”<sup>75</sup> o presidente Vargas obliterava a teia capilar com que estas se inseriam na vida das pessoas deslocando seus interesses para o âmbito e a tutela do Estado. Nesse caso sem as interferências do legislativo que fora abolido, o governo Vargas encontrou nos institutos, nas autarquias e conselhos econômicos, e, sobretudo a partir de 1939 nos especializados Departamentos de Estado, como o DIP<sup>76</sup>, seus canais que acoplavam e subordinavam órgãos governamentais e técnicos dando uma prova da vasta rede burocrática que se estendia sobre o cotidiano de variados segmentos da sociedade. Edificando a imagem de profissionalização e modernização dos quadros do aparelho do Estado a montagem desta estrutura visava consolidar um alto grau de coesão interna.

Era possível também encontrar referências destes órgãos em seus méritos de atuação que aparentavam transcender a própria estrutura administrativa. Fazê-los parecer bastante especializados e até secretos, em suas regulações sobre o tecido social, construía uma dimensão a mais de sua eficácia sustentada pelo medo e pela censura. Esses eram os casos onde se encontravam sobre medida os órgãos policiais cujas funções estavam articuladas ao controle da ordem e a repressão política e social.

---

<sup>75</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.11.1938M, “Prosseguiremos resolutos na tarefa constructivas da nacionalidade”, pp. 1, 2.

<sup>76</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP foi criado em 27/12/1939 para ampliar a capacidade de intervenção estatal sobre os meios de comunicação e da cultura. Ver CAPELATO “Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação”, In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 172.

Redimensionando seu papel frente aos cidadãos para apoiar de modo significativo as instâncias da órbita do Estado nacionalista autoritário, a polícia assumiu então, nesse momento, legitimidade politizada. A concentração de meios de decisão e coerção fez com que seu funcionamento equivalesse a um braço executivo direto do regime sobre o corpo da sociedade.

Redistribuindo e qualificando as imagens da ilegalidade, demonstrando aptidão para combater as divisões e articulações sociais, propagando e doutrinando a eficácia das políticas do Estado Novo, pavimentaram-se nas ações cotidianas da polícia política os canais permanentes que desprenderam forças de sujeição em dispositivos de segurança<sup>77</sup>. Diante disso se faz mister algumas reflexões gerais que privilegiem as redes burocráticas no Estado Novo observando, em particular, o estado de Pernambuco, onde o interventor Agamenon Magalhães tornou-se uma das figuras mais importantes de sustentação do regime. Fazendo uma exemplar implementação da cartilha do governo federal, sobretudo, nas políticas de segurança pública Agamenon atuou recorrentes vezes através da organização do aparato da polícia e de seu conjunto de saberes voltados para a desconfiança e o controle das massas. Gerenciando informações sobre todo e qualquer suspeito, exercendo rigorosa vigilância e reprimindo o suspeito mesmo na ausência da prova eram classificados e reclassificados vários corpos criminais, dentre os quais a comunidade alemã.

\*\*\*

### “A Voz da Verdade”

*“A verdade é deste mundo. Ela é produzida  
nele graças as múltiplas coerções e nele  
produz efeitos reguladores de poder”*

M. Foucault, Verdade e Poder.

Passados doze meses da instauração do regime de 10 de Novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas procurava sistematizar fervorosamente os avanços construtivos que se haviam dado tanto nos aspectos materiais como nos de natureza cultural e moral. Fazia-se porta voz de um governo que pretendia demonstrar que o corpo e a alma dos brasileiros encontravam-se finalmente contemplados, de modo conjunto, pelas realizações e projetos do novo Estado que julgava definitivamente nacional.

---

<sup>77</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, pp. 182.

Nesse sentido falara em entrevista coletiva, conferida a vários jornalistas do país e do exterior, que o impulsionava de forma decisiva em suas ações o apoio de dois fortes e essenciais aliados: o povo e as classes armadas. De acordo com o presidente, o movimento de mudanças e a continuação do mesmo emanavam do entendimento que tais grupos aliados tinham da necessidade que se fazia da eliminação das chamadas “*forças desagregadoras e do afastamento de todos os indivíduos ou grupos que trabalhavam por conta de alheios interesses ou idéias exóticas para enfraquecer a pátria*”<sup>78</sup>.

A idéia de “*dever para com a pátria*” foi em seguida exaltada como uma necessidade maior do que a que já fora vista em qualquer outra época da política nacional. Declarava que sujeitos de ambição fria estavam a espreitar de forma destemida e poderosa as divisões e fraquezas internas “*no sentido de cavar divergências e mirar a chamada guerra civil que consum[ia] os povos e abr[ia] espaço para a cobiça imperialista disfarçada em preceitos raciais ou políticos*”<sup>79</sup>. E dentro das circunstâncias desta crise o presidente afirmava que *nenhum sacrifício seria o bastante*, a exemplo da vigilância excessiva da segurança nacional que simbolizava na defesa da bandeira, do idioma e das tradições nacionais.

Considerando a possibilidade do apoio de *nações civilizadas* Getúlio se diz, contudo, intransigente a qualquer sinal de quebra da soberania que reduzisse a nação brasileira à inferioridade de proteções. Isso porque o povo brasileiro responderia a uma só voz de união diante do “*apelo da pátria em perigo*”. Mas reafirma que dado ao *espetáculo de ameaças* que lhe oferecia o mundo se fazia justo e oportuno, mesmo que de forma restrita, se confraternizar em *união perfeita e sagrada* com os demais povos. Vivia-se em sua opinião um tempo onde a imposição da estruturação de medidas rígidas tanto no pensamento quanto nas mais diversas atividades sociais e políticas, se justificavam na busca da união e fortaleza invencíveis dada aos disciplinados. “*Disciplinados, seremos fortes e unidos e nada poderemos temer*”<sup>80</sup> dizia.

No campo da organização econômica o presidente exclamava a necessidade de alterar a *tradicional política de país agrário*, utilizando, ao máximo, todas as riquezas disponíveis, tendo em vista já ter sido ultrapassada a fase crítica da monoprodução. Cumpria apenas

---

<sup>78</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.11.1938M, “Prosseguiremos resolutos na tarefa constructivas da nacionalidade”, pp. 1, 2.

<sup>79</sup> *Idem.*

<sup>80</sup> *Idem.*

reduzir a dependência da receita nacional a exportação de produtos primários e alimentares e no campo da política financeira suspender o pagamento de dívidas externas, mantendo apenas os compromissos considerados urgentes. Entre eles destacava-se a política do café, onde justificava que para manter bons resultados seria necessário empreender uma política de *reciprocidade de comprar a quem lhe compra*.

Além disso, a exposição do presidente declarava que diante da alusão aos capitais e braços estrangeiros não os perseguia, esclarecendo que:

*“Aquilo de que fazemos questão é de que os capitais aqui investidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitando as leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes próprios das explorações coloniais e semi-coloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação, não obstante a sua condição de país novo, apto a absorver a contribuição econômica dos países do velho capitalismo”*<sup>81</sup>.

\*\*\*

### **A Construção do Outro**

*“Nós não somos aquilo que pensamos ser,  
mas aquilo que, a cada momento,  
nós mesmos construímos”.*

Pirandello, Seis personagens à procura de um autor.

Exemplos de uma nova era. Eis o que procurava destacar a “voz da verdade” emitida pelo então chefe do governo do novo Estado Nacional inaugurado em 1937.

Época que, deveria manifestar a construção incessante de pilares do progresso dentro da ordem, buscava ser apresentada como neutralizadora dos antecedentes marcados pela heterogeneidade política, social e cultural. As divisões internas da sociedade eram, na perspectiva oficial, dadas como esmaecidas diante da grandeza e das ações da nova ordem.

De acordo com o discurso de Vargas, visto anteriormente, bastava então que o povo e as forças armadas, legítimos representantes e defensores da pátria, o impulsionassem. A

---

<sup>81</sup> *Idem.*

efervescência e as disputas políticas de outrora deveriam ser rigorosamente abolidas, seja nas ações e organizações partidárias oligárquicas, seja nos grupos comunistas encarados como símbolo interno da sedimentação do atraso e da desordem em todo país. E isso de tal forma a ponto de ser tema de justificativa na introdução da Constituição de 10 de novembro de 1937:

*“Atendendo às legais aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários... que procura desnaturar em luta de classes... tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a □uller□-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; Atendendo ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista... exigindo remédios de caráter radical e permanente; Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunham o Estado de meios...; Com o apoio das Forças Armadas e cedendo às aspirações da opinião nacional... resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito a sua honra, e a sua independência, a ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança e ao bem-estar e a sua prosperidade”*<sup>82</sup>.

Em sua entrevista concedida em razão do primeiro aniversário do Estado Novo os valores da Carta Magna buscavam assim ser exemplarmente reafirmados, e, sobretudo, tidos como sistematicamente praticados. Avançar num movimento de mudanças. Continuar e conservar os avanços construtivos. Eliminar as desagregações. Eis os passos aconselhados como metodologia do regime.

Nesse sentido o projeto político de fortalecimento do Estado visava edificar-se em terreno fértil, estável, tranquilo e disciplinado. Combater o que genericamente Vargas intitulou de “forças desagregadoras” ajudaria nesse intento. A depuração de grupos ou indivíduos contrários aos interesses do *status quo* do regime vigente foram assim encaradas como missão legal do Estado Policial e de variados segmentos da própria sociedade. E a partir de novembro de 1937 tais planos ensaiaram então várias possibilidades de serem postos em prática.

Dando amostras disso, o discurso do presidente fazia emergir situações de *jogos de identificações* onde se “encadeava a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo,

---

<sup>82</sup> PORTO, Walter Costa. **Constituições Brasileiras: 1937**. (Coleção Constituições Brasileiras; v.4). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, pp. 69, (grifo nosso).

catalisa[va] a violência, permitindo descarregá-la sobre o inimigo, o “bode expiatório” do momento”<sup>83</sup>.

Como bem sistematizou a historiadora Eliana Freitas Dutra foi comum atribuir enfaticamente o amigo do regime como símbolo do leal e verdadeiro; enquanto as adjetivações mais frequentes do inimigo era a de sujeito ardiloso, mal, traiçoeiro e vil<sup>84</sup>. Identificar tanto os aliados como os inimigos implicaria num melhor preparo da sociedade diante das adversidades alheias ao que se desejava ser o fortalecimento da pátria, ajudando assim a providenciar tanto procedimentos de aproximação para uns quanto de exclusão para outros.

Relacionado a esses jogos de identificações pode-se dizer ainda que o discurso que se visava sedimentar cercava-se, como lembra Foucault, de *procedimentos de interdição*. Nesse sentido seriam desvelados os objetos de que se fala, a circunstância em que se fala e o direito privilegiado ou exclusivo do que fala<sup>85</sup> como parte integrante do novo governo varguista de 1937 que oficialmente pautava-se na ditadura, na censura e na repressão política, não admitindo contrapontos a sua fala.

Nesse contexto o corpo e a alma, a matéria, a cultura e a moral dos brasileiros, condicionadas e determinadas entre si, deveriam ser, na ótica do chefe do regime, identificadas como o palco da ação estatal. O líder desta ação, por sua vez, procurava ensaiar uma fala que agia em nome do entendimento e vontade de todos.

A identificação entre o Estado e a Nação atuava, por sua vez, na busca de interditar a imagem de corpos intermediários que pudessem se colocar entre a relação do povo e seu governante. Encadeando representações que elegiam no discurso os corpos políticos e sociais que se reconhecessem como unos e aptos a servirem à nova realidade brasileira, a liderança

---

<sup>83</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998, pp.52.

<sup>84</sup> FREITAS DUTRA, Eliana. **O Ardil Totalitário – Imaginário Popular 1930-1945**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ Ed.UFMG, 1997.

<sup>85</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp. 10.

do Estado Novo apontava assim como “imperativo de sujeição”<sup>86</sup>, o serviço do abraqueiramento radical da república e de todas as instâncias da vida nacional.

Para compreender, contudo, as práticas em nome da negação da divisão e da diferenciação como constitutiva da sociedade almejando uma certa representação de “*povo-uno*” guiado pelo líder<sup>87</sup>, observa-se também que no Estado Novo de Vargas não houve só o contentamento em empreender mecanismos de combate às diferenças sociais e a diversificação dos projetos políticos que pudessem existir entre o povo/nação e o líder/Estado. Ao debruçar-se sobre um outro momento da fala do presidente percebe-se que a imagem da unidade nacional, como responsável pela quebra das divergências internas, se pauta na argumentação do dever para com a pátria.

A construção do “outro” em uma sociedade que deveria conceber o indivíduo no “nós” buscava a colaboração indiferenciada de todos na oposição entre o que se considerava interior e exterior a nação, no intuito de negar e ao mesmo tempo obliterar a divisão interna<sup>88</sup>. Defender a pátria da ameaça externa, robustecendo-a internamente, fazia parte desta retórica. Localizando o problema da diversidade, da oposição e do conflito fora do espaço padrão desejado para o Estado Nacional centralizava-se estrategicamente o poder de controle interno na ação de vigilância em nome da segurança nacional, bem como, na exaltação da defesa de normas e valores que simbolizavam a pátria tais como a bandeira, o idioma e as tradições nacionais. Procurando estreitar o vínculo entre o indivíduo e a pátria se julgava sedimentar assim imagens e relações de sujeição que fabricavam nos sujeitos necessidades de fé, autoridade, disciplina, obediência, hierarquia e solidariedade entre os brasileiros e em prol do Estado Novo<sup>89</sup>.

\*\*\*

---

<sup>86</sup> FOUCAULT, Michel. “Resumos dos discursos do College de France, 1970-1982”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

<sup>87</sup> LEFORT, Claude. “A Invenção Democrática: Os Limites do Totalitarismo”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, pp.112.

<sup>88</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>89</sup> LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus/UNICAMP, 1986, pp.69.

## O Espírito de Brasilidade na História, na Revolução e na Burocracia

*“Brasil ó rincão querido,  
Prezado pelo mundo novo,  
(...) livre estava seu futuro,  
Porque pretendiam dominar seu povo.*

*Surgiu Getúlio Vargas,  
O presidente brasileiro,  
Que entre seus filhos,  
Como um herói foi o primeiro.*

*Ainda temos na memória,  
Esses atos de patriotismo.  
Hoje tens nome na história,  
Na emergência de teu negro abismo.*

*Porque existia em seu seio,  
Entre os valores verdadeiros,  
Getúlio Vargas, que veio  
Mostrar ser o Brasil dos brasileiros”*

Zé Pretinho e Antônio Santos,  
Glórias do Brasil (1938).

Tido como natural e incontrolável o “espírito de brasilidade” havia de ser situado, suntuoso e forte, em um novo momento da história nacional. E segundo os discursos varguistas esse momento havia chegado. A Revolução de 1930 o havia anunciado. O Estado Novo, reconstruindo sistematicamente a ordem, completava a obra.

Na ótica oficial a intenção de dar continuidade adequada a esse espírito, esquecido por alguns maus brasileiros e desconhecido por elementos externos, fazia da trajetória recente do País, sob a batuta heróica do presidente Vargas, um desdobramento histórico natural compreendido em um andamento evolutivo do destino nacional. Eliminando os sinais do mal, da desordem e do atraso existiriam apenas sujeitos que em unidade e consonância com sua brasilidade agiriam de forma adequada a nova etapa e necessidade do momento histórico.

De acordo com um dos mais expressivos intercessores da voz de Vargas na sociedade da época, o jurista Francisco Campos<sup>90</sup>, o papel histórico e verdadeiramente revolucionário do Estado Novo, podia ser exemplificado pelo fato de que:

“Um regime não se cria no papel, nem resulta do capricho de um homem ou de um grupo de homens. *No passado se encontram suas raízes* e por entre a decomposição do regime anterior se delinea e configura a fisionomia do novo regime... o dez de novembro *aconteceu na história, dentro da história e em função do nosso passado, da nossa experiência e de nossa história. Não foi uma interrupção* ou uma fenda na história; *foi um crescimento*, uma continuação do amadurecimento do passado em presente, da experiência em razão e lucidez. *A vontade pessoal foi apenas o instrumento das decisões já tomadas pela história. Quando a Nação decide dos seus destinos não há vencedores nem vencidos: começa um novo período da história...*”<sup>91</sup>.

Em consonância com as reflexões sobre “o significado de revolução” de Hannah Arendt<sup>92</sup>, a noção moderna do que seria esta revolução atestada por Campos implicaria que o curso da História seguia um novo rumo, tornava-se nova, e emplacava “o enredo de um novo drama”, de uma nova narrativa a ser desenrolada. Isto é, que a linguagem e a prática política da revolução criavam um novo sentido de começo para a História. Marcando a trajetória deste novo começo a força, a violência e a tomada de medidas e posturas radicais se faziam necessárias para romper com o estabelecido e a novidade da História e seus significados se tornam evidentes com o aparecimento de um novo corpo político que promove a libertação e cria artificios para prosseguir.

Nesse contexto, a imagem da ruptura violenta e cheia de percalços atribuída ao momento de trinta se justificava no corpo político pela imagem da revolução que necessitava inaugurar um caminho diferenciado para a reconstrução evolutiva e progressiva que o Estado Novo enfim sedimentaria. A imagem da continuidade, por sua vez, coroaria o processo

---

<sup>90</sup> Francisco Campos (1891-1968) foi um dos juristas e políticos mais atuantes nas instituições autoritárias brasileiras pós 1930. Iniciando sua atuação como Deputada Federal por Minas Gerais na década de 20, alçou destaque na esfera nacional como Ministro da Educação entre 1930 e 1932. Nos anos que se seguiram seu papel de Consultor Geral da República (1933-1937) lhe rendeu posição privilegiada enquanto ideólogo do nacionalismo autoritário atuante na esfera estatal. Confeccionou em 1937 o documento que orientaria a nova ação jurídica e política da nação: a Carta Magna de 10 de Novembro. Assumindo prontamente, nesta fase inicial e mais repressiva do Estado Novo, o cargo de Ministro da Justiça esteve neste posto até 1941. Só retomaria participação expressiva no contexto político de 1964 quando colaborou com a formulação dos decretos dos Atos Adicionais. Ver: FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 29.

<sup>91</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.11.1939M, “O Estado Novo, expressão dos anseios populares e criação da nossa própria história”, pp. 2 e 10, grifos nosso.

<sup>92</sup> ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo/Brasília: Ática/UNB, 1988, pp.23.

revolucionário ao deglutir as fissuras do momento de ruptura legitimando racionalmente a ordem no regime de 1937.

O discurso de conservação das “raízes”, do que era bom e autêntico do Velho Brasil, visava, então, garantir a solidez da imagem do presidente (o oligarca dos pampas de outrora!) e esmaecer, na medida do possível, as marcas da trajetória de um golpe que apontassem o regime não como uma missão que se concretizava, mas como uma das possibilidades vencedora dos múltiplos embates que os anos 30 sugeriram ao País<sup>93</sup>.

Os modos de enunciação presentes nesta fala demarcavam ainda no regime do Estado Novo o lugar e o papel de diferenciados grupos sociais (vencedores ou vencidos) como sujeitos de uma história que rompia com as relações de dominação. Nesta linha de raciocínio a vontade pessoal do líder como fonte história identificada na Nação confluía com o discurso de que esta mesma Nação e a organização estatal se configuravam como um todo indissolúvel. Equiparando o Estado a um organismo que expressaria a vontade nacional o ciclo se completava na idéia de que a condução política emanava indiscutivelmente do conjunto nacional<sup>94</sup>.

Entretanto, observando o mecanismo coercitivo de um golpe legalizado por um Estado autoritário, que se atrelava estritamente aos atos do próprio chefe da nação, vê-se que o deslocamento dos sujeitos históricos do campo das divisões se dava como uma estratégia que naturalizava o exercício de poder possibilitando a existência apenas dos aliados e colaboradores do regime, eliminando a idéia de conflitos. Isto é, a partir da afirmativa observada a idéia de equidade entre os grupos constrói ao contrário uma relação de exclusão e

---

<sup>93</sup> Além das “Oligarquias Liberais” do eixo centro-sul afinadas com manutenção da política do “Café com Leite”, havia as “Oligarquias Dissidentes”, com que Vargas se afinara, que comportavam também políticos do norte-nordeste, fragilizadas com tal política; existiam também várias tendências nos setores da área militar, destacando as ações dos tenentes, do oficialato em ascensão e da cúpula das forças armadas; entre as organizações políticas de massa tinha-se a Ação Integralista Brasileira (com civis e militares de extrema direita) e a Aliança Nacional Libertadora (com civis e militares simpatizantes do comunismo). Implementando uma política marcadamente centralizadora Vargas foi construindo diante de contextos como o da “revolução constitucionalista de 1932”, o da “Intentona Comunista de 1935” e depois com o “Putsh Integralista”, já com o Estado Novo instalado em 1937, a depuração das elites civis e militares contrárias aos seus planos. Mas isso não se deu sem lutas e resistências. Fato que o seu discurso vencedor procurava negar. Sobre esse debate ver PANDOLFI, Dulce. *“Os anos de 1930: as incertezas do regime”*. In: Ferreira & Delgado, **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>94</sup> CORSETTI, Apud, COHEN, Esther. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1988, pp. 68.

de apartamento social e político daqueles que não se sujeitassem a compartilhar dos termos da ordem do discurso de “igualdade do regime”.

Mas, se nessa órbita, o presidente-ditador encontrava mecanismos de deslocamento de elementos contrários ao Estado Novo, viabilizava, também, que estes permitissem diferentes táticas de governo que definissem a cada instante o que competiria ao Estado e o que faria ou não parte de suas dimensões<sup>95</sup>. Em uma sociedade de exaltação dos pares os ímpares então passariam a ter papéis a desempenhar fazendo da circulação do poder algo que se constrói em rede<sup>96</sup>. Era como se coubesse a estes sair de cena deixando uma espécie de eco onde a expectativa de um futuro regresso ou nova atuação maléfica deixasse margem para a vigilância e a correção permanentes da sociedade.

Sustentando uma retórica da eficácia na eliminação de todas as desigualdades, mas que ao mesmo tempo poderia ser posta em dúvida, em decorrência da criatividade e possibilidades de sorrateiras ameaças, o corpo de persuasões contraditórias do regime buscava estabelecer suas redes de influência através do reforço das microorganizações burocráticas. Através delas poderia ilustrar as realizações de que não poderia haver pensamento, ações de mobilização e liberdade fora do espírito de brasilidade do regime e suas normas. Logo em 10 de novembro de 1937, por exemplo, com o fechamento do Congresso Nacional pelo cerco das tropas da Polícia Militar, concatenara-se o mesmo procedimento nas instituições legislativas do restante do País. Apresentando uma nova constituição, baseada na Carta Del Lavoro do fascismo italiano e na Polaca do general Pilsudski, o presidente-ditador tinha emitido pelas ondas do rádio a chegada do Estado Novo brasileiro<sup>97</sup> afirmando que:

“A gravidade da situação (...) está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação deste estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, *subsistindo apenas como abstração*. A tanto havia chegado o país. *A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos*

---

<sup>95</sup> FOUCAULT, Op. Cit, pp. 292.

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>97</sup> Esta expressão foi utilizada de forma pioneira por Oliveira Salazar, no início da década de trinta, como denominação para o Estado português,

*apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos de sua vontade.*

*Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação – na sua autoridade dando-lhe os instrumentos de poder real com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas e externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino”<sup>98</sup>.*

Argumentar que se estava evitando o pior, em nome de todos, como uma necessidade incondicional em meio a uma experiência “ilusória” aplicada pós-1934, era parte da postura de Vargas à frente da ditadura que inaugurava. Demonstrando perspicácia para impor uma nova administração recorria a remodelação de seu próprio continuísmo de exercício de poder. A sinalização dos erros de outrora marcaria um tempo que não devia mais existir. O passado deveria passar.

Entretanto, se encontrava depositada neste “tempo morto” a pedra fundamental a ser esculpida: a máquina estatal com suas correias burocráticas. Isso porque, ser funcional ao governo adaptando-se às suas manifestações sob moldes da autoridade e da liberdade implicaria em um reajuste mais elaborado e completo dos aparatos burocráticos do Estado Nacional. A renúncia do sujeito pelos ideais nacionalistas, identificados em uma liberdade que circulava dentro das fronteiras instrumentalizadas de sobreposição prática da autoridade nesses aparatos, constituiria a capacidade espantosa de traduzir o jogo de forças que se estava modelando. O papel de projetar as ações do fazer, decidir e dirigir os meios e os fins do Governo deveria ser depositado no monopólio dos bons e grandes homens do regime em prol dos bons e ordeiros cidadãos. Enfim, era como se o “poder real” de eliminar opositores justificasse plenamente que a autonomia do governo ditatorial deveria ser ampla na autoridade e livre apenas aos desígnios da História.

A luta constante contra a idéia de desorganização e da sociedade estar sempre em perigo, deixando a todos amedrontados e inseguros, desdobrava-se aí nos empreendimentos de domesticação coletiva. Os resultados e objetivos de reforçar a sujeição social apreciariam então como alvo a própria população<sup>99</sup>. A propaganda para atingir credulidade, a doutrinação para persuadir juntamente com os processos de administração e identificação para

---

<sup>98</sup> Getúlio Vargas, pronunciamento em 10/11/1937, Apud CARONE, E.. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1982, pp.12, grifos nosso.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

reconhecimento do campo social compunham a fachada do sistema centralizador. Bons exemplos destas medidas foram nesse sentido a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que distribuía suas ações entre os setores de divulgação, de radiodifusão, de teatro e cinema, de turismo e de imprensa em todo País via suas esferas estaduais; e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que regulava as ações do governo central nos estados através da coordenação do sistema de interventorias.

A partir daí têm-se que a representação do social poderia se definir não só como organização nacional, mas como um corpo organizável. Apelando para promessas de estabilidade de seu projeto nacional o governo Vargas utilizava-se assim da circulação de seu poder político ao qual-lo aplicável por seus agentes burocráticos. Elementos pertencentes ao “nós” nacional mas que atuavam como peças da “máquina”, como “órgão” ou “correias de transmissão”<sup>100</sup> não deveriam ser contudo encarados como reflexo de uma imagem descentralizada.

Em outras palavras, o crescente fomento da burocracia não deveria ser compreendido, na perspectiva oficial, como postura de puro ajuste ou substituição de práticas que não estivessem obtendo sucesso diante das ameaças. Ao contrário buscava-se exemplificar através deste Estado Burocrático que era possível cumprir as outorgas do projeto centralizador; que se estava exercendo eficazmente a acumulação de funções sob planejamentos técnicos e orientações científicas, antes obsoletas pelos princípios do liberalismo em realizações indiscriminadas dos poderes locais; e que se atuava precisamente no auxílio da rigorosa aplicação das diretrizes constitucionais e administrativas que atenderiam as necessidades de modernização do País na concepção de um Estado Policial que zelava e vigiava a nação em todos os seus estados.

\*\*\*

---

<sup>100</sup> LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: Os Limites do Totalitarismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, pp. 115-116.

## O Estado Novo em Pernambuco e a Máquina da Desconfiança

“– A máquina é muito complexa, aqui e ali alguma coisa tem de rebentar ou quebrar; mas não se deve por isso chegar ao falso julgamento do conjunto.

Para a correia, aliás, arranja-se logo um substituto...”.

Franz Kafka, Na Colônia Penal.

A importância de aliados políticos tal como de servidores fieis nos órgãos públicos para o bom funcionamento do novo regime fez com que variadas reposições fossem feitas na máquina governamental. A começar pelos quadros pessoais das principais instâncias executivas, Vargas prontamente renomeou vários interventores federais.

A experiência, que tinha sido iniciada na época do “Governo Provisório”, entre concessões e afrontas às políticas locais<sup>101</sup>, já havia instrumentalizando pouco a pouco o controle do poder central deslocando divergências regionais. A situação, contudo, tornara-se mais complexa. A efervescência do “Governo Constitucional”, trazida pela ordem legal da Carta de 1934, realimentara a participação política tendo em vista os processos das campanhas eleitorais<sup>102</sup>. Nessa conjuntura as mobilizações sociais e acirramentos contra o governo Vargas, que havia sido eleito indiretamente presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte, cresceram. Protestos, greves e tentativas de sublevação à ordem davam a tônica do avultamento das agitações sociais. Além disso, as continuidades do jogo de forças políticas, que ocorrera durante todo o Governo Provisório na rotatividade turbulenta das elites, somaram-se a organizações de massa, a exemplo da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Em meio a um clima de tensão e partindo da justificativa da necessidade emergencial de ampliar o controle social e preservar o fortalecimento do Estado, o governo reagiu às

---

<sup>101</sup> No Norte e Nordeste, por exemplo, o tenente Juarez Távora supervisionava polemicamente as interventorias e ficou ironicamente conhecido como um “vice-rei do Nordeste” e em Pernambuco o interventor Carlos de Lima Cavalcanti ficaria no posto, em concessão às forças locais aliadas do governo, até 1937. Por outro lado pode-se citar o caso do pernambucano João Aberto Lins de Barros que como interventor de São Paulo tinha o papel de desligar as forças políticas dos poderes locais, mas que envolto em uma série de divergências com estas ficou no poder até 1931. Ver SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 34.

<sup>102</sup> Logo em outubro de 1934 realizaram-se as turbulentas eleições para o Congresso Nacional e para as Assembléias Legislativas Estaduais. Em vários estados as forças políticas que tombaram em 1930 reassumiam antigos postos levando alguns interventores e aliados do governo Vargas à derrota. *Idem*.

radicalizações políticas e sociais aprovando, em 04 de abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>103</sup>. Seguiram-se a ilegalidade e o fechamento de várias instituições, como a ANL, e um grande embate oposicionista ocorreu na tentativa frustrada da Intentona Comunista de Novembro de 1935, onde milhares de pessoas passaram a ser presas e vigiadas não só nos lugares de maior eclosão de conflitos (Natal, Recife e Rio de Janeiro), mas em todo território nacional.

Ao lado dessas medidas de força a decretação do estado de sítio e depois de guerra, passou a ser ininterruptamente prorrogada, veio a fortalecer a presença do Exército na cena nacional *pari passo* a uma constante intromissão no raio de ação dos governadores, recém eleitos indiretamente pelas Assembléias Estaduais em todo o país. Em Pernambuco, o governador Carlos de Lima Cavalcanti, por exemplo, começou a sentir as tensões políticas que o arrastariam ao desprestígio junto ao governo federal<sup>104</sup>.

Conforme as normas constitucionais estava previsto, no entanto, a realização de eleições presidenciais em 03 de janeiro de 1938. Tornando inelegível Vargas estrategicamente teve que apoiar os preparativos da campanha presidencial<sup>105</sup>, mas aproveitou-se da situação para negociar amplamente seus interesses de manutenção no poder político com vários líderes estaduais e locais para isolar e desarticular os que já não se afinavam com seus intentos.

Nos últimos meses que precederam a decretação do Estado Novo o eco da ameaça comunista ganhara ainda um novo impulso e voltava com toda força a articular grupos sociais distintos entre si diante da necessidade de salvaguardar o Brasil no combater de um inimigo

---

<sup>103</sup> Tramitando a um longo período no Congresso tal lei havia gerado diversos debates em torno de suas propostas. Ela transferia para uma legislação especial e mais rigorosa os casos considerados crimes contra a segurança do Estado, fato que entrava em descompasso com o clima político liberal e democrático, normatizado em julho de 1934. Não obstante foi através dela que o governo e os novos setores militares recém ascendidos, encontraram a estratégia de do que seria a coroação dos projetos de centralização política dispensando garantias processuais para os que se enquadrassem nas suas definições generalizadas de crimes. Dentre estes se destaca aqueles que eram contrários a *ordem política* que resultava da “independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos”; e a *ordem social* que estava relacionada “aos direitos e garantias individuais, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos reciprocamente”. Ver LSN, Lei nº 38 (04/04/1935), art. 22, parágrafos 1 e 2.

<sup>104</sup> De acordo com Skidmore, além Carlos de Lima Cavalcanti e de Armando Sales, que era o governador de São Paulo e candidato a presidente da república pela União Democrática Brasileira – UDN, Getúlio encontrou oposição em seu estado natal, o Rio Grande do Sul, sob o governo de Flores da Cunha e suas fortes milícias e de antigos aliados como Juracir Magalhães, na Bahia. SKIDMORE, T. Op. Cit., pp. 46-49.

<sup>105</sup> Sem a oposição comunista posta na ilegalidade, lançaram-se como candidatos: Armando de Sales Oliveira, de São Paulo; José Américo de Almeida (político paraibano estimulado por Vargas) e Plínio Salgado (líder dos integralistas).

comum, em nome da doutrina da Segurança Nacional. Além do Plano Cohen<sup>106</sup> a alegação de toda e qualquer cumplicidade com os comunistas passou a ser um estratagema de alijamento político para uns e de favorecimento para outros. Por sua ausência da capital pernambucana quando ocorreu o levante de 1935, Lima Cavalcanti, por exemplo, chegou a ser denunciado no Tribunal de Segurança Nacional<sup>107</sup>. Considerado inocente sua liderança de renome nacional encontrava-se, contudo, abalada por não ter se posicionado favorável a continuidade de Getúlio.

De acordo com Dulce Pandolfi tal fato da divergência do chefe do governo de Pernambuco com o governo central misturava-se nos bastidores com a disputa pela liderança da política estadual por seu correligionário de partido Agamenon Sérgio de Godói Magalhães. Nomeado em 1934 para a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio e acumulando o exercício do Ministério da Justiça, durante o segundo semestre de 1937, Agamenon não só se posicionava com frequência como intermediário nos assunto entre o governo estadual e federal como agia repedidas vezes em nome de Pernambuco, escanteando a figura do governador no âmbito nacional<sup>108</sup>.

Mas a incomoda persistência do status de Lima Cavalcanti, legitimado em diversos apoios<sup>109</sup>, só veio a ser finalmente dissolvida com a mudança do regime. Na análise de Edgar Carone apesar das críticas contra o governo do Estado Novo a “maior parte da oligarquia agrária e da burguesia urbana manteve contatos contínuos com Getúlio e seus representantes numa recíproca troca de favores”<sup>110</sup>. De igual maneira Pandolfi lembra que “na maioria dos estados brasileiros, a implantação do regime autoritário não implicou necessariamente um remanejamento da elite política, mas uma acomodação desta elite, ou parte dela, a uma nova situação”<sup>111</sup>. No caso pernambucano peças chaves de uma mesma elite passaram a ser trocadas a partir da decretação do estado de emergência, onde em meio a dissolução de todas as assembleias legislativas federais, estaduais e municipais, homens de força e fidelidade ao projeto outorgado na Carta de 1937 passaram a assumir as intervenções federais.

---

<sup>106</sup> Ver página 22-23 deste trabalho.

<sup>107</sup> Ver nota 83 deste trabalho.

<sup>108</sup> PANDOFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984, pp. 46.

<sup>109</sup> Contava com o apoio de usineiros, a exemplo de Pessoa de Queiroz, das lideranças em associações comerciais, de deputados nas câmaras federal e estadual e de vários grupos de produtores locais, técnicos e agricultores. PANDOFI, Dulce. Op, cit, pp. 47.

<sup>110</sup> CARONE, E.. Op. Cit.

<sup>111</sup> PANDOFI, Dulce. Op, cit, pp. 44..

Afastado logo no primeiro momento Lima Cavalcanti, assiste então a nomeação para a interventoria pernambucana do comandante da 7ª Região Militar, o coronel Amaro Azambuja Vilanova. Sem romper abruptamente os vínculos com o ex-líder, Getúlio fez, no entanto uma rápida passagem da interventoria para Agamenon Magalhães. Nomeado em 25 de novembro, este assumiu o cargo oficialmente em 3 de dezembro de 1937. Era o coroamento de uma vasta carreira política de quem deixara o sertão pela capital<sup>112</sup>.

Selada a derrocada de Cavalcanti com a elevação de outro político local o projeto de centralização das instituições políticas, irradiado pelo Catete, fez de Agamenon umas das figuras mais exemplares do Estado Novo, juntamente com nomes como Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Benito Valadares, Negrão de Lima, Francisco Campos e Felinto Muller<sup>113</sup>.

O lema principal de sua gestão foi a “Recuperação de Pernambuco” para servir de modelo em todo o país dos benefícios do novo regime. As descrições de Agamenon Magalhães sobre a relação de Pernambuco e o Estado Novo bem demonstram isso, quando em 1944, na semana de comemoração dos sete anos do golpe afirmava:

“Todos se lembram de qual era a situação do Estado de Pernambuco em 1937. Pode-se resumir no seguinte: *não tinha governo, por que governo é orientação. O Estado andava às guinadas, sem timoneiro capaz e sem rumos. O desequilíbrio orçamentário ia acumulando os “□uller□s”, os “□uller□s” acumulando os empréstimos internos mais onerosos, a dívida flutuante subindo sempre. Esse quadro financeiro se refletia na ordem econômica e moral. A depressão assumiu aspectos alarmantes, com o retraimento dos negócios, a fuga das atividades, a diminuição da produção agrícola, o pauperismo desalentando as esperanças e as melhores energias. A crise econômica se acentuava cada*

---

<sup>112</sup> Sertanejo de Serra Talhada, no interior de Pernambuco, Agamenon Magalhães deixou a carreira eclesiástica para se dedicar ao direito, trocando segundo os dizeres de Andrade Lima Filho, a “Suma Teológica” pelo “Príncipe”. Iniciando sua carreira profissional como promotor público em São Lourenço da Mata, logo a deixou de lado para ser eleito, em 1918, deputado estadual pelo Partido Republicano Democrata, liderado no estado por Manoel Borba. Foi redator dos jornais A Ordem e A Província (1918-1919); lecionou no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Direito do Recife; foi eleito e reeleito deputado federal (1923 e 1927); defendeu e participou ativamente da Aliança Liberal em 1930 estando ao lado de Carlos de Lima Cavalcanti durante a “Revolução de Trinta”; foi um dos articuladores do Partido Social Democrático e, mais uma vez como deputado federal, participou da constituinte de 1933; e entre 1934-1937 dedicou-se a pastas ministeriais do trabalho e da justiça. Ver ainda mais informações In: PANDOLFI, Dulce. Op, cit, pp. 25-31; LIMA FILHO, Andrade. **China gordo: Agamenon Magalhães e sua Época**. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária, 1976, pp.27; e <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb>, verbete Agamenon Magalhães (acesso em 04/12/2004, às 22:01:36).

<sup>113</sup> PANDOLFI, D. “Os anos de 1930: as incertezas do regime”. IN: Ferreira & Delgado, **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.35.

*vez mais na ordem social, profundamente abalada. Sem um regime de autoridade e trabalho, sem uma orientação sábia e segura, sem decisão, não teria sido possível salvar o Estado (...)*<sup>114</sup>.

Dessa forma, o controle direto da vida coletiva, que se apresentava em situação de desorientação, desequilíbrio, déficit, depressão e desordem, não se pautava por uma ementa oficial única. Múltiplos alvos tinham que ser constantemente atingidos na economia e nos aspectos social e moral. O que de fato precisava ser bem delimitado eram os rumos do governo, pois este deveria ser encarado como sinônimo de orientação. O interventor, como um representante de Vargas, buscava para isso, em nome do exercício da autoridade e trabalho do regime, estratégias práticas e falas que instituíssem sua identificação de sujeito preparado, sábio, seguro e de decisão, com o de um orientador e administrador capaz de promover a salvação do Estado. Para tanto algumas das principais normas traçadas pelo interventor, no campo econômico, social e moral diziam respeito:

*“- Moralidade Administrativa;*

*- Arrecadação escrupulosa das rendas e justiça fiscal;*

*- Governo de colaboração com as classes produtoras, animando as atividades e procurando elevar o nível de todos que trabalham;*

*- Evitar o êxodo dos campos para a capital, procurando, em colaboração com os proprietários agrícolas, localizar a maior quantidade de trabalhadores na cultura da terra;*

*- Animar as cidades, os pequenos ofícios, desenvolvendo o artesanato e criando a indústria doméstica;*

*- Dar especial atenção ao problema da alimentação, estimulando a pecuária, a indústria doméstica e a horticultura;*

*- Realizar com os proprietários de fábricas de pequena ou grande indústria e com as autoridades religiosas um plano de organização das horas livres dos trabalhadores, evitando que eles freqüentassem as tabernas e usem bebidas alcoólicas, e procurando atraí-los para diversões sadias e festas de educação cívica”*<sup>115</sup>.

A concepção de “animar e assistir” a cidadania e o trabalho seria, nesse contexto, um dos pontos centrais. Considerada não só fortalecimento econômico para o conjunto da nação e restauração do estado, era tida também como dever social e moral que desviava os sujeitos da subversão, tanto na dimensão de sua atuação pública quanto na dimensão privada<sup>116</sup>. Ser útil ao Estado, colaborar como produtor, trabalhador, empregador ou moralizador cristão dos

<sup>114</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 11.11.1944M, “Pernambuco e o Regime de 10 de Novembro”, pp. 3

<sup>115</sup> PANDOLFI, D. Op. Cit. 1984, pp. 49-50, grifos nosso.

<sup>116</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Vértice; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1982, pp. 127.

costumes eram dentro do regime autoritário os perfis modelares de transferência para o discurso de existência de uma democracia social. Contudo, convergindo com toda essa concepção estava o fato de que além de contensões de “êxodos” e adaptações sociais dos indivíduos a forma socialmente justa e eficaz de amparar a todos vinha do Estado e de sua capacidade de governar a partir da organização adotada pelo líder. Concordando com Capelato em suas análises sobre a *política trabalhista e o cidadão brasileiro*, no período do Estado Novo, ver-se também em Pernambuco que:

“A relação direta homem/poder público é assim qualificada pelo trabalho como uma relação cidadão/Estado. Na democracia estadonovista, o cidadão não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais, e a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social. Mas a realização da justiça social dependia da reforma do Estado, ficando, portanto, colocada como perspectiva de realização no futuro. O presente estava voltado para a nova organização estatal”<sup>117</sup>.

Seguindo essa orientação a “governametabilidade” do interventor sobre as “coisas” que deveriam ser governadas<sup>118</sup> fez dos órgãos administrativos uma das mais importantes máquinas da organização estatal. As redes de esforços desembocariam assim em uma série de medidas que primaram pela colaboração de pessoas comprometidas politicamente com o novo regime. Nesse sentido os mecanismos de controle do poder pelo benefício e angariação de aliados fez com que Agamenon se aproveitasse amplamente das nomeações de cargos de confiança do governo, com destaque para as prefeituras do estado. Reforçando políticas em favor de grupos oligárquicos do sertão do estado ficaria assim estrategicamente deslocada a oposição de parte das elites industriais e açucareiras, em especial dos usineiros. Articulando novas alianças para fortalecer sua base de sustentação o interventor também foi hábil em cooptar grupos mais populares, tanto no interior como na capital, através de cooperativas agrícolas e em sindicatos e entidades de trabalhadores (como os Centros Educativos Operários<sup>119</sup>) e funcionários públicos que assistia.

---

<sup>117</sup> CAPELATO, M<sup>a</sup> Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Ed. Papirus, 1998, pp. 173-174.

<sup>118</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit.

<sup>119</sup> Os Centros Educativos Operários foram criados em 1935 com apoio de jovens católicos e de Agamenon Magalhães, então ministro do trabalho. Deveriam reeducar, proteger e defender as famílias operárias através de aperfeiçoamento técnico, da preparação das donas de casa para fundamentar a família, e da criação de bons hábitos e exercício de uma profissão. Com o Estado Novo foi criada uma Diretoria de Reeducação, na prefeitura do Recife, que passou a subordinar os Centros Educativos, que também existiam no interior. GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambopólis: O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 1930-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1997, pp. 100-101.

Em outra forte demonstração do controle direto sobre os órgãos administrativos por nomeações, os critérios políticos e até religiosos na escolha dos auxiliares de governo do interventor sobrepujaram muitas vezes os critérios técnicos. Seu secretariado desta maneira além de contar com personalidades locais teve no vínculo com a Igreja Católica uma forte e importante referência. Formado em sua maioria por jovens que participaram da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica<sup>120</sup> destacaram-se entre outros: Etelvino Lins na Secretaria de Segurança, Manoel Lubambo, na Secretaria da Fazenda, Arnóbio Tenório, na Secretaria de Governo, Apolônio Sales, na Secretaria de Agricultura e Nilo Pereira nos setores da Imprensa e Educação. As exceções nesse caso ficaram com Gercino Pontes, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, Artur Moura, na Secretaria de Justiça e Novais Filho na prefeitura de Recife<sup>121</sup>.

Adquirindo contornos próprios, sob as bênçãos da santa madre Igreja, as ações do governo Agamenon passaram a ser percebidas como particularidade advinda da ordem do novo regime expressa na vontade pessoal do interventor, ao mesmo tempo em que promovia reformas administrativas e realizações de obras. Utilizando-se amplamente dos meios de comunicação sua política autoritária e personalista se instituía como verdade repetida e sistematizada seja pela palavra escrita seja falada. Ouvindo na rádio e depois lendo no jornal a população pernambucana não escapava a palavra do interventor que diariamente expressava suas opiniões acerca dos mais variados temas<sup>122</sup> apresentando-lhes soluções, conselhos, alertas e, sobretudo a exaltação do governo estado-novista e sua auto-representação com este enquanto chefe que precisava recorrentemente se legitimar:

---

<sup>120</sup> Tal Congregação Mariana, fundada em 1924, foi uma das que mais se destacou na vida política de Pernambuco nas décadas de trinta e quarenta. Com base no Colégio Nóbrega contou com a “direção espiritual” do padre jesuíta Antônio Cyriaco Fernandes e seus traços “fascista, racista e anti-semita”. Entre os principais objetivos da Congregação estava assim empreender debates intelectuais onde os temas religiosos, filosóficos e científicos levassem ao comprometimento com o catolicismo em oposição a maçonaria, aos judeus, ao comunismo e a lascização da sociedade. Ver SILVA, Sílvia Cortez. **Tempos de Casa-Grande (1930-1940)**. São Paulo: Tese de Doutorado em História, USP-FFLCH, 1995, pp. 111-118 e 123-124.

<sup>121</sup> MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1988, pp. 61-65; e PANDOLFI, D. Op. Cit. 1984, pp. 48.

<sup>122</sup> Em seu trabalho acerca das estratégias de propaganda, utilizadas na interventoria Agamenon Magalhães, Souza Neto comenta que: “nos seus artigos, o Interventor mostra um conhecimento vastíssimo sobre todos os assuntos. Aparentemente, não há tema sobre o qual não se possa emitir uma opinião abalizada. Teatro? Sociologia? Literatura? Culinária? Puericultura? Tuberculose? Parecia não haver fim o conhecimento do interventor federal”. Fazendo-se de amplo conhecedor o interventor construía assim a imagem de capacidade e eficiência enquanto chefe do governo e que, portanto, deveria ter suas ordens respeitadas e obedecidas. SOUZA NETO, José Maria G. de. **Engenheiros de Sons, Imagens e Palavras – Ditadura e Propaganda na Primeira Metade do Século XX**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000, pp. 87.

“Volvemos à força e à glória do equilíbrio com o Estado Novo. E já agora podemos compreender a existência de um chefe que distribua os deveres e as responsabilidades, que comande pelo exemplo e pela orientação, que inspire confiança e exprima as aspirações de paz e de bem estar social, e sem a qual tudo é confusão, entrechoque de forças desordenadas e perigosas. E as grades qualidades de um chefe só se experimentam num ambiente favorável à beleza das idéias e à força das vontades”<sup>123</sup>.

Com a censura prévia estabelecida a difusão da propaganda oficial e o controle das idéias indesejáveis na imprensa ecoavam impunemente sem obstáculos. As manchetes estampavam sempre grandes festejos cívicos (os desfiles, comícios e “paradas de produção” feitos em decorrência do Aniversário do Golpe de 1937, do primeiro de maio, do aniversário da interventoria e outras datas nacionais) e sacralizavam as autoridades do regime. Segundo o próprio interventor: “Se não fossem a *Folha* e a *Rádio Clube*<sup>124</sup>, como poderia ter o meu governo preparado essa formidável organização cooperativista que se estende da capital ao mais distante município do interior do Estado?”<sup>125</sup>.

Era assim através da imprensa que circulava o maior conjunto de interpretes e interpretações dos valores da nova ordem, fazendo chegar a população os símbolos de eficácia da administração do governo. Ela era o púlpito, o palanque, o alto-falante e a vitrine da integração e das transformações pelas quais começavam a passar o Litoral, o Agreste e o Sertão. No interior, fosse a pedra fundamental ou a inauguração de uma grande obra de melhoramentos na educação, na saúde pública e, sobretudo, das obras rodoviárias, como a conservação, pavimentação ou construção de ponte, logradouros e estradas intermunicipais ou

---

<sup>123</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 13.11.1938M, “A Palavra do Interventor”, pp.3.

<sup>124</sup> Com o suprimento das finanças do Rádio Club de Pernambuco feitos por Agamenon Magalhães, a partir de 1938, a sua interventoria passou a se favorecer não só da audição de particulares, mas do “uso de receptores e rádio em todos os municípios do Estado para audições públicas”, que tinha sido criado já na época de Lima Cavalcanti. Dentro da programação de rádio os ouvintes diariamente eram informados sobre os acontecimentos da interventoria, temas gerais e tinham a possibilidade de contatar diretamente o interventor que respondia suas cartas no programa “Conversa com o ouvinte”. Quando a dita Folha tratava-se do jornal Folha da Manhã. Publicado em 21/11/1938, foi considerado pelo próprio interventor, que era seu proprietário, a “tribuna” do Estado Novo em Pernambuco. Com uma alta tiragem diária (chegando ao número de quinze mil) possuía entre outros atrativos ao público leitor uma diagramação moderna, fartamente ilustrada e com fotos, suas folhas possuíam em algumas seções ou edições (existia o jornal matutino e o vespertino, a partir de 24/02/1938) tonalidades em azul ou verde, seu formato era menor e mais fácil de ser segurado (49x34 cm), além de uma boa distribuição dentro e fora do estado e ter a metade do preço dos outros jornais. SOUZA NETO, J. M. G. de. **Op. cit.**, pp. 110 e 113-115. Além disso, outro fato interessante é que a chamada das principais notícias eram dispostas tanto na primeira página como na última e suas respectivas matérias ficavam distribuídas em fragmentos em várias partes do jornal fazendo com que o leitor, para ter acesso a seu conteúdo na íntegra, lesse praticamente todas as folhas no jornal e desta forma tivesse contato com um volume maior de notícias referentes ao regime e aos vários anunciantes, que possivelmente contribuíam para que os custos na venda da Folha fossem os mais baixos do mercado.

<sup>125</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 23.02.1941M, “Três anos de Peleja”, pp.3.

simplesmente trajetos “carroçáveis”, tudo tinha publicidade excessiva chegando a ocupar quase a metade da edição de um jornal. Além disso, com frequência se demonstravam as receitas gastas em tais empreitadas no intuito de provar também a transparência do uso do dinheiro público e logo dar exemplo não só de empenho e trabalho, mas de justiça fiscal e social<sup>126</sup>.

No campo da habitação popular os holofotes foram ainda maiores. Experiência singular que deveria ser sinônimo de progresso e modernização da interventoria, a política de urbanização, sobretudo na capital pernambucana, Recife, prometia atingir diversas frentes. Tendo uma visão profilática e cooptativa acerca do problema social, no caso pontual da moradia, seria então criada, oficialmente em 12/07/1938, a Liga Social Contra o Mocambo, que buscava mobilizar as elites de forma filantrópica contra as moradias populares precárias – os mocambos<sup>127</sup>. Isso porque este, longe de ser visto como um problema gerado a partir das relações de desigualdades sócio-econômicas, era situado como causa de diversos males, a exemplo: da *concentração* urbana desordenada pelo êxodo rural, da *contaminação* de várias doenças por falta de higiene, da *intoxicação* moral pela *vagabundagem* e pela pobreza que inspiraria a *revolta*, o *crime* e a *subversão comunista*. A solução apontada estava na alocação estratégica de vilas populares que unissem a moradia ao local de trabalho. Afastadas do centro urbano estas vilas por sua vez contribuiriam para a reeducação<sup>128</sup> dos trabalhadores/consumidores e abriam caminhos para o embelezamento da cidade<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> Entre vários exemplos destaca-se nesse caso BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 23.02.1941M, “Os municípios do interior no quinto aniversário do Estado Novo”, pp.5-9.

<sup>127</sup> A Liga era uma organização privada, porém, que contava com a presença de todo alto escalão do governo Agamenon além de grandes usineiros e industriais, bem como, da Igreja, que teve destacada atuação. Ver mais informações In: GOMINHO, Zélia de Oliveira. Op. cit.; LIRA, José Tavares Correia. A Romantização e a Erradicação do Mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 1930. In: Revista **Espaço & Debates**, nº 37 – 1994, pp. 47-60; MELO, Marcus André B. C.. “A Cidade dos Mocambos – Estado, Habitação e Luta de Classes no Recife (1920/1964)”. In: **Cadernos do CEAS**, nº 92 – jul/ago 1984.

<sup>128</sup> José Tavares descreve que várias exigências e dispositivos de controle sublinhavam a nova vida daqueles que deveriam se render a civilização da “moradia-modelo” idealizada não pelos mocambeiros, mas pelo Estado, e entre eles destacam-se: “a constituição legal da família, obrigatoriedade de saber ler e escrever, garantia da manutenção da limpeza e conservação do prédio, o impedimento de reforma... proibição de se cuspir no chão ou colocar pregos nas paredes ou mesmo criar animais, sistema de visitação, inspeção e premiação, estabelecimento de regime de recolhimento, repressão ao alcoolismo, e interdição de práticas de convívio comunitário tais como festas, palestras, reuniões. LIRA, J. T. C. Op. cit., pp. 55.

<sup>129</sup> Nesse caso o projeto da interventoria era o de construir, especialmente em Recife, a metrópole-modelo (a exemplo da reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro, da Haussmann em Paris e dos conceitos de belo e monumental da arquitetura nazista) pondo abaixo sobrados antigos e becos substituindo-os por prédios, ruas e avenidas modernas traçadas em prol da higiene e disciplina dos espaços da *urbis*. ALMEIDA, M.G. A.A. Op. cit., pp. 130.

Mas os saldos do sucesso destas realizações da interventoria nunca foram unânimes como a retórica governamental almejava. A glorificação da emigração para o campo e outras regiões e estados de mais de 20 mil pessoas, consideradas improdutivas, revelava ao contrário que a extinção em massa dos mocambos<sup>130</sup> não conseguira abrigar a todos em apenas 5.707 casas construídas na capital e 8.109 no interior, por volta de 1942<sup>131</sup>. No entanto, não só a “mucambopólis” ressurgia aqui e ali como uma ameaça à segurança do regime. Ao lado de alianças, reformas e obras a serem feitas em todo o estado a desordem social e política persistia e se fazia necessário combater os muitos que ainda não haviam aprendido a rezar na cartilha do Estado Novo que precisava ser imposto.

Seguindo os comentários de José Campello<sup>132</sup> a cerca das atividades da Segurança Pública em Pernambuco encontra-se algumas pistas desta situação. Tecendo elogios ao secretário de Segurança Etelvino Lins, na semana do primeiro aniversário do golpe de 1937<sup>133</sup>, o jornalista descreveu que este estava desenvolvendo um trabalho que não deveria ficar “*desapercebido*” diante de todos os outros importantes comentários que se faziam da nova vida política e social: o trabalho de repressão, tais como “*aos jogos proibidos, ao sensacionalismo da imprensa, ao baixo espiritismo e às seitas africanas*”. Seguiu afirmando, no entanto, que a “*inclassificável degradação em que se transformaram os ritos africanos em Recife*” já havia acabado<sup>134</sup>, mas que como advertia o secretário persistia “*na pregação democrática dos bolcheviques clandestinos, que continuaram a ser divulgados em todo o país como esta[va] na literatura pornográfica, no teatro licencioso, na influência corruptora do cinema, no nudismo das praias...*” um dos árduos trabalhos a ser ainda realizado.

---

<sup>130</sup> Calcula-se que em 1937, só em Recife, existissem aproximadamente mais de 45 mil mocambos. Em 1940, na mesma cidade, 215.827 habitantes, de um total de 324.893, residiam em construções com algum tipo de deficiência, sendo que 49.825 delas eram consideradas mocambos. Ver PANDOLFI, D. Op. cit. pp. 65 e LIRA, J. T. C. Op. cit., pp. 58.

<sup>131</sup> *Idem*.

<sup>132</sup> Jornalista com sólidos laços com o interventor Agamenon Magalhães foi uma das figuras que ocupou lugar de destaque na imprensa pernambucana durante todo Estado Novo, a exemplo da presidência da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP). Foi ainda redator-chefe do jornal católico A Gazeta e da Folha da Manhã, onde ficou de 21/11/1938 até 09/01/1941 quando repassou o cargo para Nilo Pereira. SOUZA NETO, J. M. G. de. **Op. cit.**, pp. 118-119.

<sup>133</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.11.1938M, “As atividades da Secretaria de Segurança”, pp.3.

<sup>134</sup> É válido ressaltar que este discurso do extermínio das práticas religiosas de influência africana trata-se de uma produção que representa uma série de relações estabelecidas e interpretadas pelo Estado e alguns de seus aliados especialmente na Igreja, na imprensa e na polícia. A resistência e a circulação das “práticas proibidas” destas religiões foi também uma marca constante durante todo o Estado Novo, sobretudo nas análises feitas por intelectuais e nas estratégias de reinterpretação cotidiana feitas pelos seus próprios praticantes. Ver maiores informações In: CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos Anos Trinta e Quarenta**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2001.

Desta forma a retórica governamental encontrava elementos para enfatizar a necessidade sempre contínua de ampliar os poderes da Polícia. Na interventoria Agamenon Magalhães, os órgãos voltados para a segurança pública foram assim supervalorizados e a montagem de uma verdadeira máquina da desconfiança foi acionada para apontar culpados e garantir a ordem. E neste jogo de caça para que a polícia pudesse exercer uma ação cada vez mais disciplinadora, e se tornasse ao mesmo tempo o principal agente tanto da repressão quanto do medo e da censura, passou a fazer do policiamento sobre a população uma ato de justificativas cada vez mais políticas.

\*\*\*

### **“Polícia e Política”**

*“Dizem que ela existe pra ajudar  
Dizem que ela existe pra proteger  
Eu sei que ela pode te parar  
Eu sei que ela pode te prender  
Polícia para quem precisa  
Polícia para quem precisa de polícia  
Dizem pra você obedecer  
Dizem pra você responder  
Dizem pra você cooperar  
Dizem pra você respeitar  
Polícia para quem precisa  
Polícia para quem precisa de polícia”.*

Tony Bellotto, Polícia (1986).

Entre as diferentes pedras que calcaram o edifício da modernidade uma das mais ostentadas foi a da civilização. Encimentada pela linguagem amarrou-se, na via latina, a sujeitos como o cidadão e o civil, a comportamentos como a civilidade e o civilizado e elegeu como o espaço primordial onde se civilizava a cidade.

Em outra perspectiva a operação discursiva, pela via grega, faz menção a outros acabamentos constitutivos do “processo civilizatório”. A palavra *polis*, que denomina cidade, derrama-se conjuntamente em termos como política, polícia e politesse. Nesse sentido a arte da negociação e do convívio empregada na política seria exercida na sociedade *polité* onde a polícia, que diz dos costumes, hábitos e comportamentos para os quais se clama vigilância, e a

politesse, que é o espírito da sociabilidade, da urbanidade, do decoro e da polidez, coexistiriam pelo bem público<sup>135</sup>.

Dentro destes termos as ações policiais se destacariam como instrumento burocrático particular na sociedade moderna. Com o intuito de servir a sociedade, a polícia deveria ser posta aparentemente como neutra frente às políticas do governo. Nesta faceta a imagem do bem público, para todos, prevaleceria. Ao cidadão caberia renunciar a violência, posto que esta se encontrava a cargo do monopólio policial. Operando de forma legítima a violência, a polícia seria considerada sobre medida a peça responsável pelos dispositivos de auxílio, proteção e vigilância dos percursos da missão civilizadora.

Contudo, a partir deste comprometimento, medidas de intervenção direta sobre as diferentes condutas dos cidadãos que se mostrassem inaptos, criminosos ou delinquentes também deveriam ser aplicadas. Redesenhando seu papel, a polícia também foi canalizando frequentemente suas ações para o campo das denominações do que não deveria ser parte do bem público. As expressões da vontade coletiva em civilizar-se, particularmente na temática do governo, construíram assim uma confluência de esforços em dispositivos de segurança que auxiliassem mais na política dos modernos Estado-nações sobre suas populações nacionais<sup>136</sup>. Quer dizer a institucionalização da polícia como órgão público manteve em parte seus vínculos como instância delegada para e pelo corpo dos cidadãos. Em contrapartida, sobre a faceta das medidas em nome da política de segurança governamental, ocorreu a crescente aproximação com as diretrizes estatais.

Alicerçando o deslocamento policial em prol do governo do Estado de determinada nação o distanciamento do compromisso com os cidadãos foi alargado, sobretudo, diante das outorgas de regimes políticos com plataformas autoritárias e centralizadoras. Nestes sistemas as medidas normativas e de prerrogativas<sup>137</sup> implantadas pelos dirigentes de Estado

---

<sup>135</sup> HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez Editora, 1998, pp. XI-XII.

<sup>136</sup> Aqui se partilha da idéia que, segundo Michel Foucault, a sociedade de governo na modernidade está relacionada ao tripé: “soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais”. É importante frizar que nessa linha de raciocínio o mesmo autor chama a atenção para o fato de que Estado não deve ser supervalorizado como instrumento funcional e rigoroso de estatização da sociedade, mas que se trata de mecanismos de governo em forma de luta política. FOUCAULT, Op. Cit, pp. 291-292.

<sup>137</sup> Segundo Cancelli: “O *estado normativo* estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se expressavam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O *estado de prerrogativas* era representado pelo círculo do poder e pela polícia, em

confeccionaram um amálgama entre a polícia e a política que ganharia difusão exemplar na existência especializada de uma polícia política.

Ao sabor da ampliação das ações de repressão este tipo especial de modalidade policial comungava com um conjunto de procedimentos que remetiam aos delitos que estavam previstos nos códigos, mas que ao mesmo tempo poderia agir no controle de pulsões e desejos daqueles que se pusessem contrários a política do *status quo* do regime vigente. Promovendo a substituição dos objetos a especialização da polícia passou então a incidir na prática mais diretamente sobre o corpo e a “alma” dos indivíduos<sup>138</sup>. Nessa assertiva Elizabeth Cancelli reflete que:

“Sobre os indivíduos é que se deveria agir repressivamente e não sobre o crime propriamente dito. A ação policial deixava de se expressar nas conseqüências da ação do crime, mas dirigia-se diretamente para o sujeito do crime. Não eram mais as manifestações criminosas de sujeitos que incomodavam a sociedade, e sim o próprio sujeito. Em sua direção, a ação deveria insurgir-se”<sup>139</sup>.

No caso brasileiro as experiências erguidas pós-1930 agravaram peculiarmente tal situação na medida em que se distanciando dos poderes judiciários a polícia passou a ser subordinada ao controle excessivo do governo. Centralizando suas ações sobre inimigos concretos (como os liberais, os comunistas, os sem-trabalho e os estrangeiros) a polícia passou a combater, de forma aglutinada, tanto os delitos penais como os políticos<sup>140</sup>. Expandindo-se da vigilância pública às influências na vida privada a polícia política brasileira validou assim espaços extralegais onde a missão civilizadora organizou uma ampla estrutura de “profilaxia social”<sup>141</sup>.

\*\*\*

---

uma esfera inatingível pela lei”. CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência – A polícia da era Vargas**. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília – EDNUB, 1994, pp. 27.

<sup>138</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, pp. 19.

<sup>139</sup> CANCELLI, Op. Cit., pp.29

<sup>140</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>141</sup> SAMET, H. “Construção da Brasilidade Excludente” In: APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993, pp. 49.

## **Organizando a Organização Policial**

*“ No Brasil, muitos integrantes da polícia ainda se consideram acima da lei...  
O alto índice de letalidade que infelizmente existe na ação policial,  
pede a necessidade de modernização da organização policial,  
de informes e dados que tenham uma dimensão nacional  
e que possam orientar as políticas públicas”.*

Mário Mamede, Secretário de Direitos Humanos do Brasil, 2005.

Para agir diante das necessidades de controle social, vários postulados de modernização foram pronunciados como ordem do dia ao longo do governo Vargas. Configurando-se a priori na idéia de promoção da organização de novas estruturas no aparelho estatal caberia, sobretudo, ao governo centralizar as orientações a serem empreendidas. Preocupações concernentes a reformas institucionais, reaparelhamento de quadros pessoais e materiais, além de capacitações técnicas adequadas, desdobraram-se então principalmente diante do fortalecimento do aparelho da polícia política.

De acordo com os pesquisadores do APERJ tal fortalecimento já vinha, no entanto, ocorrendo de forma gradativa desde a proclamação da República. Segundo esta vertente as novas expressões do Estado enquanto agente do controle social se deram a partir da grande mobilidade de “homens livres”. Com direitos de cidadania adquiridos na liberal Constituição de 1891, estes livres despertaram nas elites um forte sentimento de insegurança quanto ao espaço e ao uso da política.

Nesse contexto novos contingentes populacionais, como dos imigrantes e ex-escravos, passariam a significar o espaço urbano como lugar privilegiado na busca por melhores condições de vida diante das possibilidades de produção manufatureira e insipiente industrialização, bem como, de serviços de saneamento, transporte e energia, construção civil e comércio. Em contrapartida, sem estrutura suficiente para abrigaria a todos, as cidades seriam também o espaço das ilusões e das contradições para uma grande massa de “despossuídos”. A necessidade de regularização do “mundo do trabalho” e do “não trabalho”, do “bom” e do “mau cidadão”, passou então a ocorrer com maior ênfase e o uso das instituições jurídicas e policiais despontou assim como forma mais adaptada do Estado e seus mecanismos formais de controle e exercício físico de repressão. Organizar a políticas de segurança e ordem pública seria nessa compreensão um aprimoramento do preparo, da

organização e do aparelhamento das referidas instituições, só que agora na esfera do domínio público<sup>142</sup>.

A idéia do grupo carioca baliza ainda que as mudanças que se processaram durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da estrutura da Policial Civil do Distrito Federal, seguiriam alguns eixos fundamentais como a *ampliação do efetivo policial e do número de delegacias, a profissionalização* (com propostas de “carreira policial” com remuneração dos cargos e criação de Escolas de Polícia) e a *criação de órgãos especializados*. Longe de acontecerem eficazmente na prática essas propostas alimentaram, contudo, mais e mais a crença na “missão civilizadora”, na responsabilidade pela “higiene pública”, bem com, na eficácia via “saber técnico-científico” desenvolvidas pelos órgãos policiais, e corroboraram com a operação intensa da violência e da repressão que se ampliou abertamente durante os anos trinta e quarenta com o advento de regimes de exceção.

Dentro da ótica apresentada o que se prioriza então é que, de maneira mais ou menos formalizada, a polícia política da Era Vargas não modificou práticas repressivas, mas que as favoreceu traçando uma continuidade de especializações. No tocante a polícia política do Distrito Federal, Marília Xavier esclarece, por exemplo, que ela seria resultante de um processo de especialização herdado de antecedentes na década de 20 e que do ponto de vista institucional se concretizaria no ano de 1944<sup>143</sup>.

Apresentando outra abordagem, a especialização da polícia política para Elizabeth Cancelli, ao contrário, é analisada sob a ótica da redefinição e distinção ampla dos serviços policiais. “A renovação da polícia foi um dos fundamentos de todas suas transformações estruturais nos primeiros anos da década de 30”<sup>144</sup>, diz a autora. Desta forma a criação da

---

<sup>142</sup> CARPI, I. e CAMPOS, J. “Polícia, ciência e ‘higiene social’” In: APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993, pp. 28-29.

<sup>143</sup> Segundo a linha de pensamento da autora a criação formal da polícia política se deu no Distrito Federal, em 1933, com a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Contudo, esta delegacia constituiu um grande elo entre os órgãos encarregados dos serviços de segurança pública da Polícia Civil, que se iniciara com o repasse das competências e atribuições administrativas da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública à 4ª Delegacia Auxiliar em 1922; que prosseguiu com a extinção da 4ª Delegacia que repassou suas funções à DESPS, que, por sua vez, ganharia o *status* de Divisão com o surgimento institucional do Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P) em 1944. XAVIER, M. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. In: APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993, pp. 32-33.

<sup>144</sup> CANCELLI, Op. Cit., pp. 52.

Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPPS), por exemplo, é considerada não como continuidade, mas como um marco decisório contra os problemas de ordem política.

Segundo Cancelli mesmo assumindo que a predecessora da DESPPS, a 4ª Delegacia Auxiliar, tenha se ocupado de tais problemas alega que o fez sem serviços especializados herdados dos anos dez e vinte, cuidando, sobretudo, de processos de vadiagem, homicídio, meretrício, etc. Com a DESPPS, no entanto, verificou-se uma ação burocratizada e direcionada contra suspeitos e delinquentes políticos, que sistematizou o serviço de repressão organizando seu trabalho diário não só com a colaboração de setores distintos da polícia local, mas com a centralização de uma grande rede de ações e dos serviços de informação em todos os estados da federação.

De qualquer maneira em ambas as visões assinaladas converge o fato de que inegavelmente a figura do chefe de polícia passou a exprimir, diante da estrutura hierarquizada dos órgãos policiais, uma importância nunca vista<sup>145</sup>. No Distrito Federal, “a estabilidade do poder policial era tão evidente, que de 1933 a 1942, no período mais seguro do governo Vargas sob o ponto de vista do efetivo controle das instâncias de poder, houve apenas um homem na chefia de Polícia do Distrito Federal [*Felinto Muller*], mas seis<sup>146</sup> diferentes ministros da Justiça e Negócios Interiores”<sup>147</sup>. Ainda neste período mencionado, chama a atenção o fato de que a parte do aparato policial sob a chefia de Muller se destacou também por ter ultrapassado a estrutura administrativa do mesmo Ministério da Justiça e de sua centralização do controle policial chegar ao ponto de ser repetidas vezes comparada à centralização do Estado, sob o comando de Vargas.

A questão de que as atribuições de caráter político do aparato policial tornaram-se essenciais a manutenção da ditadura de Getúlio Vargas é também uma outra unanimidade apontada entre os pesquisadores. A tendência se põe aí diante do papel de monopolização legal da violência pelo Estado como algo que imbrica e confunde a formação das instituições

---

<sup>145</sup> XAVIER, M. Op. cit., pp. 33 e CANCELLI, Op. cit., pp. 51.

<sup>146</sup> Foram eles: Vasco Tristão Leitão da Cunha (20/08/1941-17/07/1942), Francisco Luis da Silva Campos (09/11/1937-17/07/1942), José Carlos de Macedo Soares (03/06/1937-09/11/1937), Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães (12/02/1936-03/06/1937), Vicente Rao (24/07/1934- 07/01/1936). Francisco Antunes Maciel Júnior (07/11/1932-24/07/1934). Vale ressaltar que aí ficam excluídos os que exerceram cargo interino como Francisco Negrão de Lima (13/09/1938-17/01/1941) e Amadeu da Cunha Laquintinie (20/01/1936-12/02/1936). Fonte: <http://www.mj.gov.br/institucional/ministros.html>, acesso em 26/06/2004, às 15:58:02.

<sup>147</sup> CANCELLI, Op. cit., pp. 51.

policiais com a própria construção e expansão da burocracia estatal e dos valores oficiais de governo.

Ampliando um pouco tal questão Marcília Gama da Silva defende que a estratégia para analisar a organização da polícia política consiste em acompanhar como diferentes visões institucionais sugerem adequações às necessidades administrativas de cada momento histórico e dentro de suas atribuições e funcionalidade demonstram relações não só com o Estado, mas com as manifestações da tecitura social<sup>148</sup>. Nesse sentido, diferentemente dos autores anteriores que se detiveram mais sobre as experiências do Distrito Federal, a perspectiva de Silva possibilita ainda que se pense tanto na articulação quanto na especificidade das esferas Federal e Estadual da polícia política.

Nesse sentido é importante ressaltar que logo após 1930 o propósito de assegurar a organização e o funcionamento de um “Estado Moderno” foi conduzindo a sistematização permanente tanto das forças armadas, das guardas estaduais como da especialização dos policiais locais. Dentro do conjunto burocrático os pilares desta “governamentabilização” tinham o propósito de disciplinar e corrigir as falhas de uma administração “solta” e envolta nos vícios do excesso de descentralização política do antigo regime liberal.

Sem possuir um projeto acabado, mas demonstrando dinamismo para moldar as experiências que pudessem ocorrer frente aos interesses de um fechamento do regime político, que garantisse um modelo nacionalista autoritário, o governo Vargas empreendeu assim diversas reformas administrativas voltadas para a centralização da segurança pública. Em um de seus atos logo no Governo Provisório destacou que:

“O interventor federal no estado, usando das atribuições que lhe conferem as leis em vigor, e tendo em vista a deficiência do aparelho policial, necessário à segurança e a ordem pública, e, considerando que tal desígnio só poderá ser atingido com a organização de uma polícia técnica e de carreira, cujas bases, esboçadas na organização das delegacias regionais, serão ampliadas à medida que as condições financeiras do Estado e os dados da experiência a ditarem”<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> SILVA, Marcília Gama da. **O Dops e o Estado Novo: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco 1930 – 1945**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1996, pp. 67-68.

<sup>149</sup> Acto nº 143 (09/02/1931). Ver BR/APEJE/SDI, “Decretos, Actos e Notas do Governo Provisório”. Recife: Imprensa Oficial, 1931/1932, pp. 58-59.

As aproximações policiais com as instâncias dos organismos executivos de representação federal deveriam contrariar assim a “ordem” promovida pelas tradicionais milícias do poderio dos coronéis. Julgando diminuir o poder de fogo dos combates armados destes políticos locais o governo tomava medidas que valorizassem a possibilidade da missão regeneradora do Estado via seu próprio exercício legal de militarização.

Instrumentalizando pouco a pouco o controle do poder central o deslocamento das divergências regionais também se articulou na política do Sistema de Interventorias. Isso porque com os agentes políticos estaduais e regionais nomeados por Vargas, ficaria, por sua vez, a cargo destes gerir diretamente as forças policiais. A essa medida somou-se também a promulgação do Código dos Interventores<sup>150</sup> que buscando conter, por sua vez, a concentração de poderes dos novos políticos locais, agora representados nas ações dos interventores federais. De tal forma estes ficavam proibidos de: contrair empréstimos sem que previamente o governo federal os autorizasse; realizar despesas ordinárias com os serviços da polícia militar que ultrapassassem 10% dos recursos de seus estados; equipar suas polícias estaduais de artilharia e aviação ou em proporções superiores as do Exército nacional<sup>151</sup>.

Diante deste enfoque o novo direcionamento do aparato policial foi adquirindo perfil cada vez mais federalizado. Como um dos bons exemplos deste processo podia ser percebido nos exercícios de efetivo controle do governo realizados na capital federal, Rio de Janeiro. Através do Decreto nº 22.332 (10/01/1933) formalmente passou a ocorrer a articulação da inspeção direta do presidente da República e da superintendência do Ministro da Justiça e Negócios Interiores sobre o serviço policial da capital federal. Além disso, pelo mesmo decreto, tendências a especializações se esboçaram na criação de uma Diretoria Geral de Investigações<sup>152</sup> e da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS).

Na prática estes novos órgãos funcionavam com uma quebra de subordinações administrativas e judiciárias, confundindo em muitos casos missões da polícia militar e judiciária<sup>153</sup>. A formalidade da tutela do Ministério da Justiça não se sustentava integralmente

---

<sup>150</sup> Como ficou conhecido o Decreto nº 20.348, de agosto de 1931.

<sup>151</sup> PANDOLFI, In FERREIRA & DELGADO, *Op. cit.* pp. 19.

<sup>152</sup> Esta diretoria era composta pelo Instituto de Identificação e Estatística Criminal, o Instituto Médico-Legal, o Gabinete de Pesquisas Científicas e seis seções especializadas. XAVIER, M. *Op. cit.*, pp. 32.

<sup>153</sup> Para agir diretamente sobre a sociedade observa-se que com a politização das polícias as funções de policiamento ostensivo para preservação da ordem pública e as funções repressivas da polícia judiciária e

na hierarquia proposta, construindo de forma clara e precisa diretrizes policiais que se justificavam de práticas de sigilo e de segredo<sup>154</sup> para aplicar de forma assimétrica a lei. Nesse sentido, ficando geralmente subordinados a ação direta das chefias policiais, alinhados ao círculo político de poder exercido por Getúlio Vargas, estavam órgãos como as Delegacias Auxiliares, as Delegacias Distritais, a Delegacia de Estrangeiros, a Inspetoria Geral de Polícia e a Corregedoria, a Diretoria Geral de Comunicações e Estatística, a Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade além das já citadas Diretoria de Investigações com seus trabalhos técnicos, a DESPS e seus e outras delegacias de Ordem Política estaduais<sup>155</sup>.

Prontos a intervir sobre qualquer instabilidade os agentes da polícia calcaram suas realizações na dicotomia entre o que deveria ser pela norma o que de fato fariam guiados pelos pressupostos da política e das disponibilidades do momento. Com a indefinição e o não estabelecimento de regras precisas sua eficácia sobre a população ensaiava a disseminação do terror e a necessidade de um regime cada vez mais forte para lidar com as possíveis ameaças. Em conveniência estrita com essa lógica a elasticidade da repressão policial possibilitava que volta e meia a contratação de investigadores extranumerários fosse feita pelo chefe da polícia acrescentando ou diminuindo os orçamentos e gastos policiais<sup>156</sup>.

Construindo um jogo de associações entre os atos policiais e os interesses das autoridades políticas não foi também coincidência o fato das polícias estaduais serem formalmente subordinadas aos interventores federais ao mesmo tempo em que passaram a estar diretamente subordinadas à polícia do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, à Presidência da República<sup>157</sup>.

Em Pernambuco as medidas desta burocratização e reordenamento da parte administrativa levaram a criação de organismos da polícia que se distribuíram em uma maior esfera de atuação. Agindo em consonância com a política de segurança pública varguista as

---

investigatória para infrações penais, existentes hoje como competências, respectivamente, das polícias militares e civis, eram na prática realizadas muitas vezes pela mesma instância sob a dimensão de atender mais às necessidades políticas do que necessariamente legal.

<sup>154</sup> Em seus comentários Lefort afirma que o lugar e a função dos agentes policiais não deveriam ter estabelecimento certo nem inspirar segurança. Ao contrário também o “ideal do segredo se revelava gêmeo do seu conhecimento” e, portanto do poder de eficácia de suas ações. LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: Os Limites do Totalitarismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, pp.84.

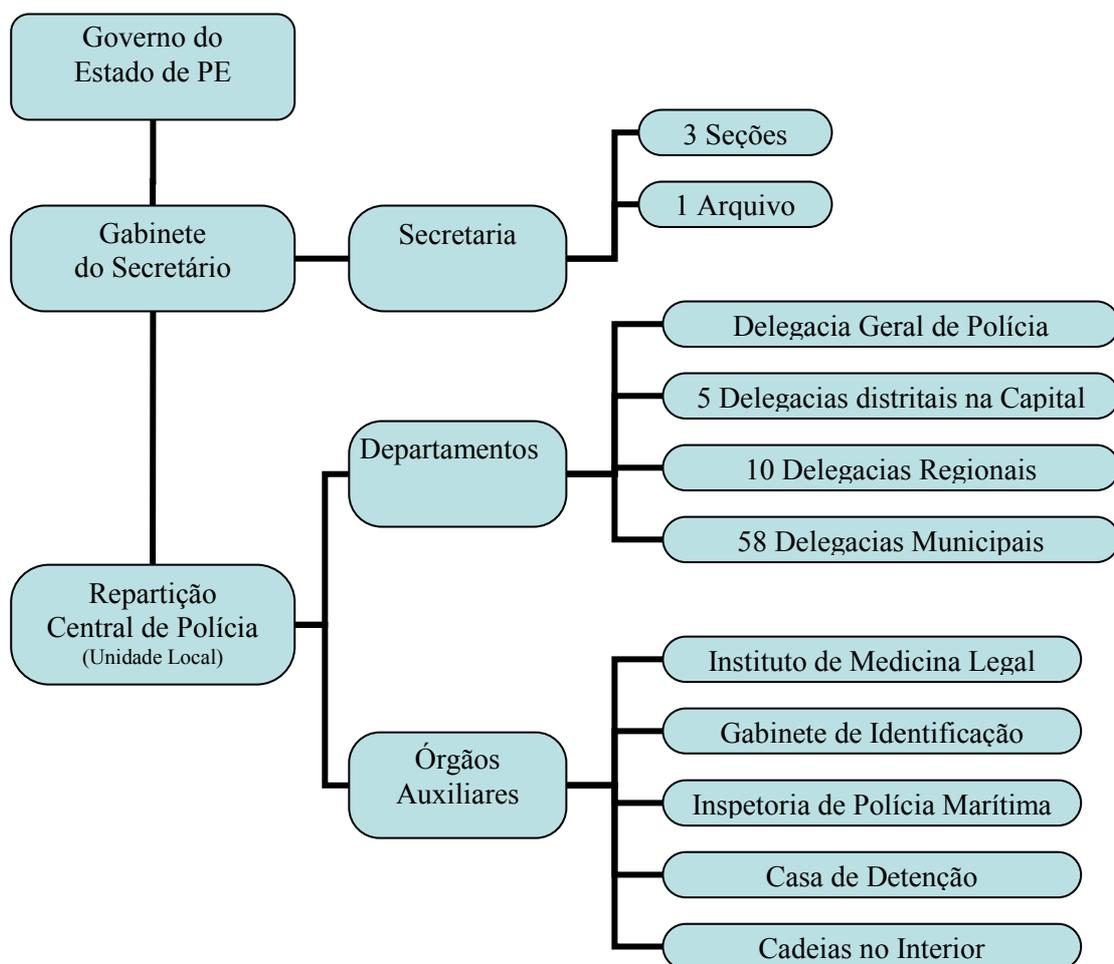
<sup>155</sup> CANCELLI, Op. cit., pp. 54-55.

<sup>156</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>157</sup> CANCELLI, Op. cit, pp.50.

interligações mantidas com as polícias de várias partes do País começaram a ser cada vez mais rotineiras, e suas organizações passaram a sofrer relativa padronização em relação aos grupos federais.

Até meados de 1930 os núcleos administrativos do Gabinete do Secretário do governo pernambucano eram compostos por uma secretaria com três secções, portaria e arquivo que gerenciavam entre outros os serviços da polícia civil. Nesse momento a polícia civil estava organizada em torno de uma Repartição Central de Polícia (RCP) que possuía quatro departamentos e alguns órgãos auxiliares, descentralizados entre si, como se pode observar no organograma abaixo:



Fonte: BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”. (Organograma adaptado pela autora).

Com as medidas de segurança pública realizadas após o ato nº 143, de 09/02/1931, que atribuiu aos interventores federais às necessidades emergenciais de controle social, ocorreu o reaparelhamento policial com a organização técnica e de carreira e com a criação de novas Delegacias Regionais coordenadas por uma Delegacia Geral de Polícia, em substituição a estrutura local e descentralizada da RCP.

Porém visando radicalizar e distinguir-se cada vez mais das estruturas anteriores que se julgavam ultrapassadas foram sendo criados em Pernambuco dispositivos cada vez mais subordinados ao governo. Uma das medidas mais expressivas que ilustra tal situação foi a implementação de uma Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, SSP-PE (Decreto nº 73, 03/06/1931). Substituindo a Delegacia Geral de Polícia a SSP-PE passou a gerenciar todo o aparato policial pernambucano com ligação direta aos organismos executivos do Estado. De acordo com Marcília Gama da Silva o status de secretaria alçou a importância dos segmentos policiais não só no seu vínculo direto com a cúpula do estado, mas com a demonstração de seu papel privilegiado como agente fundamental do setor de segurança, controle social e de manutenção do próprio governo<sup>158</sup>.

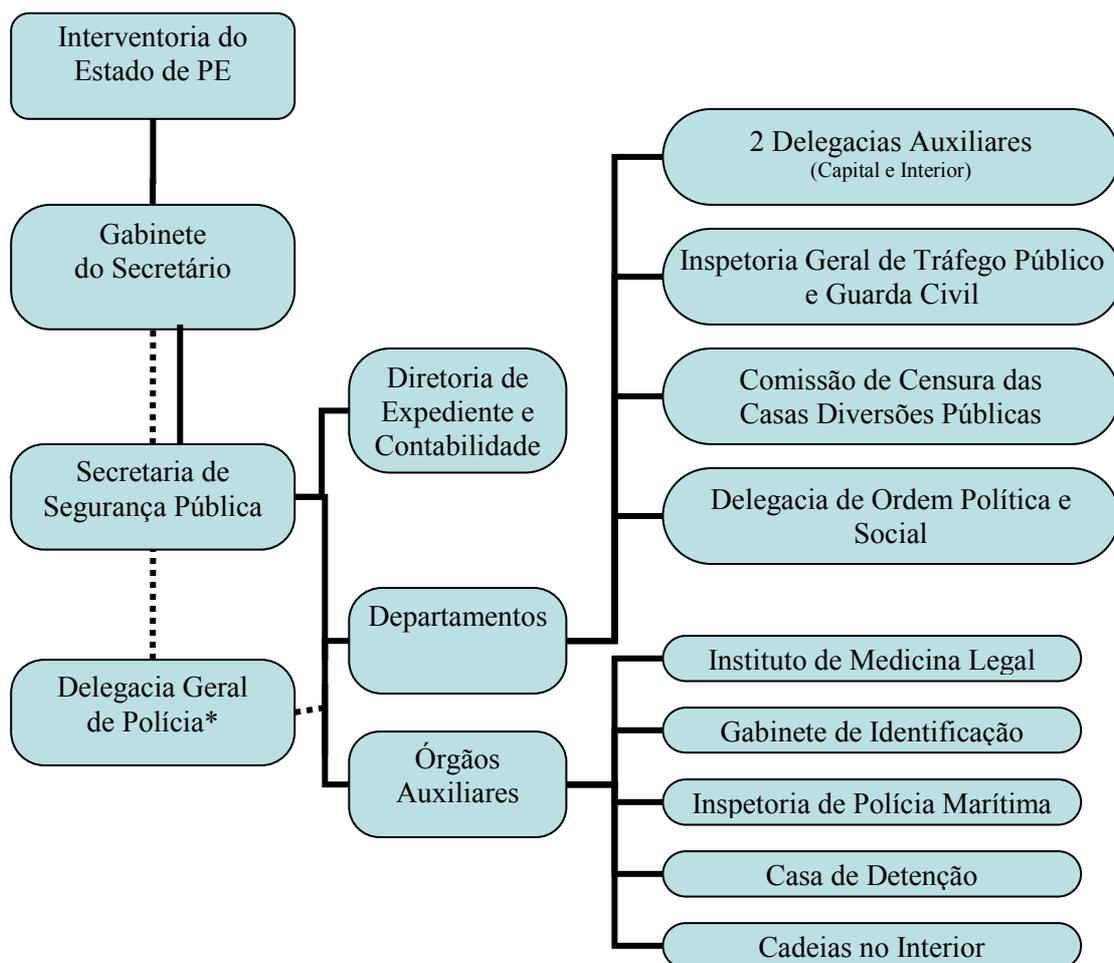
A ampla estrutura irradiada pela SSP-PE passou a contar com uma Diretoria de Expediente e Contabilidade para secretariar as necessidades diretas de seu funcionamento administrativo e da divulgação de seus serviços, que apareciam com frequência em jornais como a Folha da Manhã. Nesse ínterim em meio as experiências centralizadoras no lugar da Inspetoria Geral da Polícia foram criadas as Delegacias Auxiliares<sup>159</sup>, sendo uma responsável pela capital e outra pelo interior. Possuindo delegados distritais, comissários inspetores, escrivãos, escreventes e oficiais de justiça formaram-se nessas delegacias grupos que executavam o trabalho de apuração dos casos de rua propriamente dito. Fazendo ainda com que a SSP-PE estendesse seu raio de ação junto à polícia de costumes foram aglutinando os serviços de veículos e da polícia de rua, na Inspetoria Geral de Tráfego Público e Guarda Civil; além da criação de uma Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas; e da instauração do combate às ações “anti-sociais” pela Secção de Ordem Política e Social<sup>160</sup> como se dispõe a seguir:

---

<sup>158</sup> SILVA, M. Op. cit., pp.69-70.

<sup>159</sup> Decreto nº 102 (13/11/1931). Ver BR/APEJE/SDI, “Decretos, Actos e Notas do Governo Provisório”. Recife: Imprensa Oficial, 1931/1932.

<sup>160</sup> SILVA, M. *Idem*.



Fonte: BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940” (Organograma adaptado pela autora).

Consolidando uma vasta rede da corporação policial, que já começara a implementar ações de centralização via estruturação de serviços estratégicos contra o comunismo, incluindo até auxílio internacional<sup>161</sup>, o Ministério da Justiça criou, em 03 de dezembro de 1935, uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e no dia 14 do mesmo mês reformou e aperfeiçoou o uso da LSN. A partir daí a potencialização das ações, sobretudo, das polícias políticas ganham o lugar mais privilegiado desta dinâmica. Elas passam assim sistematicamente a prender e levantar provas e vínculos (reais ou presumidos) para condenar os implicados relacionados com os comunistas, fazendo a quantidade de investigadores extranumerários crescer sensivelmente. Prosseguindo de modo invariavelmente violento esta

<sup>161</sup> Através de um livro de recortes de jornais feito especialmente depois da Intentona Comunista nota-se que o governo Vargas recebeu não só elogios como diversos apoios de países como os EUA e Alemanha em forma de cooperação técnica para os órgãos de repressão. BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº, 4570. Sobre o tema da cooperação policial internacional ver estudo mais detalhado de CANCELLI, E. “De uma sociedade policiada a um Estado Policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30” In: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI. **Revista Brasileira de Política Internacional**. São Paulo: Ano 36, nº 1/1993, pp. 67-86.

trajetória pode ser observada em Pernambuco quando a antiga Secção da Ordem Política e Social passou rapidamente por várias modificações. Quer dizer mal se fizera o Decreto-Lei 361, de 29/12/1934, que transformava tal Secção em uma Inspetoria de Ordem Política e Social, sobreveio, em menos de um ano, sua elevação de *status* para uma especializada Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Foi um “presente de Natal”<sup>162</sup> que a Lei nº 71, de 23/12/1935, dera à sociedade no intuito de acalmar os ânimos acirrados pelos “sessenta mortos e mais de duzentos feridos”<sup>163</sup> que foram computados só na capital, Recife, na conjuntura das adaptações às providências enérgicas que deveriam ser empregadas junto ao recente conflito comunista.

Contudo nas palavras do interventor Agamenon Magalhães percebe-se que a retórica da mudança e do aprimoramento persiste nas questões pertinentes a segurança.

“A nova administração à organização policial, sobreveio o golpe de 10 de novembro de 1937. Com ele, a nova constituição, proporcionando, por meios hábeis, uma ação decisiva e enérgica contra as devastações do nosso patrimônio moral, contra, enfim, toda forma de solapamento dos bens e das garantias sociais. Iniciou-se essa tarefa eficazmente com o advento do Estado Novo, dando-nos nova orientação à organização policial e ativando-se as medidas de proteção à sociedade.”<sup>164</sup>

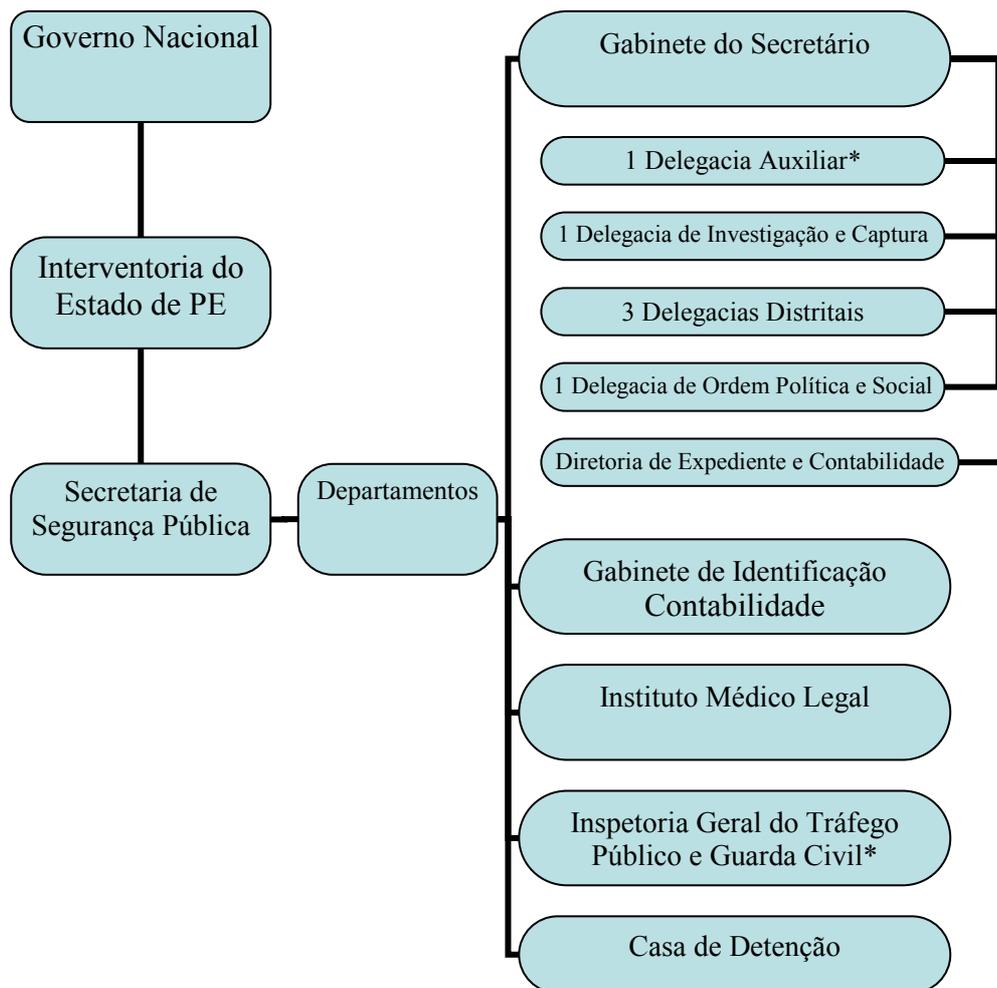
Desta maneira segue apresentando em seu relatório, sobre a Secretaria de Segurança Pública, uma nova dimensão da organização policial:

---

<sup>162</sup> De acordo com Silva é emblemático observar que duas grandes sistematizações que regulamentaram as metamorfoses da superestrutura que vai refinando as práticas de intervenção social da polícia pernambucana, o Decreto nº 361 e a Lei nº 71, ocorreram nas proximidades de um *reivellon* e às vésperas de um Natal. Períodos em que tradicionalmente a administração pública tende a rarefazer suas atividades, a pesquisadora aponta o uso estratégico destas ações para convenientemente fazer passar sem muita visibilidade a legitimidade de medidas de força e arbitrariedade ao mesmo tempo em que se operava na lógica do sigilo o bom desempenho policial. Informações verbais fornecidas por Marcília Gama da Silva na palestra “Os arquivos sobre o Golpe de 1964 em Pernambuco: A memória viva da repressão”, no encontro “Sob o Olhar da Ditadura”, na FUNDAJ, em Recife, 01/04/2004.

<sup>163</sup> BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 7939, recorte de jornal “O Globo”, 28/11/1935.

<sup>164</sup> “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”.



Fonte: BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940” (Organograma adaptado pela autora).

Sem explicitar que à medida que as turbulências sociais cresciam levavam a projeção de medidas complementares na SSP-PE, o interventor procura enfatizar que com o advento do Estado Novo uma linha de serviços realmente integrados começou de fato a ser aplicada no estado. Atendendo as alterações propostas pelos Decretos nº 32, de 06/01/1938, e nº 262, de 19/01/ 1939, o interventor defende a tese de que eliminando os órgãos supérfluos e racionalizando suas atribuições, bem como, fixando a hierarquia de todos os órgãos policiais ao secretariado, seriam corrigidos os erros do passado de modo “perfeito”. Daí terem sido adotadas como principais medidas: 1) a substituição das duas Delegacias Auxiliares por uma de Delegacia Auxiliar e uma de Investigações e Capturas; 2) a posterior a extinção da Delegacia Auxiliar\*, bem como da Delegacia do 3º Distrito da Capital e da Inspetoria Geral do Tráfego e da Guarda Civil\* para serem criadas uma Delegacia de Trânsito e outra de Vigilância Geral e Costumes; 3) além da ligação direta do Gabinete do Secretário com a

Diretoria de Expediente e Contabilidade estreitaram-se os laços com a Delegacia de Investigações e Capturas, com as Delegacias Distritais e com a Delegacia de Ordem Política e Social; e 4) a equiparação do Gabinete de Identificação, do Instituto Médico Legal, da Inspetoria Geral do Tráfego e da Guarda Civil e da Casa de Detenção com as categorias enquadradas no Gabinete do Secretário.

\*\*\*

---

**3. RETRATANDO OS SÚDITOS DO MAL  
PELA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Contemplando vários momentos do projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas as restrições às atividades estrangeiras assumiram uma nova feição em decorrência do conflito mundial que se estabelece a partir de 1939 na Europa. No caso da comunidade alemã a admiração e a desconfiança, que ambigualmente marcaram sua trajetória, assumiram um ponto ápice. Contudo a retórica governamental que louvava a inserção deste grupo na vida brasileira cambiava os sentidos de integração pelo de repressão e exclusão daqueles que não se adequavam rapidamente às medidas de patriotismo e abasileiramento.

Levando em consideração a ampliação do aparato e das ações da polícia política, tendo em vista os vários mecanismos de excessiva vigilância das pessoas e entidades realizadas até então, as perseguições sobre os “súditos do eixo” alemães, no período legitimador de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial após 1942, intensificaram estruturas já montadas de indesejabilidade do estrangeiro no seio nacional. As fotografias dos ideais do regime deveriam ser divulgadas e as demais, convenientemente aprisionadas. Adicionado aos aspectos das políticas nacionalizadoras o índice dos possíveis emissores do “perigo alemão” começou a ser articulado com o perigo externo do nazismo.

Diante da capitulação da Alemanha e do fim da guerra em 1945 o “perigo alemão” se arrefeceu como justificava das práticas repressivas da polícia política, e como sinônimos de súditos do mal identificados aos nazistas emergiriam todos aqueles que se pusessem a margem da democracia, inclusive o próprio regime ditatorial do Estado Novo.

\*\*\*

### **Os Lugares do Estrangeiro - *O Corpo Estranho***

*“Um lugar é a ordem onde (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”.*

M. Certeau, *Invenção do Cotidiano*.

Funcionando como um dispositivo a mais de sujeição da sociedade, agora sobre o discurso do patriotismo, visava-se, no entanto, combater dentre vários um potencial “perigo” que espreitava o Estado Nacional: o estrangeiro.

Concebido como um corpo de origem externa o estrangeiro poderia ser compreendido, de acordo com Alcir Lenharo, sob o signo do desconhecido, daquele que portaria constituições estranhas à “substância nacional” e daí a saúde da nação e a integridade dos seus<sup>165</sup>. Nesse sentido a conversão de um inimigo naturalmente maléfico ao organismo da nação sedimentava imagens como a do “alienígena”, “parasita” ou “dejeito a ser eliminado”<sup>166</sup>. Mesmo sem se caracterizar como um adversário real do regime esse “outro de fora” foi constantemente construído sob paradigmas xenófobos que o caracterizavam como um exótico ao projeto nacionalista, identificado como uma ameaça à segurança nacional e à construção da brasilidade.

No entanto, a experiência da imigração em larga escala, desde o século XIX, sobretudo, para atender a expansão cafeeira, a necessidade de demarcação de regiões de fronteiras e de aquisição de mão-de-obra especializada, fez com que a sociedade brasileira reservasse e pleiteasse espaço para alguns que vinham de fora. O ingresso na ordem liberal e no mundo do trabalho livre e assalariado havia acelerado a necessidade de novos braços capazes de gestar vias de progresso e modernização.

A constituição de 1891, por exemplo, em seu Título IV, que tratava “Dos Cidadãos Brasileiros”, procurava assegurar condições e direitos de cidadão não só aos nacionais, mas aos estrangeiros. Visando legalizar a permanência destes, afim de que residissem e trabalhassem no país, Baleeiro explica que estes respectivos direitos incluíam “a grande naturalização, isto é, a de todos os estrangeiros que se achando no Brasil a 15-11-1889 não se declarassem, dentro de 6 meses após a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem”<sup>167</sup>.

Além disso, os estrangeiros que residindo no Brasil, mesmo recentemente à época, possuísem bens imóveis, fossem casados com brasileiros e/ou tivessem filhos brasileiros poderiam adquirir cidadania brasileira, salvo opinassem o contrário. Levando em consideração a grande precariedade da circulação destas informações vale salientar que estas medidas foram de maior relevância para a população urbana, pois nas áreas mais interioranas

---

<sup>165</sup> *Idem, ibidem*, pp.113.

<sup>166</sup> *Idem*.

<sup>167</sup> BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras: 1891** (Coleção Constituições Brasileiras; v.2). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2000, pp.35.

muitos imigrantes tornaram-se legalmente “brasileiros” sem si quer tomar conhecimento disso<sup>168</sup>.

Nos anos 30, a busca pela fórmula coerente entre essa visão acerca do estrangeiro que, mesmo sendo estranho ao nacional poderia servi-lo, passou a ser pautada diante das limitações e apreciações de uma política estatal marcadamente nacionalista e autoritária. A crescente radicalização do papel do Estado como agente da construção nacional, através de sua atuação forte, intervencionista e normatizadora das diretrizes que deveriam determinar a ordem social não poderiam permitir que os brasileiros, natos ou naturalizados, não comungassem da identidade coletiva inserida em sua órbita. Considerando que aqueles que se identificavam como sujeitos ou projetos vindos de fora da fronteiras da nação poderiam significar um perigo a tal política, o governo Vargas sistematizava, no entanto, os estrangeiros como marca e símbolo do indesejável ou do desejável.

A Racionalização da raça, da cultura e do mercado de trabalho, por exemplo, dariam a tônica positiva ou negativa com que os estrangeiros seriam correspondidos. E nesse sentido vários debates realizados por segmentos da intelectualidade brasileira<sup>169</sup>, sobretudo a partir da década de 20, ajudaram na fundamentação das bases racionais e teóricas do regime diante dos “estrangeirismos”.

Arquitetando instrumentos interpretativos sobre a história e a sociedade brasileira, tanto na dimensão cultural como na política, essa intelectualidade se pôs então a serviço do Estado Nacional como sinônimo de recuperação da nacionalidade. Entendiam que “o nacionalismo cultural buscava a identidade nacional a partir dos aspectos da cultura brasileira atrelados a idéia de um nacionalismo político pautado na noção de unitarismo do corpo social viável através da ação de um Estado centralizador e autoritário, responsável por reger a sociedade nos moldes nacionalistas”<sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> MAGALHÃES, Marionel Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998, pp. 123.

<sup>169</sup> Afora os Modernistas, destacaríamos neste rol alguns pensadores nacionalistas autoritários como Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Francisco Campos e Plínio Salgado. Ver MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

<sup>170</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias Vol.01. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, pp.42.

Questionamentos acerca da identidade e do caráter nacional, da miscigenação e heterogeneidade étnica, sobre as heranças escravistas, o peso da politicagem das oligarquias, a importância da modernização do Estado e a mistura entre o fascínio e a crítica da mimetização de soluções estrangeiras foram alguns dos temas sistematizados pelos intelectuais e que davam a tônica das discussões sobre em que medida deveria se dá a interação entre o fator externo/estrangeiro e o interno/nacional<sup>171</sup>.

De modo geral buscava-se a valorização de fatores de diferenciação nacional que caso sofressem alguma influência estrangeira esta teria sido incorporada e adaptada sobre critérios de seleção, autonomia e originalidade genuinamente brasileiras. Os aspectos de singularidade e novidade do regime deveriam nesse bojo ser preservados e disseminados a todo custo e em qualquer retórica.

Diante de tais aspectos, que marcariam a singularidade do regime, o caso da questão da unidade étnica e racial era tido por muitos como a condição primordial e constituinte do corpo social e político brasileiro. Isso porque se tratava aí de marcar distância e constituir pontos diferenciais sobre aspectos visíveis das características físicas/biológicas e morais/psicológicas da nação brasileira frente aos demais povos do mundo, estabelecendo ainda, por outro lado, mecanismos de legitimidade, controle e amortização das diferenças internas.

Respaldados no discurso científico da época, vários critérios de classificação racial sistematizavam pressupostos de que existiam diferenças étnicas inatas. As características culturais partilhadas por um grupo étnico, tais como a língua, a religião, os costumes, as tradições e o sentimento de procedência de um grupo e pertencimento de um lugar, eram assim condicionadas ao progresso ou ao atraso, a condição civilizada ou primitiva em decorrência das diferenças em termos de características da formação racial de seu povo.

Distinções de superioridade ou inferioridade racial dos povos mesuravam desta forma as possibilidades do retardamento ou desenvolvimento próprio das nações via fundamentos orgânicos. Esse tipo de investimento do poder, que perpassava diretamente o corpo das

---

<sup>171</sup> MEDEIROS, Op. cit; SKIDMORE, Thomas. “Criadores de Mitos: Os Arquitetos da Identidade Nacional Brasileira”. In: **O Brasil Visto de Fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, pp. 71-98.

massas<sup>172</sup>, buscou generalizar o discurso de triunfo da raça elegendo como ponto de vista ideal a ser glorificado a expressão branca do tipo ariano.

Apoiando-se em homens da ciência como Gobineau, Agassin e Le Bon, tal idealização pautava-se na justificativa de existência de uma raça pura expressa na preservação do branqueamento do povo de origem ariana. De acordo com esses pressupostos científicos acreditava-se encontrar na escala superior da hierarquização das raças os povos germânicos, os saxões e eslavos, seguidos dos celtas, latinos e vários outros povos culminando nos da base inferior onde encontrar-se-iam os semitas, os asiáticos, os indígenas e os negros<sup>173</sup>.

Porém o sentido de procedimento do poder suscitado e derivado deste racismo biológico representava um preço simbólico à identidade nacional diante da diversidade do conjunto social, sobretudo em um país bastante miscigenado como o Brasil.

Concordando com Stuart Hall vê-se que a idéia de unificar as culturas nacionais em torno da raça e da etnia deve ser pensada como “um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”<sup>174</sup>. O mecanismo da diferenciação das identidades nacionais residiria sobremaneira a partir das formas diferenciadas com que cada comunidade se imaginava, inventava ou narrava diante das outras<sup>175</sup>.

Sem subordinar, na prática, todas as diferenças, divisões e contradições internas, o jogo do poder continuava a se deslocar entre recuos e avanços<sup>176</sup>, lealdades e sobreposições de preconceitos de cor. Era como se costurando diferentes retalhos coloridos se pudesse ao final da tarefa fazer predominar a imagem do integral, do todo da colcha onde os corpos dóceis

---

<sup>172</sup> De acordo com Foucault a relação corporal entre as massas e o aparelho estatal, que substitui os mecanismos de integridade do corpo na figura real do monarca e na prática do suplício, é mediada nas sociedades modernas por métodos que visam penetrar e expor diretamente no corpo os efeitos do poder. Os métodos de disciplina do corpo pela normatização, assepsia ou exclusão de determinadas raças são exemplares nesse sentido. Ver debate mais amplo na entrevista “Poder-Corpo” In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, pp. 145-147.

<sup>173</sup> Vale salientar que essa discussão precede o momento aqui mencionado, que equivale as gerações da década de 1920-40, sendo bastante difundida na produção da intelectualidade brasileira desde o século XIX. Nessa perspectiva três trabalhos sistematizam bem o problema de teorização da raça no Brasil: SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical – História Cultural e Polêmicas no Brasil 1870-1914**. SP: Companhia das Letras, 1996; e SCHWACZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>174</sup> HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004, pp. 61-63, (*grifo do autor*).

<sup>175</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>176</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, pp. 146.

pudessem repousar tranquilos e sonhar com sua integridade racial e também nacional. A teoria da mestiçagem e do branqueamento favoreceu então essa confecção no modo de tecer relações conciliatórias para com as idéias sobre o caráter específico da formação brasileira alicerçado no tripé das três raças: a branca, a negra e a indígena.

Redimensionando uma espécie de “consciência do atraso” pela predominância da mistura de raças inferiores a própria argumentação racista permaneceu oportuna no discurso conservador brasileiro<sup>177</sup>. Combinando e atualizando os pressupostos do racismo científico, que visavam proteger a pureza do sangue, a estratégia do hibridismo e da camuflagem da degeneração do mestiço foi uma das vias de conciliação encontrada. Procurando respaldo em apreciações evolucionistas de fontes européias tais como Darwin, Haeckel e Spencer esses artifícios depuraram a lei da concorrência vital e da dominação do mais apto centralizada na supremacia do elemento branco. A degenerescência genética dos “mestiços” tornou-se, por exemplo, ambivalente ao discurso do transformismo onde apesar da hereditariedade dos fatores raciais inferiores, a fusão destes com elementos considerados superiores estava sujeita a evolução, seleção e adaptação. A valorização da mestiçagem se sustentaria a partir daí pela premissa de que predominariam no cruzamento de populações mestiças, como a brasileira, a capacidade de integração e assimilação com povos estrangeiros de raças evoluídas, visto que o gene branco era considerado o mais forte.

A evidência científica do melhoramento da raça poderia inclusive ser reafirmada na eugenia. Estudando causas e condições para controlar e instrumentalizar racionalmente o aprimoramento da raça humana, os postulados da “Ciência Eugênica” ajudaram a sedimentar, junto ao discurso dos intelectuais e do governo brasileiros<sup>178</sup>, a valorização de tipos cruzados assegurando que a ascendência natural dos brancos era inversamente proporcional a diminuição progressiva das populações negras. A originalidade da raça brasileira estaria então em sua capacidade de branqueamento prevista para se concretizar em pouco mais de um século<sup>179</sup>. Através da aspiração do branqueamento abriam-se assim não só portas para a

---

<sup>177</sup> SCHWACZ, Lilia Moritz **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.241

<sup>178</sup> Neste caso um exemplo expresso desta conduta pode ser visto na alínea b) do artigo 138 da Constituição de 1934. Segundo consta torna-se incumbência da União, dos Estados e dos Municípios “estimular a educação eugênica”. Ver POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras: 1934** (Coleção Constituições Brasileiras; v.3). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, pp. 166.

<sup>179</sup> SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp.81-82.

suavização das diferenças raciais brasileiras, mas, ao mesmo tempo, para qualificar os lugares ideais de alguns estrangeiros que poderiam contribuir com os projetos nacionais.

\*\*\*

### **Os Limites do Admissível**

*“Há atualmente entre nós, não sabemos porque,  
uma certa hostilidade ao imigrante, ao estrangeiro,  
o que precisa desaparecer... todos nós que constituímos  
a elite brasileira, somos descendentes de antigos de antigos imigrantes...  
porque o Brasil é obra do Português”*

Othon Bezerra de Mello,  
Comerciante e industrial, Membro do IHGP, 1939.

Como se pode perceber, a oposição genérica ao corpo estranho do estrangeiro poderia ser posta de lado e levar a aceitação do imigrante, especialmente daquele que atendesse aos projetos de branqueamento da raça. No entanto, gradações sucessivas classificavam e reclassificavam os diferentes povos que migravam para o Brasil. Procurando matizar argumentos referentes à associação do evolucionismo biológico com o cultural e das determinações da raça com as do meio pode-se ver ainda um conjunto de reflexões que situavam na história e nas tradições outros lugares pertinentes ao estrangeiro.

As láureas feitas aos imigrantes lusitanos na retórica do governo Vargas foram exemplares nesse sentido<sup>180</sup>. Constituiriam o grupo de onde emergiriam as principais referências de aceitabilidade ou não de estrangeiros no Brasil. Lenharo afirma que a imagem construída em torno do português que aportava no país neste momento era genericamente a de um sujeito “de origem agrária, dócil, que vinha reforçar a matriz básica de criação do tipo racial do brasileiro”<sup>181</sup>.

Historicamente associavam-lhes ainda a representação do elemento original predisposto<sup>182</sup> a dinâmica multirracial. Em decorrência da pretensa facilidade de assimilação

---

<sup>180</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 16.04.1938M, “Nenhuma restrição à Imigração portuguesa”, pp.2.

<sup>181</sup> *Op.cit.*, pp. 113

<sup>182</sup> Sobre essa “predisposição” ver no ensaio histórico-social “Casa Grande e Senzala” o primeiro capítulo: “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: Formação de uma sociedade agrária, escravocrata e

os lusos eram assim considerados, dentro da trajetória de heranças coloniais, a “raça história”<sup>183</sup> de pioneiros saneadores da ameaça da negritude. Alegava-se que se por um lado eles haviam incentivado a escravidão, que fez aportar no Brasil milhares de degenerados e inaugurara a “luta de raças” entre o branco e o negro, também possibilitara superar e muitas vezes ocultar os erros do passado nacional.

Mesmo apontando-se as contribuições dos fatores da força física e material, dados pelo árduo trabalho de índios e negros na agricultura da grande lavoura, era sempre preferível apontar as superiores virtudes portuguesas. Isso porque, salvaguardando a descendência portuguesa dos brasileiros seriam criadas condições essencialmente necessárias à construção da imagem de um país de brancos. Os elos junto a raça latina, a cultura helênica e as tradições católicas eram outros preciosos legados que poderiam ser preservados e difundidos<sup>184</sup>.

Por motivos semelhantes a esses legados observou-se que da convergência em torno dos imigrantes portugueses<sup>185</sup> estabeleceu-se uma rede de afinidades que poderiam ser favorecidas nas políticas do governo federal brasileiro a imigração de latinos (sobretudo italianos e espanhóis), eslavos (como os poloneses) e, sobretudo, diante de rasgados elogios de vigor da raça, os germânicos (como os alemães e austríacos). Brancos com raízes culturais nas tradições da civilização européia, identificados com o exercício do trabalho ordeiro, disciplinado e produtivo, principalmente no campo, somavam-se ainda à imagem destes estrangeiros a influência positiva da modernização empreendida por seus Estados-Nações<sup>186</sup> de origem.

Contudo, o posicionamento com relação ao contingente imigratório que seria incentivado no Brasil não era consensual. Nas cidades o estrangeiro era constantemente responsabilizado pelo crescente desemprego e pelos desajustes na economia. Como

---

híbrida”. Nele Gilberto Freyre realiza uma filtragem das teorias racistas revertendo-as no ufanismo sobre o mestiço e num discurso culturalista em que os portugueses “democraticamente” já se dispunham ao longo de sua vasta história a misturar, entre mouros e negros, seus valores morais e étnico-raciais.

<sup>183</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 17.06.1938V, “Raça”, pp.3.

<sup>184</sup> ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A Construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco. (1937 – 1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2001, pp. 229-231.

<sup>185</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 16.08.1938V, “O Imigrante”, pp.03 e 12.

<sup>186</sup> Em todos esses países o “desencanto liberal” das décadas de 20-30 havia possibilitado uma crescente modernização do Estado via a ascensão de regimes nacionalistas autoritários como o de Salazar em Portugal, o do general Franco na Espanha, de Mussolini na Itália, o do marechal Pilsudski na Polônia e de Hitler na Alemanha.

trabalhador nos insipientes centros industriais era identificado como uma ameaça que incitava mobilizações operárias e disputas de classes. No campo, apesar de ter sido largamente desejado pelos latifundiários, corria-se o risco de vê-los enclausurados em quistos coloniais entravando o projeto nacionalista de aperfeiçoamento da raça. Somando-se a isso, havia ainda a resistência cultural mantendo hábitos e costumes exógenos que inibiam com frequência a integração e abasileiramento do imigrante.

O perigo internacional representado pelos estrangeiros poderia ainda ser correspondido com a imagem do “inimigo sorrateiro”<sup>187</sup> que infiltrado no país se utilizaria, principalmente, da disseminação da desordem social como instrumento de usurpação econômica e política.

As vozes que clamavam os benefícios do incentivo a imigração e da ampliação de políticas de relações externas passaram a ser constantemente desfavorecidas pelo medo da invasão subreptícia de um inimigo externo e ardiloso. A retórica da “cobiça imperialista”, do medo da “guerra civil” e dos disfarces dos “preceitos políticos e raciais”, vistos na voz da verdade, demonstravam isso.

Vivia-se um momento em que a corrida imperialista por parte de várias nações não havia cessado com o término da Primeira Guerra Mundial. Exercida no plano internacional, a partir dos grandes países europeus e dos norte-americanos, tal corrida continuava a caracterizava-se pela forma direta de expandir-se territorialmente, bem como, pela forma indireta, que informalmente procurava adotar táticas expansionistas de mercados ou de zonas de influência cultural e política.

O discurso de alerta ao imperialismo pelo governo Vargas era na verdade uma tentativa de interditar os reais limites que o Brasil ainda dispunha no cenário mundial<sup>188</sup>. Circunscrito a uma relação de forças desfavorável em termos de concorrência com as potências mundiais já estabelecidas coube ao Estado Novo erigir um conjunto de práticas

---

<sup>187</sup> ARENDT, Hannah.. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>188</sup> De acordo com a historiadora M<sup>a</sup> Helena Capelato a política nacionalista de Vargas explorou pouco o uso dos elementos antiimperialistas, que eram mais comumente utilizados como bandeira pelos movimentos de esquerda (Ver CAPELATO, M<sup>a</sup> Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998, pp. 53). Contudo entende-se neste trabalho que ao invés de articular apropriações do discurso de combate aberto ao imperialismo das grandes potências mundiais, o governo Vargas procurou sim difundir uma ampla retórica do estado de alerta contra as ameaças, cobiças e olhares imperialistas desenvolvidas no âmbito nacional por determinados grupos estrangeiros.

protecionistas onde o combate ao inimigo externo se daria de fato muito mais no plano das políticas internas (com exceção, por exemplo, para as participações brasileiras nas guerras mundiais). A nova e ainda frágil colocação brasileira no “concerto das nações civilizadas” permitia que o país fosse orientado para que seu desenvolvimento interno pudesse demonstrar, frente aos países estrangeiros, a imagem de fortalecimento da nação. Ser patriota e disciplinado era as melhores armas de que o país poderia dispor naquele momento de “espetáculo de ameaças”. Era uma ação que dependia apenas dos brasileiros que, sem dissensões, deveriam se mostrar em união. Ficar livre das proteções, garantir a soberania do país e evitar a guerra civil, nesse contexto, eram objetivos do regime para impedir que se abrisse margem à infecção dos perigos externos.

Nesse ponto, os debates sobre a questão do estrangeiro no Brasil procuraram trabalhar mecanismos de poder onde a orientação se detinha mais na certeza do que deveria ser negado, do que não podia ser, do que não podia vingar<sup>189</sup>. Passados os limites do admissível se sedimentariam então a rejeição aos grupos que aglutinassem mais elementos que se opusessem em maior escala aos interesses nacionalistas.

\*\*\*

### **Repressão e Punição: uma arte de fazer saber**

"Conheça o inimigo e a si mesmo e você obterá a vitória sem qualquer perigo;  
Conheça o terreno e as condições da natureza, e você será sempre vitorioso."

Sun Tzu, A Arte da Guerra (século IV a.C.).

Após alguns meses da implementação da reorganização da SSP-PE o discurso da interventoria Agamenon Magalhães procurava legitimar de várias formas as marcas do progresso das diretrizes do Estado Novo em Pernambuco. Apresentando todos os quadros predecessores como ineficazes uma de suas estratégias foi a de recorrer a focalização não só da divulgação da nova dimensão do aparato policial, mas das providências que esta alastrava na vida econômica e moral dos pernambucanos. Nessa perspectiva, o expressivo papel da reforma realizada pelo secretário Etelvino Lins passou a ser repetidamente elogiado, como neste editorial da Folha da Manhã:

---

<sup>189</sup> LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papirus/UNICAMP, 1986, Op. Cit, pp. 114.

“Não havia divergências na opinião pública em relação a necessidade de uma reforma na polícia civil de Pernambuco. Não era segredo para ninguém a disparidade entre os vencimentos dos seus funcionários e das demais repartições do governo, tanto mais chocantes quanto os serviços da polícia são de extrema responsabilidade e exigem esforços que, muitas vezes, não podem sofrer confronto com os daqueles que trabalham, sem o perigo a que estão sujeitos os encarregados de velar pela tranqüilidade pública.

Acresce que as Secretarias do Estado como bem frisou a interventoria nos seus considerandos aos decretos que estabeleceu a reforma, “são órgãos constitucionais perfeitamente iguais”, não se justificando senão por uma verdadeira aberração das normas mais comezinhas da equidade, a disparidade que até então existia entre os seus funcionários de categorias idênticas.

A injustiça era flagrante. E não sabemos do que mais possa ferir a sensibilidade (como, aliás, de todo indivíduo), matando-lhe o estímulo e perturbando-lhe a vontade que a injustiça na distribuição, pelo Estado dos vencimentos e promoções a que eles têm por serviços prestados a comunidade e ao poder constituído.

Mas, não era somente por essa disparidade odiosa de vencimentos entre funcionários de igual categoria, que se impunha a reforma agora levantada a efeito da Secretaria de Segurança Pública. O estímulo mais forte para o desenvolvimento técnico e moral do funcionário está precisamente aos postos imediatamente superiores. E esse estímulo não existia para os funcionários da Secretaria de Segurança anquilosados “nos estreitos limites do departamento” em que atuavam e onde não lhes era permitido o acesso na função pública. Sejamos francos em afirmar que o caso era simplesmente odioso...

Nem se diga que o reajustamento e o “arejamento” pelo acesso, dos quadros do funcionalismo da Secretaria de Segurança, dependiam de grandes despesas para o orçamento do Estado. O senhor Etelvino Lins projetou a reforma dentro de um tal critério e tão rigoroso senso de equilíbrio que, no lugar do argumento da despesa, ela resultou numa economia de mais de oito contos de reis!

O “prodígio” aparente da reforma reside, apenas, na inteligência, no caráter e no civismo de um homem que é uma das mais legítimas expressões da velha estirpe pernambucana que sabiam servir a Deus e a sua terra pensando muito mais nos interesses da coletividade que neles próprios.

O senhor Etelvino Lins verificou, ao primeiro golpe de vista, que podia sugerir a reforma, melhorando os vencimentos e favorecendo o estímulo dos seus subordinados, sem sobrecarregar o orçamento público: o que havia na Secretaria de Segurança Pública, era muita injustiça, preferências odiosas, parasitismo e o que mais assinalava a administração pública no velho e indecoroso regime liberal-democrático ou nesses sete anos que o vesânico palavroso desencadeou sobre Pernambuco as sete pragas do Egito e mais algumas de quebra.

O interventor Agamenon Magalhães prossegue, assim, na sua humana e patriota tarefa de abrir outros horizontes à vida e à capacidade, à dignidade e ao futuro do funcionalismo em Pernambuco.”<sup>190</sup>

Ver-se que o argumento do saneamento dos vencimentos injustos do regime liberal-democrático, se comparado a outras repartições que não tinham tantas responsabilidades e

---

<sup>190</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 06.08.1938M, “A Reforma da Secretaria de Segurança”, pp.3.

perigos, e mesmo entre funcionários de categorias idênticas na área da segurança pública, percorre toda a fala. Paralelamente, observa-se que o discurso da justiça e da equidade, para inexistência de divergências internas, combinava-se então com o estímulo moral e financeiro que a reforma do novo regime dizia trazer.

Sem disparidades no exercício da autoridade, nas promoções e nos vencimentos entre os superiores e demais membros da equipe de segurança, a matéria propõe que com a reforma não só seriam valorizados e desempenhados com afinco os serviços de segurança pública (não mais enrijecidos dentro de departamentos) como seria combatido o desequilíbrio nos cofres públicos. O planejamento escrupuloso e a justiça fiscal da reforma coroavam ainda de méritos a autoridade competente do próprio secretário, o articulador e condutor da mudança, bem como, do interventor do estado que sabiamente o nomeara.

Forjando o ideal do nacionalismo centralizador, que proporcionava à sociedade a igualdade em todos os planos, tal discurso acerca da reforma foi complementado ainda pela disponibilização dos orçamentos e receitas gastas na reorganização do funcionalismo da SSP-PE<sup>191</sup>.

Os números, contudo são bastante tendenciosos. A distribuição dos vencimentos mensais, anuais e totais fica relacionada a um montante pessoal onde os que ganham mais aparecem individualizados e os que ganham menos são condensados em grupo para que os valores de ambos se aproximem. Além disso, ao observar atentamente a classificação de pessoal têm-se algumas lacunas acerca daqueles que não se encontravam regularmente a serviço da SSP. Na parte variável do Gabinete do Secretário os investigadores adidos e especiais podem ser tomados como exemplo deste caso, sobretudo, quando se sabe que Pernambuco vinha recebendo elevados montantes extras dos cofres federais<sup>192</sup> para que os quadros da SSP-PE fossem ampliados.

De toda forma os números não pararam por aí. No contexto dos primeiros passos da reforma em 1938 foi divulgado que:

---

<sup>191</sup> Ver Anexo 02 e 03. Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.06.1938M, “Reorganizando o Funcionalismo da Secretaria da Segurança”, pp.7.

<sup>192</sup> Segundo Dulce Pandolfi: “ainda em dezembro de 1937 o ministro da Justiça abre um crédito de 5 mil contos para a repressão ao comunismo a nível nacional, sendo que desta quantia 2 mil contos caberiam a Pernambuco. Tratava-se de uma cota elevadíssima e repartida desigualmente em relação aos demais estados da federação”. PANDOLFI, D. Op. cit., pp. 56-57.

“As estatísticas falam com uma clareza meridiana. Alcançamos nesse período os mais baixos índices de criminalidade já registrados nesses últimos oito anos de administração policial em Pernambuco. Eis um quadro definitivo:

Anos	Homicídios Dolosos	Lesões corporais dolosas
1931	44	245
1932	37	243
1933	43	227
1934	37	267
1935	40	237
1936	29	220
1937	23	193
1938 (1º Semestre)	06	46
Médias 1931-1937	35	236
1938	12	86
Diferenças de média	23	150
Diferença percentual	65,7%	63,5%” <sup>193</sup>

Mais uma vez a eficácia está pautada na disponibilização contraditória de valores. Sendo que desta vez a média de seis anos, que foram computados integralmente, é comparada com a média de um único semestre do ano 1938, levando a grandes diferenças numéricas que desta maneira enaltecem o curto espaço de tempo ao invés de questioná-lo.

O papel repressivo e especializado da DOPS-PE também foi um outro elemento explorado na divulgação da reforma. Salientar o combate e a eliminação dos inimigos do regime, como os liberais e os comunistas, era nessa ótica uma forma de enaltecer a própria força e autoridade do Estado Novo e legitimar o uso de ações de força como se percebe abaixo:

“A seção de repressão aos elementos anárquicos que vivem da exploração liberal e da exploração comunista (liberalismo e comunismo confundem-se) é hoje uma das mais completas da polícia do Estado. O Sr. Etelvino Lins e os seus mais graduados auxiliares podem devanear-se de prestar, com a organização e atividade deste departamento da Secretaria de Segurança, um dos mais assinalados serviços a causa pública. De Pernambuco e do todo o Brasil.

Sejamos sinceros em confessar que a falta de repressão foi umas das causas preponderantes do assalto extremista de 1935. E a agitação político liberal que algumas vezes reportou por aí a fora depois da Revolução de 1930, não teve origem diversa...

<sup>193</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 10.11.1938M, “As atividades da Secretaria de Segurança”, pp.3.

Repressão e punição são elementos básicos da segurança pública. Quando o Estado não capacidade e força para reprimir e punir, é que ele anda a dois passos da derrota dos aventureiros revolucionários e de uma nova ordem das coisas. Todas as desgraças sociais e todas as subversões políticas nascem do enfraquecimento e da desmoralização da autoridade.”<sup>194</sup>

Considerando então a repressão e a punição como os traços basilares da segurança pública, foi comum observar na defesa desta mesma retórica o uso de valores numéricos. Lançados à população em resultados estatísticos, tais números procuravam surpreender pela evidência cabal de altos índices de eficácia e rapidez da nova administração policial especializada em seções de repressão afirmando:

“Que o secretário de Segurança vem cumprindo severamente sua promessa, aí estão, para prová-lo, as últimas estatísticas da Delegacia de Ordem Social, ainda não de todo divulgadas e das quais passamos a fazer um resumo para os nossos leitores. Aquela Delegacia efetuou as seguintes diligências até setembro de 1939:

Buscas realizadas .....	522
- Indivíduos presos, cujas atividades extremistas ficaram comprovadas ....	74
- Indivíduos processados .....	61
- Captura de condenados pelo T.S.N. ....	19
- Cumpriram pena .....	10
- Células comunistas descobertas .....	9
- Prontuários abertos .....	440

Os números falam bem claro. E a comunidade pernambucana pode dormir tranqüila...”<sup>195</sup>

Ao se deter nos dados apresentados o leitor, contudo poderia perceber algumas discrepâncias. A primeira delas entre as centenas de buscas e as dezenas ou unidades de capturados/condenados. Em seguida que a punição e a repressão em si, de acordo com os números, perdiam espaço para atividades estratégicas como a vigilância e a suspeição em decorrência do alto índice de prontuários. Somando-se a isso existe o fato de que por se tratar de uma informação “não de todo divulgada”, ocorre a declaração aberta da existência de lacunas. Nesse sentido, comparando dados idênticos que foram publicados em um relatório do Governo Agamenon Magalhães sobre a Secretaria de Segurança Pública<sup>196</sup> no mesmo

---

<sup>194</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 12.11.1939M, “Repressão e Punição”, pp.3.

<sup>195</sup> *Idem.*

<sup>196</sup> BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

período, percebe-se que elementos questionáveis foram subtraídos tal como o dado de 508 diligências efetuadas que somadas as buscas realizadas dariam um saldo de 1030.

Observando, por outro lado, o regimento interno da SSP-PE faz-se necessário analisar mais de perto quais seriam as atribuições que destacavam o papel da DOPS-PE:

“Compete a Delegacia de Ordem Política e Social:

I- *Fiscalizar* a produção e comércio de armas, munições e explosivos;

II- *Fiscalizar* os hotéis, pensões e casas de cômodos;

III- *Reprimir* o porte e a posse clandestina de armas e processar as licenças para esse fim;

IV- Exercer a *censura prévia* à imprensa e do teatro, do cinematógrafo e da rádio-difusora e proibir, quando necessário, a circulação, a difusão e a representação;

V- Promover, durante o estado de emergência, as medidas consignadas no art. 168 da Constituição Federal, a saber:

a) *Detenção* em edifício ou local não destinado a réus de crime comum; desterro por outros pontos do território nacional, ou residência forçada em determinadas localidades e do mesmo território, com privação de liberdade de ir e vir;

b) *Censura* de correspondências e de todas as comunicações orais e escritas;

c) *Suspensão da liberdade* de reunião;

d) *Busca e apreensão* em domicílio;

VI- *Capturar* os criminosos pronunciados ou condenados pelo TSN;

VIII- Exercer a *Vigilância especial* para prevenir os crimes da alçada referida no inciso anterior;

a) Crimes contra a ordem política e social;

b) Crimes contra a economia popular;

c) Contravenções de fabrico e uso de armas, sociedades secretas e uso ilegal da arte tipográfica (Cons. Das leis penais – L. –III- Cap. V. VIII e IX.) (...)

Outras iniciativas da atual administração policial:

- Alterações no tráfego de ônibus;

- Melhoramento da casa de detenção e do regime carcerário no interior;

- Redução de correlacionais;

- Padronização dos vencimentos e racionalização do Serviço Público;

- Medidas de *simples prevenção* social contra o espírito de facção;

- *Sensacionalismo* na imprensa;

- Medidas de *profilaxia moral e social*: jogos proibidos, casa de tolerância, baixo espiritismo, decoro público, seitas africanas e prática de ciências herméticas;

- Campanha contra banditismo e repressão ao furto de animais;

- *Combate sistemático ao extremismo*;

- *Combate sistemático ao comunismo*;

- Ação Policial no Interior”<sup>197</sup>.

O controle policial descrito neste quadro dá mostras da ampliação da sincronia entre o aparelho de Estado e os canais sociais. Medidas prévias de fiscalização, de censura e de vigilância podiam caminhar concomitantes às ações diretas de repressão, detenção, suspensão, busca e apreensão, capturas e combates. Tal situação alimentava o fato de que os subterfúgios do trabalho da polícia política sustentavam-se muitas vezes na simples desconfiança ou suspeita, independente de imprecisões estatísticas, jurídicas, etc. que estas podiam se basear. Perseguir e vigiar para estrategicamente mapear e incriminar o suspeito daria a mostra dos sentidos que a repressão política havia assumido. Segundo Xavier:

“A denúncia do comportamento que se condenava o crime “político” consistia em relatórios policiais que, em geral, afirmavam o acusado como “perigoso” para a sociedade. O *modus operandi* do aparelho policial e a manutenção da ordem pública cumpriam-se num ambiente do desconhecimento e despreparo. Os conceitos de “ordem e segurança pública” se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade de embate político”<sup>198</sup>

Estabelecendo a partir daí uma relação entre o aparato, a lei e o discurso policial, percebe-se nitidamente que para programar as estratégias de repressão era necessário fazer o controle social a partir do controle de informações. Estas podiam ser produzidas ou apreendidas pelos próprios policiais ou pelas autoridades e simpatizantes do regime.

Como destaca Marcília Gama o sistema administrativo integrado da SSP-PE era executado “por meio de um sistema completo de protocolos, registros e arquivos” onde a finalidade de tal universo se constituía, no entendimento da própria organização policial, em categorias de *Investigação* (passo inicial de averiguação, pesquisa e diagnóstico das atividades suspeitas de pessoas físicas e jurídicas), *Censura* (procedimento de controle político-cultural, paralelo ao simultâneo à investigação, adotado quando constatada atividade suspeita) e *Repressão* (procedimento efetivado quando da comprovação da existência de práticas subversivas)<sup>199</sup>.

---

<sup>197</sup> BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”. Recife: Imprensa Oficial, 1939, grifos nossos.

<sup>198</sup> XAVIER, M. *Op. cit.*, pp. 32

<sup>199</sup> SILVA, Marcília Gama da. O Acervo DOPS: Da Administração à História In: “*Revista do Arquivo Público*”. Recife, v. 42, nº 47, 1997, pp. 79-78.

No entanto, quebrando na prática a lógica hierarquizada que estas “atividades-fins” pareciam ter, Priscila Perazzo lembra que “o mais importante não era chegar a concluir se o suspeito seria mesmo culpado ou não. O mais importante era deter o suspeito, impedir que viesse a ‘cometer o crime’”<sup>200</sup>. Desta forma o conhecimento policial deveria classificar e fazer saber objetivamente e de forma contínua quem seriam os sujeitos ao potencial para o crime, a delinquência ou subversão: “a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro”<sup>201</sup>.

Valendo-se assim do regime de exceção, e posteriormente na década de quarenta do estado guerra, as ações da polícia política fizeram com que as informações da vigilância da sociedade se sobressaísse como “forma econômica”<sup>202</sup>. Quer dizer através das práticas preventivas ou de simples averiguações indivíduos suspeitos eram mapeados podendo ser recolhidos a qualquer momento, já que a polícia não precisava procurá-los, mas simplesmente reconhecê-los dentro dos critérios de perigo à ordem política e social<sup>203</sup>.

O acúmulo de dados pelo simples fato de ter sido gerenciado pelas autoridades policiais procurava assim marcar as ações de progresso das instituições estatais e disciplinar a sociedade. Esta podia ser surpreendida com um corpo de informações que variavam de uma simples denúncia ou leve suspeita a uma participação efetiva em uma rede subversiva política ou que atentasse “contra a moral e os bons costumes”, mas que levavam os indivíduos não só a possibilidade de serem punidos, mas antecipava os acusados a seu crime, pois na prática tudo poderia ser utilizado como prova incriminatória. Fossem nos documentos característicos da investigação (como sindicâncias, parte de serviço, recortes de jornais, fotografias, informações de rádio, telex, telegrama e radiograma, salvo conduto, etc.) ou da censura (panfletos, cartas, discursos, charges, manifestos, propaganda clandestina, livros, letras de músicas, etc.), as ações da repressão se deslocavam continuamente para se fazer valer como potência estratégica da polícia. Nesse sentido, os fichários de identificação criminal, mesmo

---

<sup>200</sup> PERAZZO, P. F., Op. cit. pp. 148-149.

<sup>201</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, pp. 19.

<sup>202</sup> FOUCAULT, M. Op. cit. pp. 147.

<sup>203</sup> Como bem lembra Perazzo “em muitos casos, o indivíduo sobre o qual pairava a suspeita, era mantido preso, ficando à disposição da delegacia até que se concluísse o inquérito. Se nada ficasse comprovado, ele poderia ser posto em liberdade após dois, seis ou até doze meses...”. PERAZZO, P. F. *Idem*.

que não remetessem a abertura de um prontuário individual ou funcional<sup>204</sup>, estabeleciam um dos mecanismos mais relevantes para o encaminhamento de mecanismos repressivos.

No caso específico do mapeamento de estrangeiros além das suspeições em torno de elementos e associações que pudessem ser contrários ao regime foi bastante comum para a abertura de prontuários o motivo de verificações para efeito de naturalização, retirada de passaporte, solicitação de salvo conduto, atestado de bons procedimentos, regulamentação de trabalho, atestado de moradia, de estada como turista, representante comercial, técnico, artista, cientista, etc.. Elaboradas pela DOPS-PE tais informações contavam nesse sentido com a cooperação do Gabinete de Identificação, responsável pelo Serviço de Estrangeiros no Estado de Pernambuco, providenciado diante das determinações legais<sup>205</sup> que se deram com a campanha de nacionalização dos estrangeiros no Brasil.

Após o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial o governo Vargas começou a sentir restrições a seu “duplo jogo”<sup>206</sup>, que empreendera até então no campo as relações internacionais. Grupos dentro do próprio governo se dividiam: alguns, como o ministro Oswaldo Aranha demonstrando otimismo à aproximação norte-americana; e outros, como os ministros Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e Francisco Campos, bem como, o Chefe de Polícia Felinto Müller, simpatizavam abertamente com o bloco nazista.

Nesse contexto, somente na DOPS-PE já haviam sido fichados 772 indivíduos da origem alemã<sup>207</sup>. Simples informações como nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, profissão, endereço residencial e profissional, estado civil, nome do cônjuge e de filhos, a data

---

<sup>204</sup> Os prontuários individuais e funcionais remetem, respectivamente, à pessoas físicas ou jurídicas. Desta maneira ambos acumulam informações geradas em torno de indivíduos ou entidades, sendo que no funcional a vida das pessoas na coletividade, suas participações e atividades genéricas desenvolvidas, por exemplo, junto a igrejas, instituições filantrópicas, escolas, fábricas, partidos políticos, agremiações carnavalescas, bordéis, companhias teatrais, clubes, livrarias, cinemas, etc. se sobressaem às informações de caráter pessoal e privado, que caracterizam mais os prontuários individuais. SILVA, M. G. Op. cit. 1997, pp. 80-81.

<sup>205</sup> Ver Anexo 01.

<sup>206</sup> GAMBINI, R. Op. cit.

<sup>207</sup> Segundo Marcília Gama (1997) em termos quantitativos, pode-se dizer que hoje o acervo da *extinta DOPS-PE* contém, além de fichários remissivos e onomásticos, e fichas de artistas (com 390 unidades) e de investigadores da SSP/DOPS-PE (contendo 1.828 documentos só de fotografias), aproximadamente 134 metros lineares de documentos, sendo 23.500 prontuários individuais e 27.500 prontuários funcionais. Deste montante praticamente todos os documentos podem ser pesquisados sem restrição, com exceção dos prontuários individuais e qualquer outro documento de caráter sigiloso, tendo em vista as exigências do Decreto-Lei 2134, 24/01/1997, que regulamenta os prazos de consulta, acesso e reprodução (100 anos após a data de produção!) previstos na Lei Federal 8159, 08.01.1991. Desta forma o valor aqui mencionado contempla o resultado de uma ampla pesquisa a todos os fichários e a simples conferência das informações cadastrais do prontuário individual a que se referia.

que esteve no Brasil pela primeira vez, o porto de desembarque e o nome do navio em que viajara, dados sobre a emissão do passaporte e de viagens ao exterior ou interior do País, passaram a formular os indícios diretos de que na condição de estrangeiros existia um potencial “perigo alemão” a ser investigado e combatido em todos os seus ângulos.

\*\*\*

### **Construindo a Negação da Contradição**

“Tudo o que vocês são, o são através de mim;  
Tudo o que eu sou, sou através de vocês.”

Hitler, 1938.

Em 1944, Agamenon Magalhães descrevia a questão da política de nacionalização da seguinte maneira:

“Vamos, hoje mostrar o esforço formidável da nacionalização e defesa da segurança do país realizada nesses sete anos de trabalho vigilante e feliz. As primeiras providências do governo nacional depois do golpe de 10 de novembro traduziam a sua atitude contra as forças dissolventes, que operavam a sombra das franquias políticas, sob a tolerância e até a indiferença dos responsáveis pela ordem e defesa da nacionalidade. O *nipo-nazi-fascismo* tinha instalado os seus quartéis no sul do país – escolas, clubes, jornais, ligas, quistos raciais e partidos. Atuavam, sob todas as formas. O seu fim era a formação das famosas minorias étnicas e desorganização interna.

Que fez o regime de 10 de novembro? Nacionalizou o ensino, fechando as escolas *nipo-nazi-fascistas*, fechando os jornais de língua estrangeira, fechando os clubes e as ligas e partidos. Pouca gente se apercebeu no início do plano do regime e da influência dessas medidas nos acontecimentos internacionais, que teriam de se desenrolar, em futuro próximo. A guerra que estalou em 1939, envolvendo os Estados Unidos e as Américas, veio demonstrar o quanto previdente e sábio foi o governo nacional, exercendo toda a autoridade do regime na defesa da nacionalidade. Foi o regime de 10 de novembro que permitiu ao Brasil se dedicar, no conflito, ao lado dos Estados Unidos, colocando os seus portos e bases aéreas a serviço da causa aliada e da defesa comum das nações do nosso continente.

Há quem tenha dúvidas disso? Há quem negue essa verdade? Os fatos têm uma lógica e não se pode discutir ou argumentar fugindo a seu imperativo. Vejamos se não tivesse ocorrido o providencial golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937, qual seria a situação em que a guerra teria surpreendido o Brasil? O País dividido e o poder central vacilante e solicitado pelas forças mais contraditórias dos partidos e da opinião.

O *nipo-nazi-fascismo* operando ao lado dos fatores mais dissolventes. O parlamento teria de refletir a agitação desse cenário. A atitude do Brasil não teria sido a que foi, a de um país forte e unido,

a de uma autoridade genuinamente nacional atitude de acordo com os sentimentos do povo e as tendências históricas do continente. Quem tem dúvidas sobre isso? (...).”<sup>208</sup>

Traçando justificativas que legitimassem cada vez mais o Estado Novo, a retórica do projeto nacionalista é estrategicamente apontada como exemplo de predestinação e sabedoria. Para o interventor o governo Vargas sempre demonstrava estar preparado para toda e qualquer crise, e não seria diferente diante do conflito mundial que então se viva. As medidas que passaram a ser adotadas junto aos estrangeiros logo depois do golpe, longe de envolverem apenas questões internas já sinalizavam, em sua opinião, a luta contra o plano de infiltração que denominava de nipo-nazi-fascista.

Desta forma, o interventor considerava ainda que não restavam dúvidas sobre o fato de que apenas o regime de 10 de Novembro possuía autoridade suficiente para propiciar subsídios a causa aliada. Afinal de contas fora esse o regime que longe da querelas do liberalismo-democrático e das divisões regionais havia cortado a seiva que supostamente alimentaria o nipo-nazi-fascismo com seus fatores de dissolução, desordem, agitações e desuniões.

A primeira vista tal pregação do interventor não chega a surpreender por fazer da guerra a mais nova condição para justificar a importância da manutenção do regime. De igual forma a eleição de um novo grupo a ser severamente combatido. Já se observava há sete anos que as autoridades do regime vinham se especializando em não descuidar um só momento de veicular suas providências de controle social.

Porém, segundo Capelato, desde 1942 estabelecera-se “um divisor de águas no Estado Novo”<sup>209</sup>. A postura oficial de neutralidade do governo brasileiro que se arrastava no campo político-econômico, sobretudo atrás dos benefícios do já mencionado “jogo duplo”, cessou. E nesse sentido punha-se de lado não só as relações junto aos mercados fascistas da Alemanha e da Itália, mas em xeque vários membros importantes do próprio governo brasileiro que compartilhavam afinidades junto às idéias e práticas do modelo destes países<sup>210</sup>. Sendo tais

---

<sup>208</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 09.11.1944M, “A Nacionalização o Regime de 10 de Novembro”, pp. 3.

<sup>209</sup> CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In; FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. Op. cit., pp. 134.

<sup>210</sup> “A ala germanófila no governo era forte. O próprio presidente Vargas se mostrava favorável a uma aproximação com os alemães em 1940. O ministro da Justiça, Francisco Campos, elogiava abertamente Hitler, o

membros paulatinamente substituídos por Vargas a conjuntura da guerra, contudo não parecia significativa o suficiente para deter a contradição de uma ditadura interna que lutava externamente pela democracia.

Sendo assim além de enaltecer as atitudes do País diante no esforço da guerra que atingia em cheio os cidadãos dos países do Eixo, os chamados “súditos do eixo”, as autoridades teriam que se desdobrar para evidenciar que isso já vinha ocorrendo mesmo antes do estado de beligerância. O estabelecimento da ampliação da propagação das ações da polícia política em Pernambuco e em todo o país foi exemplar nesse sentido.

Em decorrência do *panoptismo*<sup>211</sup> que caracterizava as atividades policiais que desempenhavam medidas de vigilância constante, mas que muitas vezes eram secretas aos olhos da população, a veiculação dos discursos oficiais encontrou ancoradouro ideal para seus intentos. A valorização da necessidade de maior divulgação de propaganda política aparada no trabalho policial é então logo anunciada:

“Descrição, firmeza e honestidade, constituem o lema da polícia civil pernambucana.

Nenhuma publicidade desnecessária, nada de vaidade. Divulga-se o que deve e o que pode ser divulgado. Raras vezes aparece a polícia pernambucana nas colunas dos jornais, com a publicação de diligências. Sempre que o faz, porém, deixa a mais viva impressão do espírito público, pela honestidade e pela firmeza com que age.

A muitos parecerá errada essa orientação. Polícia é propaganda... É romance...

As descrições romanceadas dos fatos policiais, em seus vários aspectos, foram abolidas em Pernambuco, desce o momento em que o Sr. Etelvino Lins assumiu as rédeas da administração policial, em dezembro de 1937.

A divulgação de qualquer diligência da polícia encontra por isso mesmo, a melhor acolhida por parte do povo.

A polícia civil de Pernambuco, na sua publicidade, é, em suma, firme, sóbria e objetiva.”<sup>212</sup>

---

chefe da polícia política, Felinto Muller, e o diretor do DIP, Lourival Fontes, também era dessa tendência. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o general Góis Monteiro eram favoráveis à Alemanha, pois, além das afinidades ideológicas, o comércio de armas com aquele país era importante nessa época”. *Idem*, pp. 135.

<sup>211</sup> Advindo analogamente da figura arquitetural de Bentham, em que se permite “ver sem parar e reconhecer imediatamente”, o esquema panóptico analisado por Foucault oferecer pela presença disciplinar constante e econômica do “guardião” dispositivos de poder que se generaliza nas relações da vida cotidiana das pessoas. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, pp. 162-187.

<sup>212</sup> BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29.653, Cópia feita pela DOPS-PE da matéria “Esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco”, do periódico carioca *Diretrizes*, datada de 03.04.1943.

A partir desta constatação observa-se também que se abriu um terreno fértil para não só expor que “a repressão às atividades nazistas em Pernambuco tiveram início em 1938”<sup>213</sup>, mas que seu teor tinha credibilidade junto a população. O efeito de prova de competência através de reações fortes e ao mesmo tempo comedidas era apontado como sucesso desta questão:

“A polícia pernambucana merece, e já o conquistou, o respeito de toda população. A sua ação é sóbria, comedida. É incansável, porém, na sua ação de vigilância e manutenção da ordem. As atividades dos estrangeiros aqui são convenientemente vigiadas. Não há opressão, mas há fiscalização”<sup>214</sup>.

Outro fato interessante que caracterizava a divulgação do trabalho policial reside na demonstração mais ampla de acontecimentos ocorridos fora dos limites estaduais. Quer dizer, esta estratégia levava em conta que para a continuidade do bom desempenho das ações sigilosas das investigações policiais tornava-se pouco prudente a publicidade imediata das realizações locais. E de qualquer maneira o regime ainda ostentava firme a bandeira da ordem e não podia alardear a todo o momento o combate às instabilidades internas. Como observou Souza Neto, as manchetes “invariavelmente bombásticas” deviam ajudar o cidadão a se impressionar com o Estado Novo, “sem contradições nem conflito, numa grande e continuada festa”<sup>215</sup>. Mas no clima da guerra as notícias internacionais que antes faziam uma “cortina de fumaça”, ajudando na retórica da harmonia interna em detrimento das turbulências externas, invadiram, por exemplo, o dia-a-dia dos brasileiros com os racionamentos e os *black-outs* e desconfortos dos exercícios de Defesa Passiva Anti-Aeréa. Era preferível assim jogar com as atividades de repressão ao perigo interno através da divulgação em outros locais, como na capital federal ou no norte do país, e deixar que as ressonâncias do trabalho policial se fimassem como contribuição a toda nação.

A idéia de operações integradas, que fortalecia a perspectiva de centralização do governo Vargas também usufruía desta estratégia. E nesse sentido o combate às redes de espionagem dava uma tônica da situação.

---

<sup>213</sup> *Idem.*

<sup>214</sup> BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29.238, Recorte feito pela DOPS-PE da matéria “O nazismo em Pernambuco”, do periódico paraense Vanguarda, datado de 24.03.1942.

<sup>215</sup> SOUZA NETO, J. M. G. Op. cit. pp. 116.

Revista da Folha Matutina e 3 folhas de suplemento em 200  
 para o primeiro volume, a fim de se proporcionar uma obra  
 (Fundada em 19 anos)

**Folha da Manhã**  
 Propriedade da FOLHA DA MANHÃ S.A.  
 Diretor-presidente: OSEIR FERREIRA

ANO V Rio de Janeiro, 29 de março de 1942 Nº 1236

# AS DILIGÊNCIAS DA POLÍCIA DE PERNAMBUCO EM TÔRNO DOS ESPIÕES NAZISTAS

## FREDERICO KEMPTER E HERBERT VON HEYER, AGORA DETIDOS PELA POLÍCIA CARIOCA

Importantes declarações do dr. Etevlino Lins, numa entrevista coletiva com os jornalistas pernambucanos

A polícia do Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados do Brasil tem desenvolvido as diligências providas em torno do trabalho dos nazistas em Pernambuco, Bahia de Ilhéus, no território nacional. Realizando essas atividades, as informações pertencentes ao serviço de espionagem foram encaminhadas ao Ministério da Guerra, para que o chefe do Estado-Maior possa tomar as providências necessárias para a defesa do país. Nas diligências realizadas pela polícia carioca, e distribuídas no Brasil, foram encontrados vários documentos e cartas de Frederico Kempter e Herbert von Heyer, agora detidos pela polícia carioca.

O DR. ESTEVÃO FALANGO AOS JORNALISTAS E AO LADO DESTES, DR. PE. O DR. FALCO CARRERA

Dr. Etevlino Lins, chefe da polícia carioca, declarou em uma entrevista coletiva com os jornalistas pernambucanos que as diligências realizadas em Pernambuco, Bahia de Ilhéus, no território nacional, foram encaminhadas ao Ministério da Guerra, para que o chefe do Estado-Maior possa tomar as providências necessárias para a defesa do país. Nas diligências realizadas pela polícia carioca, e distribuídas no Brasil, foram encontrados vários documentos e cartas de Frederico Kempter e Herbert von Heyer, agora detidos pela polícia carioca.

Dr. Etevlino Lins, chefe da polícia carioca, declarou em uma entrevista coletiva com os jornalistas pernambucanos que as diligências realizadas em Pernambuco, Bahia de Ilhéus, no território nacional, foram encaminhadas ao Ministério da Guerra, para que o chefe do Estado-Maior possa tomar as providências necessárias para a defesa do país. Nas diligências realizadas pela polícia carioca, e distribuídas no Brasil, foram encontrados vários documentos e cartas de Frederico Kempter e Herbert von Heyer, agora detidos pela polícia carioca.

Dr. Etevlino Lins, chefe da polícia carioca, declarou em uma entrevista coletiva com os jornalistas pernambucanos que as diligências realizadas em Pernambuco, Bahia de Ilhéus, no território nacional, foram encaminhadas ao Ministério da Guerra, para que o chefe do Estado-Maior possa tomar as providências necessárias para a defesa do país. Nas diligências realizadas pela polícia carioca, e distribuídas no Brasil, foram encontrados vários documentos e cartas de Frederico Kempter e Herbert von Heyer, agora detidos pela polícia carioca.

### SATISFARÃO BASTANTE, AS NEGOCIAÇÕES PROSEGUIRÃO AS ENTREVISTAS ENTRE 'SIR' STAFFORD CRIPPS E OS LÍDERES INDIOS

**NOTA DIÁRIA DE 29 DE MARÇO** — As negociações que se realizam entre o Sr. Stafford Cripps e os líderes indianos continuam a ser satisfatórias. O Sr. Cripps, em sua última entrevista com os líderes indianos, afirmou que as negociações prosseguirão e que ele está satisfeito com o andamento das mesmas.

**NOTA DIÁRIA DE 29 DE MARÇO** — O Sr. Stafford Cripps, em sua última entrevista com os líderes indianos, afirmou que as negociações prosseguirão e que ele está satisfeito com o andamento das mesmas.

**NOTA DIÁRIA DE 29 DE MARÇO** — O Sr. Stafford Cripps, em sua última entrevista com os líderes indianos, afirmou que as negociações prosseguirão e que ele está satisfeito com o andamento das mesmas.

**EDICÃO DE HOJE: 16 PAGINAS 200 REIS**

**A Agonia da Asma**  
 Aliviada em 3 Minutos  
 Este é o único remédio que atua diretamente sobre a causa da asma, aliviando a tosse, o chiado e a falta de ar em poucos minutos. Não contém drogas e é totalmente seguro. Cada caixa contém 10 doses e custa apenas 200 réis.

Um dia após a desarticulação de uma perigosa rede de espionagem a serviço do Eixo, em diligências da polícia carioca em conexão com a paulista<sup>216</sup>, publica-se na Folha da Manhã uma longa entrevista do secretário de segurança pública do estado, Etelvino Lins, para demonstrar a colaboração que a polícia pernambucana também teve no caso. Tratava-se do desbaratamento de duas grandes redes de espionagem: a de Freidrich Kempfer, instalada no Rio de Janeiro, e a de Niels Christian Christensen entre o Rio e São Paulo<sup>217</sup>. Com ramificações em vários pontos do país estes grupos que agiram também no Nordeste, especialmente em Recife, tinham em vista obter informações que auxiliassem o governo alemão a orientar-se quanto a situação de pontos estratégicos no Atlântico Sul para as rotas marítimas dos Aliados em direção ao continente africano. A polícia pernambucana nesse contexto disponibiliza as informações contidas em seus arquivos acerca da passagem dos principais agentes das mencionadas redes e focaliza a ação de seus integrantes locais que se utilizavam de rádios transmissores na firma Herman Stoltz, bem como, de códigos para repassar informações sobre os portos brasileiros<sup>218</sup>.

Pela análise dos documentos relacionados no prontuário 29.653, referente às atividades desenvolvidas entre 1939 e 1942 por alemães em Pernambuco, a polícia ofereceu uma vasta gama de elementos que obtiveram repercussões ainda maiores fora do estado, conforme relatos da Diretrizes<sup>219</sup> e Vanguarda, ambos do Rio de Janeiro. Tal fato demonstrava a mão dupla das ações policiais que não só reprimia, mas à medida que alimentava os acervos da DOPS-PE, com informações coletadas pela seção de recortes que eram provenientes da imprensa, constituía as provas que legitimariam a repressão também por serem difundidas na sociedade.

Na difusão realizada pela Folha da Manhã foi bastante comum encontrarmos a ampla denúncia e cobertura das leis de nacionalização dos estrangeiros que cerceavam suas atuações

---

<sup>216</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 28.03.1942M, “Desarticulação de uma perigosa rede de espionagem a serviço do Eixo” pp. 1

<sup>217</sup> Para aprofundar as descrições das redes de espionagem nazista no Brasil em suas minúcias, maiores informações sobre estas podem ser consultadas no vasto trabalho realizado por HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a Espionagem Alemã e a Contra-espionagem Aliada no Brasil (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>218</sup> Nesse caso através de cartas que continham palavras-chaves sublinhadas uma relação de objetos previamente combinados transmitia ao governo alemão a situação dos portos brasileiros, onde a palavra parafusos equivalia a destroyers, cantoneiras a cruzadores e engates a navios petroleiros EUA.

<sup>219</sup> Segundo Susan Lewis, a revista Diretrizes foi lançada no Rio de Janeiro em maio de 1938 pelo jornalista Samuel Wainer com propósitos de combater abertamente o nazi-fascismo. LEWIS, S. **Indesejáveis e Perigosos na Arena política: Pernambuco, o Anti-Semitismo e a Questão Alemã em Pernambuco**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2005, nota 77, pp. 167-168.

concorrendo com imagens positivas do regime do III Reich, propaganda de produtos ou comerciantes de origem germânica e slogans fascistas.

Folha da Manhã

destinados a...  
...essoras necessarias a...  
...lização do ensino no

## O PLEBISCITO ALLEMÃO

O triunfo de Hitler e aspectos curiosos do certamen -- O reporter não votou, mas enjoou muito

**RESULTADO DO PLEBISCITO**

Até as 12 horas de ontem, o plebiscito alemão já havia produzido um resultado muito curioso. O triunfo de Hitler e aspectos curiosos do certamen -- O reporter não votou, mas enjoou muito.

**REPERCUSSÃO**

Das notícias que chegaram aqui de ontem por meio de linhas aéreas, constatamos que o resultado do plebiscito alemão é muito curioso. O triunfo de Hitler e aspectos curiosos do certamen -- O reporter não votou, mas enjoou muito.

1.º de Maio assigna a uma data festiva para uma das maiores firmas commerciaes do paiz

Herm. Stoltz & Cia. comemoram hoje o 75.º anniversario de sua fundação

Um aspecto do jantar, no Restaurante Leito

## LOJAS PAULISTAS

A maior organização brasileira no commercio de tecidos

Unicos e exclusivos estabelecimentos revendedores dos afamados tecidos marca "OLHO", de côres absolutamente fixas

Tecidos finos e de padrões variados: Sêdas, voiles, opalinas, cambraias, etc. -- Tudo pelo preço mais barato da cidade

BRINS NACIONAES E ESTRANGEIROS, MORINS, CRETONES, BRAMANTES E OUTROS TECIDOS, CUJOS PREÇOS NÃO TEMEM COMPETIDOR

Uma visita às LOJAS PAULISTAS é o sufficiente para se conhecer a vantagem da qualidade e de preço dos tecidos marca "OLHO"

LOJAS PAULISTAS: Rua Larga do Rosario (Praça da Independencia) e Rua João Pessôa n.º 260

### ALBERTO LUNDGREN & CIA. LTD.

FILIAES EM TODO O BRASIL

## CASA SLOPER

Rua João Pessôa

ACABA DE RECEBER UM SORTIMENTO EM VESTIDOS AMERICANOS

— DE —

HOLLYWOOD E NEW YORK

Iguaes aos usados pelas estrellas...

PREÇOS DESDE 80\$

INFINIDADE DE MODELOS EM DESENHOS ORIGINAES E SORTIMENTO DE CORES

Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã,1938M



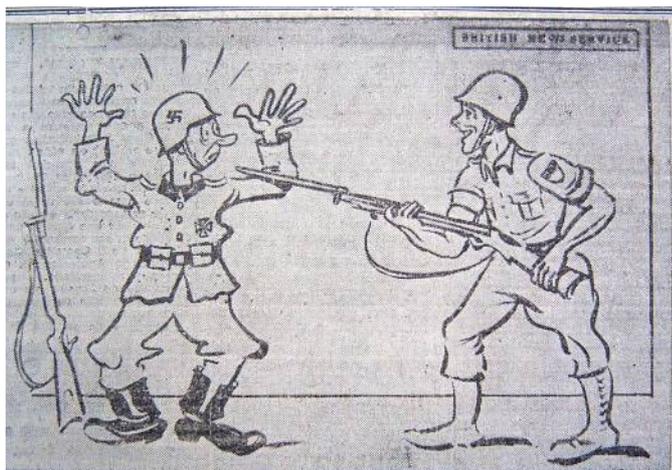
Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã,1938M

Tal quadro, contudo, muda radicalmente, não só pela simples entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados, mas também pela forte campanha destes que consolidam os inimigos na nação em inimigo das nações internacionalmente indesejáveis e maléficos.



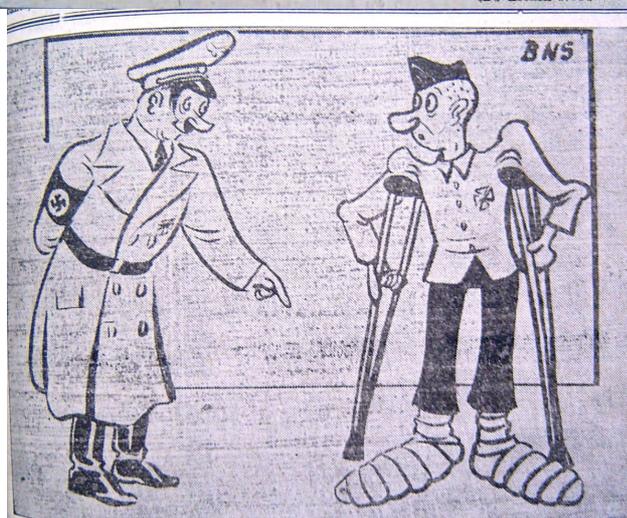
Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã,10/1942M





CONVERSA NA LINHA GÓTICA

SOLDADO ALEMÃO: — E ME HAVIAM DITO QUE OS BRASILEIROS SÓ SABIAM TRATAR DO CAFÉ...  
 SOLDADO DA F.E.B.: — SIM SENHOR, DE "CAFÉ PEQUENO" COMO VOCES!  
 (Do British News Service)



HITLER: — DIGA-ME MEU HERÓI, QUE TEM VOCÊ NOS PÉS?  
 SOLDADO ALEMÃO: — EU CORRI DE MAIS, MEU "FUEHRER".  
 HITLER: — ATRÁS DO INIMIGO?  
 SOLDADO: — NÃO, O INIMIGO ATRÁS DE MIM!!!

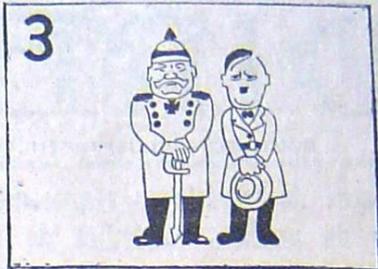
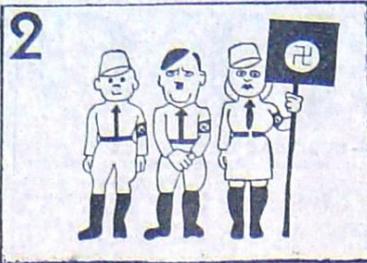
Do B.N.S.



A "COBRA ESTÁ FUMANDO" (British News Service)



1 - LERRO-LERRO DA CERVEJARIA DE MUNICH  
2 - FUNDACAO DO PARTIDO NAZISTA  
3 - HITLER CONSEGUE CARGO NA POLITICA ALEMA

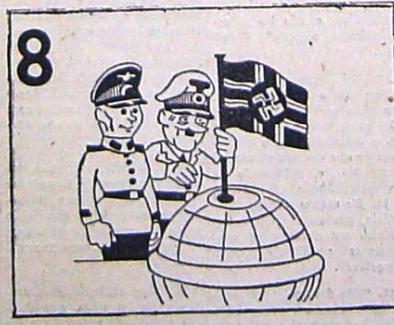


# "MEIN KAMPF" POR TV



4 - ADOLFO DESBANCA O VELHO HINDENBURG E CONQUISTA A NAÇÃO ALEMA  
5 - COM PALAVRAS E GESTOS, HITLER SE TORNA DITADOR ABSOLUTO DA ALEMANHA  
6 - COM GOLPES E "FAROL", CONQUISTOU A EUROPA COM FACILIDADE  
7 - HITLER PENSOU EM SER UM NOVO NAPOLEÃO  
8 - VAI ACABAR TOCANDO REALEJO NUM BAIRRO AFASTADO ONDE EM CRIANÇA VIA...

8 - COM GOLPES E "FAROL", CONQUISTOU A EUROPA COM FACILIDADE



8 - ACREDITOU QUE TAMBEM PODERIA SER O DONO DO MUNDO



10 - A RUSSIA TIROU O CARTAZ DE SEU ADOLFO...

9 - LONDRES, POREM, MOSTROU O V DA VITORIA

## Folha da Manhã Suplemento Ilustrado

Recife, domingo, 17 de dezembro de 1944



ALGUNS DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 1944 — (DO BRITISH NEWS SERVICE, PARA A "FOLHA DA MANHÃ")

Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 12/1944M.

\*\*\*

## Enquadrando o Corpo Criminal

“Se eu pudesse contar a história em palavras,  
não precisaria carregar uma câmera”.

Lewis Hime.

Dentre o conjunto de elementos que eram utilizados pela polícia política como comprovação irrefutável para diminuir as contradições do Estado Novo cabe destacar também o uso de imagens fotográficas. O poder de autenticação e representação fiel do registro, através do teor de realismo que geralmente era enfatizado como qualidade imanente deste tipo de imagem, procurava fortalecer a retórica da eficácia e legitimidade governamental diante do público. Tanto a difusão do mito e do carisma do líder do regime ditatorial, quanto a face enérgica do enquadramento dos criminosos, através de fotografias, passaram então a fazer parte do trabalho diário que estabelecia as diferentes modalidades de repressão policial.

No caso da difusão de imagens que enaltecessem o regime, como lembra a historiadora Maria Helena Capelato, “a bandeira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo”<sup>220</sup>. Tomando, contudo a figura ímpar da *imagem visual* do próprio presidente, em sua foto oficial, longe da afixação desta entre os prontuários da DOPS, observou-se que esta saía das repartições policiais em todo país para ser divulgada como objeto de propaganda política. Produzida em fatura esse material teve como alvo, sobretudo, a transmissão através da imprensa. Nesse sentido a partir da capital federal a polícia havia começado, logo em 1937, a manter uma distribuição diária de artigos e comunicados diversos para aproximadamente 1.300 jornais em todo território nacional<sup>221</sup>.

Reforçando ainda mais essa sistemática de propaganda política, a polícia sobre o comando de Felinto Müller se vangloriava dos serviços prestados na distribuição de 90.000 retratos de Vargas e cerca de 45 tipos de folhetos e livros (com edições que variavam de dez a 75.000 exemplares), somente entre os anos de 1937 e 1939. Neste período encontrava-se em funcionamento na polícia o Serviço de Divulgação que tinha exatamente a função de elaborar e distribuir informações que consolidassem o Estado Novo e combatessem as “ideologias subversivas”. Em Pernambuco este serviço encontrava um similar nas ações da Diretoria de Expediente e Contabilidade juntamente com a DOPS. Depois de 15 de Abril de 1939 o

---

<sup>220</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Papirus, 1998, pp.48.

<sup>221</sup> CANCELLI, E. Op. cit., pp. 56.

referido Serviço foi extinto e o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, ligado a Gabinete Técnico, passou a coordenar suas antigas atribuições. Tal órgão de estatuto federal passou, contudo, depois de 27 de Dezembro de 1939, a ser incorporado ao recém criado Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP e desta forma, no tocante a ação de divulgação, certamente houve a superação não só do número de retratos, mas de bustos, meios-bustos, monumentos, selos e moedas que ostentavam a figura de Vargas, bem como, de seu nome que passara a ser gravado em placas de avenidas e logradouros públicos.

Com seu trabalho de divulgação a polícia, por exemplo, ajudou, especialmente no caso do retrato do presidente, a projetar interpretações da personificação da nação no líder. Segundo Alcir Lenharo um jornalista da época, tentando descrever tal imagem, afirmou que coexistiam na figura do presidente os “olhos luminosos, opacos, vivos ou entre-fechados”<sup>222</sup>. Dado o teor apologético da biografia, em que esta análise estava circunscrita, percebe-se a utilização positiva de predicados ambíguos e mesmo extraordinários ou até extra-humanos que eram atribuídos ao presidente Vargas. Um olhar luminoso e opaco coexistindo com a vivacidade ou o entrefechar dos olhos eram opostos que se harmonizavam naturalmente diante das qualidades acima do normal que o chefe da Nação demonstrava possuir. E mais, tido em seguida como o próprio rosto pessoal do regime e, conseqüentemente, a cabeça de toda sociedade, a descrição prossegue elaborando variadas situações de identificação primeiro com o povo, pois este parece tão mais feliz e disciplinado quando olha com os olhos do presidente; e, em seguida, com a idéia de autoridade indissolúvel do chefe, que tal como um pai de família era tido como um líder natural mas que pela onipresença, física ou simbólica, tornava-se um líder fora do comum, possuidor de um coração afetuoso e ao mesmo tempo rigoroso perante as necessidades de melhor encaminhar seus filhos.

Diante de tal descrição percebe-se que a imagem e sua linguagem visual abriam margem a uma infinidade suas significações pelo uso da escrita e seus elos de complementaridade. Segundo Foucault a relação entre a linguagem visual e a da palavra escrita pode ser tida como irreduzível. No entanto, lembra ainda que na ordem da *produção do saber* é comum que a segunda procure definir a face do visível num esforço infinito de recuperação do tempo/espço capturados no quadrante petrificado. “Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se

---

<sup>222</sup> Descrição do jornalista Daniel Morales presente na obra de Zolachio Diniz: *Getúlio Vargas Estadista, Orador, Homem de Coração*, RJ: Ed. Século XX, 1942, p.15 *apud* LENHARO, Op. cit. pp. 48.

estar dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele em que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem”<sup>223</sup>. Em outros termos há aqui a denúncia do aprisionamento ao qual está sujeita a representação visual na relação com os intermináveis jogos da palavra. Realidade e passado se tornariam uma conjuntura sempre por ser feita e elaborada nos processos criativos da língua.

De acordo com Roland Barthes, em sua obra *O Óbvio e o Obtuso*, esta relação entre o visível e a língua encontra-se presente quando, diante das expressões fotográficas, os grupos humanos se deparam tanto com mensagens denotativas quanto conotativas. No caso da primeira, considera-se que há na imagem retratada uma expressão análoga ao real *que esteve lá* e deixou sinais disso e, desta forma, a descrição da fotografia se tornaria literalmente inviável. Alega o autor que isso ocorre, pois, se configuraria no ato de descrever a foto o acréscimo de um segundo código que não se encontra inscrito em seu registro documental de instante capturado e revelado nos processos óticos: a língua, escrita ou falada. “Descrever não é pois, somente ser exato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa, diferente do que se mostrou”<sup>224</sup>. Considera então que a partir desta relação descritiva com o análogo, proposta pela produção da língua, ocorre uma ação de intervenção pessoal, subjetiva ou criativa no tratamento dado as fotografias, que configurariam expressões condizentes então com a mensagem conotativa. Em outras palavras, a mensagem fotográfica se daria via apresentação rigorosamente paradoxal, onde uma mensagem sem código (designada por sinais da mensagem denotativa) seria remetida a existência a partir da identidade de um outro código construído no modelo da lingüística (designado pela palavra da mensagem conotativa).

Nesta perspectiva o discurso imagético elaborado da figura de Vargas que foi distribuída pela polícia intenta, pois, na interpretação por ora apresentada, exprimir não só aspectos denotativos, análogos ao traço do real, vistos no semblante presidencial. Conotando que este é possuidor de estruturas especiais, a começar pelo(s) olhar(es) que emana, a visão descrita pelo observador constrói a fotografia como excedente do visível da imagem. O retratado passa a significar traços que não se encontram nos limites registrados no quadrante. Ocorre nesse contexto a perda do que seria uma composição portadora de legítima objetividade, presa ao que equivaleria no mundo visível, para que se abrir espaço à conexão

---

<sup>223</sup> FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª edição, 3ª tiragem, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002, pp. 12.

<sup>224</sup> BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1982, pp.15-16.

dada pela palavra, que atribui ao retratado novas feições. O retratado de acordo com as expressões escritas, que procuram lhe definir, projeta-se constantemente, por exemplo, num outro que figura no exterior da imagem, o povo. Por conseguinte, extrapolam-se as expressões da cabeça do líder para fazê-la um corpo de unidade representativa do coletivo social; e o governante/pai faz então do ato de olhar um exercício de poder que seja afetuoso ou coercitivo/educativo, procura se identificar e se revesti sobre o povo/filho.

De qualquer forma a fotografia pode assim ser considerada como congelada no plano espaço/tempo, diferentemente dos que a observam. O retratado é mudo e apenas parece olhar. Já o observador pode olhar e ver sob diferentes ângulos. A foto prende, detém o corpo, revela um corte, um golpe, pára o tempo, determina em sua escala o espaço de uma ação vivida. O apreciador ao contrário: é móvel, coloca-se diante da imagem na forma que melhor lhe convier. Neste sentido a *prisão do retratado* contrasta com a *liberdade do observador*. Quer dizer, o retrato do presidente, do sujeito que vivia, pode desta forma representar um instante morto, por que passou. No entanto, ao diluir implacavelmente o tempo que testemunhou a foto, por outro lado, também tem a possibilidade de eternizar o retratado. Como sinalizou Sontag uma foto seria “tanto uma pseudopresença quanto uma prova da ausência”<sup>225</sup>. Neste contexto o *retrato/efígie* do presidente parece remeter a criação de um *retrato/esfinge* onde os eternos enigmas da foto são mudos. Mas nem por isso estes deixam de emitir variados sinais na busca de um diálogo constante.

Segundo Dubois, em suas reflexões sobre o princípio geral da imagem-ato, “nesse sentido a fotografia é uma partida sempre em andamento”<sup>226</sup>. O lugar da verdade e do sentido não se colocam em absoluto. A pertinência ou a eventual eficácia que a fotografia e suas estratégias visuais produzem estão susceptíveis de acordo com as jogadas de códigos, de oportunidades e da performance realizada. Seu sucesso ou fracasso depende dos parceiros que atuam na busca de consolidação dos “efeitos de verdade” e de sentido desejados. E estes parceiros, por sua vez, situam-se em lugares específicos da História.

Desta forma é enfático também que em prol da ditadura do Estado Novo o papel da polícia na doutrinação do olhar encontrou na repetição do retrato do líder uma das formas de

---

<sup>225</sup> SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 2004, pp. 26.

<sup>226</sup> DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Ed. Papirus/UNICAMP, 1993, pp. 162.

domesticar a imagem *libertando o retratado e aprisionando o observador*. Através do caminho da generalização, afirmou Barthes, poder-se-ia chegar ao ponto de não existir mais nenhuma outra imagem em relação a ela que possa marcar sua especificidade<sup>227</sup>. Quer dizer havia no artifício da repetição uma face que negava a recepção de informações e opiniões plurais. A busca de onipresença da figura presidencial passava a concorrer invariavelmente com a possibilidade de esvaziar os múltiplos sentidos de realidade existentes, principalmente daquelas vozes que se situavam fora da ordem oficial vigente. A filtragem conferida pela propagação imagética do presidente e seus aliados dificultava, e mesmo inviabilizava o acesso de tipos de experiências que não se associassem ao regime varguista.

Segundo Sontag, as fotos têm o poder de paralisar e anestesiarem e se podem ser conferidas como um índice do real, dando visibilidade e conhecimento parciais a um determinado evento, também podem banalizá-lo após sua excessiva exposição e, o que lhe parece mais trágico, fazer parecer familiar, distante ou inevitável o conteúdo nada ético ao qual a imagem possa estar associada<sup>228</sup>. Desnortando os sentidos, a repetição da foto faria então, com frequência, com que as lembranças mais comumente difundidas do retratado ocupassem um lugar privilegiado na História roubando o espaço dos flagrantes das disputas e lutas das experiências vividas no cotidiano da política nacional<sup>229</sup>.

Além disso, era como se compor a tomada de assuntos diversos através da difusão de uma mesma imagem conspirasse, em parte, para tornar o retratado e os eventos aos quais se ligava amplamente (re)conhecidos. Por sua vez, ao serem apresentadas ao público como recorrentes tais fotos construía, também, a face de que apresentariam informações novas, cada vez mais detalhadas, por que exploravam a diversidade de momentos em que a figura ímpar do presidente se situava, sobretudo depois da deflagração da guerra. A lembrança de

---

<sup>227</sup> BARTHES, Roland. **A Câmera Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984, pp. 173.

<sup>228</sup> SONTAG, S. Op. cit. pp. 31.

<sup>229</sup> No caso específico do retrato de Getúlio Vargas é oportuno ilustrar que obliteração das imagens conflituosas presentes no Estado Novo fez viver naquele presente a lembrança futura da pose ideal e ordeira que deveria ser legada a posteridade. E quando esta veio, as lembranças e referências que mais marcaram a memória popular ainda utilizavam com força a mesma seleção imagética atualizando-lhe convenientemente os dados que deveriam se dar sobre o corpo retratado. A eficácia em colocar de lado outras experiências que não se coadunavam com a lembrança permanente e positiva do corpo presidencial, reconstruíram na imagem do passado a exemplo da famosa marchinha do “retrato do velho”. Composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto esta música embalou a campanha eleitoral de Getúlio em 1951. Referindo-se ao retrato oficial do presidente da República, que deveria ser posto novamente em todas as repartições públicas, a música tinha as seguintes estrofes: “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar. O sorriso do velhinho, faz a gente trabalhar. Eu já botei o meu. E tu, não vai botar? Já enfeitei o meu. E tu vais enfeitar? O sorriso do velhinho, faz a gente trabalhar”.

que o presidente estava sempre presente em toda parte se desdobrava e reafirmava à medida que sua imagem freqüentou, “*panopticamente*” os espaços de repartições públicas, escolas, lojas comerciais, residências.

O poder desta presença disciplinar ocorreu, contudo em maiores proporções quando se observa as aparições fotográficas da imagem dos indesejáveis do regime. A idéia de poder ser completamente visto, classificado e vigiado pela polícia assumia o lugar de destaque neste caso.

Seguindo geralmente a herança do retrato de frente e perfil proposto por Bertillon<sup>230</sup> a fotografia do criminoso mesmo antes da divulgação promovia a partir da ficha policial, segundo Dubois, uma grande síntese dos “elementos de base” do corpo criminal. Tal situação atuava exatamente no sentido de generalizar e ampliar as referências, onde a enumeração de elementos da imagem visava explicitamente à classificação, comparação ou reagrupamento de traços que seriam “reproduzidos em muitos exemplares, distribuídos pelas delegacias..., em suma, que [iriam] amplificar e estender o enquadrinhamento do corpo numa verdadeira rede sócio coercitiva, uma rede administrativa-policial jogada no mundo e nos seres e que sempre [teria] alguma caça”<sup>231</sup>.

Somando-se ao que já foi refletido até agora, a rotina da polícia política focalizava então o criminoso e divulgava suas feições para sua rede de colaboradores e para a sociedade a fim de tornar necessário e *agudo o aprisionamento tanto do retratado quanto de seus observadores*. No primeiro caso a eficácia do regime residia na prova de eliminação do inimigo, preferencialmente preso, capturado, retirado da sociedade. No segundo caso a prevenção, o medo e a vigilância fariam dos sujeitos testemunhas de um caminho que não era recomendado trilhar. Mesmo que a divulgação repetida das ações policiais utilizando-se da fotografia dos criminosos se revestisse da aparência de que todos pareciam ter “direito a notícia”<sup>232</sup>, inclusive de contestadores do regime, configurava-se uma clara intenção de

---

<sup>230</sup> Alphonse Bertillon foi o chefe do Serviço de Identificação Judiciária da Polícia de Paris que no final do século XIX construiu um sistema de identificação antropométrica. Nele complementavam-se: a fotografia de *identidade* individual que rigorosamente registrava a face frontal e de perfil; a *mesuração antropométrica* de partes fixas do corpo; e a *sinalética do retrato* falado. O objetivo de tal sistema era o de cruzar as informações das marcas particulares a fim de obter uma identificação irrefutável. DUBOIS, P. Op. cit., pp. 241.

<sup>231</sup> *Idem*.

<sup>232</sup> SONTAG, S. Op. cit., pp. 32.

aprisionar o comportamento das pessoas diante dos efeitos disciplinares do exemplo do criminoso que sempre corria o risco de ser aprisionado.

Desta maneira, como se ilustra abaixo, além da exemplar foto oficial do Presidente Vargas que deveria ser divulgada, observa-se que o mesmo recurso fotográfico foi utilizado como incremento material para implicar coercitivamente os diferentes inimigos do regime:



Fonte: BR/CPDOC/FGV-RJ/ Acervo: GV, foto nº 341 (1930-1937).  
Fotografias oficiais do presidente Getúlio Vargas feitas pelo fotógrafo alemão Max Rosenfeld e divulgadas em todo o País.

# IDENTIFICAÇÃO SYSTEMÁTICA DOS INIMIGOS DA ORDEM

## Desarticulada nova preparação extremista Capturados dois activos elementos do Partido Communista



Ex-cadete Ismael Cantalice

Proseguindo na campanha de repressão ao communismo, a Delegacia de Ordem Política e Social

deste Estado realizou proveitosa diligencia, effectuando a captura dos extremistas Antonio dos Santos Teixeira e Ismael Cantalice, ambos ex-militares e ora a serviço do Partido Communista.

A captura do ex-brigada Antonio dos Santos Teixeira e do ex-cadete Ismael Cantalice, elementos estranhos ao nos. meio, aqui chegados antes do golpe de 10 de Novembro, quando se processava no país a rearticulação das esquerdas interessadas na successão presidencial, constitue um serviço valioso prestado á ordem publica pelos auxiliares da policia civil de Pernambuco, efficientemente dirigida pelo sr. Ezequiel Lins, secretario da Segurança Publica.

Constituindo, aliás, uma das providencias mais efficazes da actual administração policial a criação do "Serviço Secreto", por meio do

qual se obtém as mais preciosas informações.

### INDÍCIOS DE REARTICULAÇÃO EXTREMISTA

Em principios de fevereiro deste anno appareceram no arrabalde de Tijipió alguns boletins subversivos, de responsabilidade do "Comitê Regional" do Partido Communista, atacando as autoridades constituídas e concitando o povo á formação de frentes populares contra o novo regimen. Estes pamphletos não tiveram maior divulgação e foram arrecadados por investigadores da Ordem Social, que se achavam em serviço de ronda no distrito e entregues ao respectivo delegado.

Desde esta epocha foram transmitidas ordens rigorosas aos "segretas" affim de localizar os responsáveis pela divulgação dos alludidos boletins. Effectuaram-se numerosas detenções e buscas



Ex-brigada Santos Teixeira

sem resultados satisfactores, intensificando-se, todavia, os trabalhos. (Continúa na 5.ª pagina)

Elementos comunistas presos pela DOPS-PE.

Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 05.06.1938M, pp. 1.



Elementos integralistas presos pela DOPS-PE.

Fonte: BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 08.11.1938M, pp. 1.



Fonte: BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29653, envelope 2, fl.393.

“C. V. D. S. F.: Brasileiro, filho do ex-cônsul nesta capital, condenado pelo TSN, à pena de 25 anos por crime de espionagem. Pront. N. 7357.

A.G. S. B.: Brasileiro condenado pelo TSN, à pena de 7 anos por crime de espionagem. Pront. N. 7001.

W.P. : Alemão processado por crime de espionagem, Pront. N. 7612.

M. P. F. P.: Alemão condenado pelo condenado pelo TSN, à pena de 25 anos por crime de espionagem. Pront. N. 7664.”

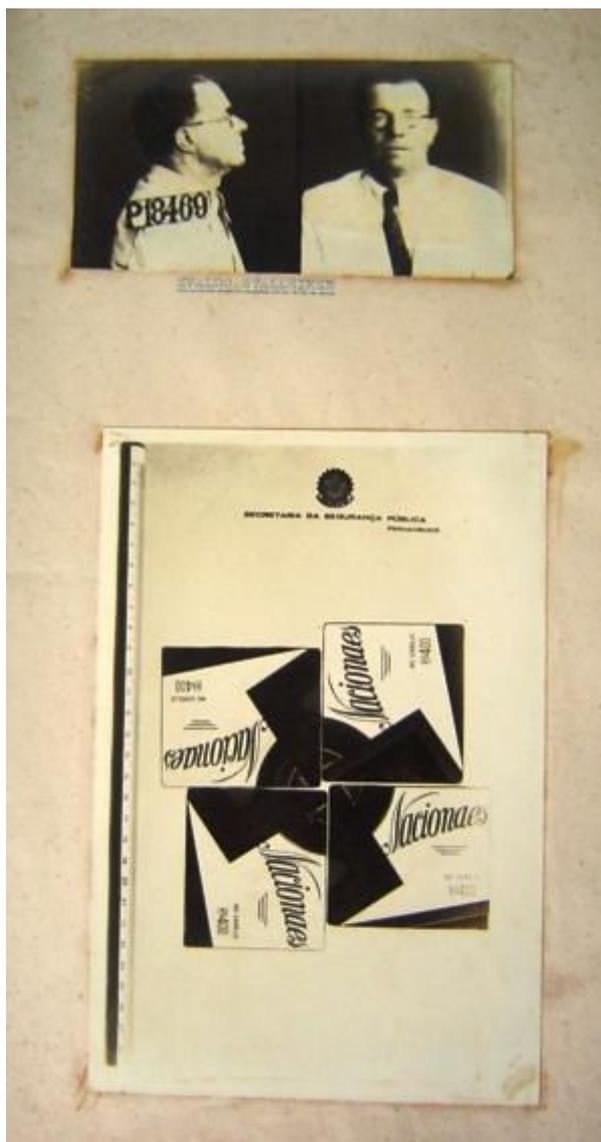


Fonte: BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29653, envelope 2, fl.429.

“W. F. B. : Alemão processado por haver proferido insultos atentatórios a dignidade brasileira. Prontuário 7743.

W. J. L. : Alemão processado por haver aplaudido o seu patrício W.F.B. quando este proferia insultos atentatórios a dignidade brasileira. Prontuário 7749.

H. F. K. : Alemão processado por haver aplaudido o seu patrício W.F.B. quando este proferia insultos atentatórios a dignidade brasileira. Prontuário 7742.”



Fonte: BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29653, envelope 2, fl.453.

Alemão E. S. acusado pela elaboração das novas carteiras dos cigarros nacionais, da Fábrica Lafayette, em Recife, que dispostas em quatro formavam a “Cruz Suástica”.

Fazendo um mosaico das contradições e resistências das ações policiais frente a comunidade alemã observamos, por exemplo, que o Clube Austríaco, na Rua José de Holanda, nº 756, em Recife, passou a intitular-se Campestre diante das exigências de abasileiramento da legislação. Contudo as práticas associativas dos germânicos participantes desse clube perduraram até pelo menos o segundo semestre de 1942.



Fonte: BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional, Clube Campestre, nº 28.053, 21/08/1942

\*\*\*

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A lógica da suspeição aos desvios da comunidade alemã em Pernambuco, diante do universo documental analisado da DOPS-PE, ultrapassou as diversas formas que atestavam seus atos subversivos, sobretudo na predominância da atuação nazista. Os membros ou realmente adeptos ao Partido Nazista existiram e tiveram uma atuação organizada em Pernambuco, assim como no restante do País. Porém de uma relação de 772 indivíduos da origem alemã, encontrados nos fichários da DOPS-PE, menos de 10% foram processados por práticas comprovadas em favor do Nazismo. Em outras palavras, a maioria desses indivíduos foi identificada para, diante das campanhas de nacionalização e posteriormente do contexto da entrada do Brasil na guerra contra os países do Eixo, permitir a polícia e ao governo informações que nortegassem suas práticas de repressão e as detenções ou prisões atenderam em larga escala mais as demandas de averiguações ou de caráter preventivo<sup>233</sup>. Além disso, a comunidade alemã foi também observada no rol das subversões comunistas e com bastante freqüência confundida e identificada ao integralismo.

De uma forma geral as variações discursivas político-administrativos do regime do Estado Novo, que se fizeram bastantes presentes na imprensa, a exemplo da Folha da Manhã analisada nesse trabalho, juntamente com o aparato policial, contribuíram de forma marcante na construção na repressão cotidiana a comunidade alemã. Noticiando entre as ações governamentais, de Vargas e da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco, os grupos classificados como inimigos, promovia-se a mobilização da população e o reforço dos ideais da ditadura em prol da ordem e da segurança públicas, do nacionalismo e da soberania nacional.

A troca de informações entre polícia e imprensa era constante. A polícia possuía inclusive uma secção de recortes de material jornalístico que enriquecia de “provas” seus relatórios e dossiês. A imprensa, por sua vez, encarregada de divulgar a eficácia do regime, dava generosa cobertura às reformas da Secretaria de Segurança Pública e de como seu aparato policial promovia heróicas diligências na campanha de nacionalização de estrangeiros e, principalmente, no combate a propaganda, partidarismo e espionagem nazista. Nesse sentido, a crença no perigo nazista associada a comunidade alemã de forma indiscriminada foi a mais difundida, tendo em vista que nela se tornou possível aglutinar características

---

<sup>233</sup> Como foi o caso excepcional dos funcionários germânicos e da Fábrica de Tecidos Paulista, que junto com suas famílias ficaram confinados entre 1942-1945, no Campo de Concentração Chã de Esteves. Ver: BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 31.771-B.

consideradas indesejáveis, esvaziando as nuances de simpatias de outrora. O modelo político ímpar do nacional socialismo alemão deu lugar a tirania e opressão. A força e a pureza da raça passaram a ser associadas à não capacidade de assimilação da cultura brasileira. A disciplina e organização político e social, tanto do povo alemão quanto do governo conduzido pelo partido nazista, passava a representar uma ameaça real de disseminação de uma cultura exógena e lugar privilegiado para ações de espionagem e de sabotagem contra a pátria. As empresas e associações estrangeiras de grandes expoentes germânicos transformaram-se num problema a economia e ordem social, pois extorquiam as riquezas dos trabalhadores nacionais.

A situação do enquadramento dos alemães encontrou, nesse contexto, um grande reforço e continuidade na medida em que as pressões dos Estados Unidos conseguiram uma definição prol Aliados do governo brasileiro, a partir de 1942. Isto é, a gama de discursos desfavoráveis à comunidade alemã foi assim sacramentada com o arranjo político internacional da guerra que eliminaram às margens de interpretações que injustificassem a necessidade de repressão aos alemães. As várias ações dos Aliados, no campo diplomático e no terreno da guerra, geraram então não só discursos e imagens<sup>234</sup> de suas vitórias, mas, sobretudo da derrota de seus opositores. O perigo representado pelos povos provenientes dos países em guerra contra o Brasil era ostentado na imprensa fazendo parte da propaganda e dos esforços das ações policiais. A repercussão de tais feitos contra os “súditos do eixo” mobilizaram ainda no corpo social os autodenominados patriotas que, entre acusações e delações, se tornavam parceiros da polícia política, levando ao seu conhecimento informações que sintetizavam quem eram os “súditos do mal”, como na carta abaixo:

“Como brasileiro e patriota apras-me levar ao vosso conhecimento algo que se *prega às atividades alemães*: [um] local é *súdito do eixo*, digo é *alemão*. Os feitos deste homem, demonstram *certo partidatismo na causa alemã* pois, segundo alguns, ainda *possue seu fardamento de oficial do exército alemão...* [e] *tem recebido muitos de seus patrícios em sua casa...* Quisera Sr. Dr. Fábio, ser um dos colaboradores dessa campanha a-fim-de, com o meu próprio sangue ser preciso for, fazer retirar de nosso caminho este *perigo infernal...*”<sup>235</sup>

E foi assim, entre fragmentos do passado, que este trabalho observou cenas de uma guerra não só bélica, mas de palavras e imagens que levaram a repressão à comunidade alemã em Pernambuco, durante todo o Estado Novo.

---

<sup>234</sup> A exemplo das chagues do British News Sevice, divulgadas na Folha da Manhã (ver pp. 108-110 deste trabalho).

<sup>235</sup> BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional do Município de Barreiros nº 29.592.

---

## REFERÊNCIAS

## **DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA**

Documentos Impressos:

“Decretos, Actos e Notas do Governo Provisório”. Recife: Imprensa Oficial, 1931/1932.

“O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”,

“O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

Jornais (1937-1945):

Folha da Manhã

Diário de Pernambuco

Prontuários Funcionais:

Consulado americano – 27708/ 29522/ 27869/ 5385/ 28896/ 29034

Cruz vermelha alemã – 6678

O livro Azul (nazismo no Br) – 28354

Prontuário Funcional – 31.249

Prontuário Funcional Alemanha – 1044

Alemanha – 30311

Fábrica Paulista – 31771-A/ 31771-B

Fábrica Paulista – 29366

Fábrica Paulista – 291888

Fábrica Paulista – 29226

Fábrica Paulista (Rio Tinto) – 28251

Fábrica Paulista – 29405

Fábrica Paulista (Partido nazista) – 29238

Companhia de tecidos paulista - 29239

Alemanha – 29444

Companhia de Navegação – 4158

Fábrica Lafayette Moreira e Cia – 5585

O Nazismo no RS – 29214

Clube Alemão – 29094

Clube Campestre, nº 28.053

Federação Brasileira de Escoteiros do mar – 28372

Ala Litória – 1626  
Espionagem – 27524  
Fábio Correa – 5251  
Agência Alemã “Transvean” – 7720  
Restaurantes (1943) – 28471  
IBGE (1941-1961) – 292  
Livrarias, tipografias, etc. – 893 a 900  
Convento do Carmo (1942-1944) – 1028  
Regulador da Marinha (1942) – 1045  
Prontuários de Municípios

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A Construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco. (1937 – 1945).** São Paulo: Ed. Humanitas, 2001;

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento Forçado.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Puc- Rio / Loyola, 2002;

ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade – Os Operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren.** Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997;

ANDRADE, Mário de. **Amar, Verbo Intransitivo.** 17ª Edição, Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2002;

APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da Desconfiança.** Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993.

ARANHA, Graça. **Canaã.** Coleção Letras do Brasil. RS: Ed. Edelbra, 1997;

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo.** Trad. Roberto Raposos. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989;

\_\_\_\_\_. **Da Revolução.** São Paulo/Brasília: Ed. Ática/UNB, 1988;

BARTHES, Roland. **A Câmera Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984;

\_\_\_\_\_. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1982;

BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras: 1891**” (Coleção Constituições Brasileiras; v.2). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001;

BACZCO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaubi**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 05, 1985;

BERTONHA, João Fábio. **História em Movimento: Fascismo, Nazismo, Integralismo**. São Paulo: Ed. Ática, 2000;

BOBBIO, Norbert , MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen C. Varriale .... [et all]. **Dicionário de Política**. 5ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000;

BRECHT, Bertolt. **Terror e Misérias no III Reich**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976;

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997;

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos Anos Trinta e Quarenta**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2001;

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência – A polícia da era Vargas**. 2ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 1994;

\_\_\_\_\_. “De uma sociedade policiada a um Estado Policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30” In: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI. **Revista Brasileira de Política Internacional**. São Paulo: Ano 36, nº 1/1993, pp. 67-86.

CARDOSO, Ciro Flamarion VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997;

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo: Autoritarismo e Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). In: E.I.A.L. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 1, n. 1, enero-junio, 1990;

\_\_\_\_\_. **O Anti-semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. 2ª Edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995;

CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Ed. DIFEL, 1982;

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira, **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. UNB, 1983;

CAPELATO, M<sup>a</sup> Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Ed. Papirus, 1998;

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes do Fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;

DE DECCA, E. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998;

COHEN, Esther. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1988;

COSTA, Eremilda Vieira da. **De Augsburg para Pernambuco - irmãs franciscanas de Maristella formando professoras - Timbaúba - PE - 1938 a 1950**. Recife: Dissertação de Mestrado em Educação, UFPE, 2003;

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Ed. Papirus/UNICAMP, 1993;

EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 1991;

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997;

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001;

FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia A. N. (Org.) **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS DUTRA, Eliana. **O Ardil Totalitário – Imaginário Popular 1930-1945**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed.UFMG, 1997;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979;

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 29ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987;

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª edição, 3ª tiragem, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002;

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. 6ª edição, 1ª reimpressão, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002;

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003;

FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa Germânica (Em Torno de Alguns Aspectos das Relações do Brasil com a Cultura Germânica no Decorrer do Século XIX)**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971;

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, Col. "Ensaio e Memória" n. 4, 1977;

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987;

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991;

GÓES, Raul de. **Um Sueco emigra para o Nordeste – Vida, Obra e descendência de Lundgren**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953;

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Vértice; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1982;

\_\_\_\_\_ e D'Araújo, Maria Celina, **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Ática, série primeiros princípios, 1989;

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambopólis: O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 1930-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1997;

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004;

HILTON, Stanley. **Suática sobre o Brasil: A História da Espionagem Alemã no Brasil (1939-1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977;

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945 (Cinco Estudos)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e as Grandes Potências (1930-39): Os aspectos políticos da rivalidade comercial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977;

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. São Paulo: Ed. Moreas, 1983;

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarita. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995;

\_\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990;

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez Editora, 1998;

JOLY, Martine. **Introdução à análise da Imagem**. Trad. Marina Appenzeller. (Coleção Ofício de Arte e Forma) Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996;

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe e NANCY, Jean-Luc. **O Mito Nazista**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2002;

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: Os Limites do Totalitarismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983;

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1ª edição, 2003;

- LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Ed. Papyrus/UNICAMP, 1986;
- LEWIS, Susan. **O Anti-Semitismo em Pernambuco no Estado-Novo: 1937-1945**. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, UFPE, 1997;
- \_\_\_\_\_. **Indesejáveis e Perigosos na Arena política: Pernambuco, o Anti-Semitismo e a Questão Alemã em Pernambuco**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2005;
- LIPPI, L. Oliveira. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982;
- LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, UFRJ, 1986;
- MACCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995;
- MAGALHÃES, Marionel Dias Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998;
- MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1988.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1996;
- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1986;
- PANDOFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed. Massangana, 1984;
- \_\_\_\_\_. ... [et. al.] (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999;
- PARAÍSO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. 2ª ed. Revisada e ampliada. Recife: Ed. Bagaço, 2003;

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias, v.01. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999;

\_\_\_\_\_. **Prisioneiros de Guerra: Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2002;

PY, Aurélio da Silva. **A quinta coluna no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1942;

POLETTI, Ronaldo. **Constituições brasileiras: 1934** (Coleção Constituições Brasileiras; v.3). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001;

PORTO, Walter Costa. **Constituições brasileiras: 1937** (Coleção Constituições Brasileiras; v.4). Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001;

ROSE, R. S. **Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e o Controle Social no Brasil – 1930-1945**. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 2001;

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de cultura e Desporto do Ceará, 2001;

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A Prisão dos Excluídos – Origens e Reflexões sobre a Pena Privada de Liberdade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1996;

SCHWACZ, Lilia Moritz **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993;

SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991;

SILVA, Giselda Brito. **A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (A.I.B. - PE): 1932-1938**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 1996;

SILVA, Marcília Gama da. **O Dops e o Estado Novo: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco 1930 – 1945**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1996;

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982;

\_\_\_\_\_. Criadores de Mitos: Os Arquitetos da Identidade Nacional Brasileira. In: **O Brasil Visto de Fora**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994, pp. 71-98;

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 2004;

SOUZA NETO, José Maria G. De. **Engenhos De Sons, Imagens E Palavras – Ditadura E Propaganda Na Primeira Metade Do Século XX**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, Resistência e Adaptação: Os Alemães em Passo Fundo e Carazinho Durante o Estado Novo**. Passo Fundo: Mestrado e História, UPF, 2002;

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical – História Cultural e Polêmicas no Brasil 1870-1914**. SP: Ed. Companhia das Letras, 1996.

---

**ANEXOS**

ANEXO 01 - RELAÇÃO DE DECRETOS-LEIS QUE A PARTIR DE 1938 DERAM  
INÍCIO A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL:

1) Decreto-Lei nº 341 (17/03/1938) que regulava a apresentação de uma série de documentos (tais como passaporte, carteira de identidade, atestado de tempo de residência e de bom procedimento no país expedido por autoridade policial) para viabilizar o Registro de Comércio para estrangeiros;

2) Decreto-Lei nº 383 (18/04/1938) que vetou as práticas políticas e associativas estrangeiras, determinando providências e penalidades para qualquer intromissão em assuntos da política interna. Interditava-se por meio deste decreto que os estrangeiros pudessem organizar desfiles, passeatas, comícios ou reuniões; ostentar ou portar bandeiras, uniformes, distintivos, insígnias ou símbolos de partidos estrangeiros; fazer publicidade ou difundir idéias, normas ou programas de partidos políticos estrangeiros;

3) Decreto-Lei nº 392 (27/04/1938) versava sobre a expulsão de estrangeiros por questões de segurança nacional;

4) Decreto-Lei nº 394 (28/04/1938) que regulava os mecanismos para extradição;

5) Decreto-Lei nº 406 (04/05/1938) dispunha sobre a entrada e permanência de estrangeiros determinando providências para que fossem assimilados no território nacional. No tocante a entrada exigia respeito à cota de 2% ficando imediatamente inibidos “os imigrantes que chegados, inválidos, enfermos, mudos, indigentes, ciganos e congêneres”<sup>236</sup>. Para facilitar assimilação formam vetados os núcleos coloniais, centros agrícolas ou colônias para uma só nacionalidade e se instituiu para regular todos esses procedimentos o Conselho de Imigração e Colonização (CIC);

6) Decreto-Lei nº 431 (18/05/1938) definia “os crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social”<sup>237</sup>;

---

<sup>236</sup> BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 06.05.1938M, “Regulando a entrada de estrangeiros no Brasil”, pp. 1.

<sup>237</sup> Consultar BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 21.05.1938M, “A Nova lei de Segurança Nacional”, pp.11. Sobre o mesmo tema ver também BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 19.05.1938M “Promulgada a nova Lei de Segurança Nacional”, pp.1. É interessante recordar que se em 1935 o comunismo centralizava os alardes de medidas de segurança nacional logo no início do Estado Novo, em ressonância com os incidentes integralistas (de março e de maio de 1938) o governo Vargas promulgou mais uma vez alterações na LSN que visavam torná-la ainda mais rigorosa. O Decreto-Lei nº 431 foi então parte desta modificação e continha dentre os seus pontos: a legalização da pena de morte, por fuzilamento secreto nas prisões do Estado; criava novas figuras de crime como a omissão de providências adequadas por parte de autoridades e de publicações inadequadas na imprensa; fechava sindicatos e associações de classe; agravava a pena de indivíduos em condição de *estrangeiros*, militares ou funcionários públicos; tornava inafiançáveis os crimes previstos na LSN e não permitia aplicação de júri.

7) Decreto-Lei nº 554 (12/07/1938) dispõe sobre o inquérito policial para o efeito de expulsão de estrangeiros;

8) Decreto-Lei nº 844 (09/11/1938) regula concessão de lotes de terras, nos núcleos coloniais custeados pelo governo federal, aos reservistas de primeira categoria do Exército;

9) Decreto-Lei nº 868 (18/11/1938) criava a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalizar o ensino de todos os núcleos estrangeiros;

10) Decreto-Lei nº 3.345 (30/11/1938) que expediu o Regulamento de Passaportes;

11) Decreto-Lei nº 4.517 (12/08/1939) criava Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para dirigir medidas de propaganda nacionalista aos cidadãos brasileiros, fiscalizar atividades estrangeiras e planejar junto a instituições, como as polícias políticas, recursos e ações para Segurança Nacional;

12) Decreto-Lei nº 1.545 (25/08/1939) dispunha sobre adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros que deveriam falar e escrever o português com relativa facilidade além de demonstrar aprendizagem da História nacional. De acordo com este decreto se fixava ainda uma cota de 2/3 dos professores serem brasileiros e seus diretores não poderiam ser estrangeiros;

13) Decreto-Lei nº 1.843 (17/12/1939) dispunha sobre a nacionalização do trabalho e a proteção ao trabalhador nacional;

14) Decreto-Lei nº 1.966 (16/01/1940) uniformizou em todo território nacional a taxa de registro de estrangeiros;

15) Decreto-Lei nº 1.968 (17/01/1940) regulou a concessão de terras e vias de comunicação, bem como, o estabelecimento de indústrias na faixa de fronteiras;

16) Decreto-Lei nº 2.009 (09/02/1940) deu nova organização aos núcleos coloniais;

17) Decreto-Lei nº 2.017 (14/02/1940) concedeu facilidades aos nacionais de estados americanos para entrada no território brasileiro;

18) Decreto-Lei nº 3.082 (28/02/1941) tornou obrigatório o registro dos estrangeiros que entraram no país em caráter “temporário”;

19) Decreto-Lei nº 3.175 (07/04/1941) suspendeu a concessão de vistos temporários e permanentes para entrada de estrangeiros no país, excetuando determinadas categorias e nacionalidades como a estadunidense.

ANEXO 02 - BR/APEJE/HEMEROTECA/FOLHA DA MANHÃ, 10.06.1938M,  
 "REORGANIZANDO O FUNCIONALISMO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA", pp.7

I — GABINETE DO SECRETARIO				(CONTINUA)	
CLASSIFICAÇÃO	PESSOAL	VENCIMENTOS			
		Mensal	Annual	Totais	
Parte fixa					
1	Secretario da Segurança .. . . . . .	2.000\$000	24.000\$000	24.000\$000	
1	Continuo .. . . . . .	270\$833	3.250\$000	3.250\$000	27.250\$000
Delegacia Auxiliar, de Investigações e Capturas e de Ordem Política e Social:					
1	Delegado Auxiliar .. . . . . .	1.600\$000	19.200\$000	19.200\$000	1
1	Delegado de Investigações e Capturas .. . . . . .	1.600\$000	19.200\$000	19.200\$000	1
1	Delegados Districtaes .. . . . . .	1.300\$000	15.600\$000	46.800\$000	2
3	Delegado de Ordem Política e Social .. . . . . .	1.600\$000	19.200\$000	19.200\$000	9
1	Commissario de Ordem Política e Social .. . . . . .	1.000\$000	12.000\$000	12.000\$000	8
1	Commissarios .. . . . . .	600\$000	7.200\$000	129.600\$000	2
18	1s. Escrivães .. . . . . .	450\$000	5.400\$000	43.200\$000	28
8	2s. Escrivães .. . . . . .	350\$000	4.200\$000	12.600\$000	20
3	3s. Escrivães .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	3.600\$000	90
1	Radio-telegraphista .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	3.600\$000	50
1	Dactylographo .. . . . . .	450\$000	5.400\$000	81.000\$000	27
15	Investigadores de 1.ª classe .. . . . . .	400\$000	4.800\$000	264.000\$000	6
55	Investigadores de 2.ª classe .. . . . . .	270\$833	3.250\$000	657.250\$000	1
1	Continuo .. . . . . .				1
Directoria do Expediente e Contabilidade:					
1	Director .. . . . . .	1.600\$000	19.200\$000	19.200\$000	1
4	Chefes de Secção .. . . . . .	950\$000	11.400\$000	45.600\$000	1
3	1s. Escripturarios .. . . . . .	700\$000	8.400\$000	25.200\$000	
4	2s. Escripturarios .. . . . . .	530\$000	6.360\$000	25.440\$000	
6	3s. Escripturarios .. . . . . .	400\$000	4.800\$000	28.800\$000	
1	4.º Escripturario .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	3.600\$000	
3	Dactylographos .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	10.800\$000	G
1	Continuo .. . . . . .	270\$833	3.250\$000	3.250\$000	G
1	Zelador .. . . . . .	250\$000	3.000\$000	3.000\$000	G
1	Chefe de garage .. . . . . .	350\$000	4.200\$000	4.200\$000	
2	Motoristas do Secretario .. . . . . .	350\$000	4.200\$000	8.400\$000	
6	Motoristas .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	18.000\$000	195.490\$000
— Parte variavel —					
	Representação do Secretario .. . . . . .	1.000\$000	12.000\$000	12.000\$000	
	Gratificação ao Official de Gabinete .. . . . . .	500\$000	6.000\$000	6.000\$000	
	Gratificação a dois commissarios da Delegacia de Investigações e Capturas .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	7.200\$000	
	Gratificação ao Commissario da Delegacia Auxiliar .. . . . . .	200\$000	2.400\$000	2.400\$000	
	Gratificação a doze Delegados Regionaes .. . . . . .	100\$000	1.200\$000	14.400\$000	
	Gratificação a setenta Delegados Municipaes .. . . . . .	50\$000	600\$000	42.000\$000	
	Gratificação a investigadores addidos e especiaes .. . . . . .		96.000\$000	96.000\$000	180.000\$000
				1.059.990\$000	
II — GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO					
CLASSIFICAÇÃO	PESSOAL	VENCIMENTOS			
	Parte fixa:	Mensal	Annual	Totais	
1	Director .. . . . . .	1.000\$000	12.000\$000	12.000\$000	
4	1s. Escripturarios .. . . . . .	700\$000	8.400\$000	33.600\$000	
2	2s. Escripturarios .. . . . . .	530\$000	6.360\$000	12.720\$000	
4	3s. Escripturarios .. . . . . .	400\$000	4.800\$000	19.200\$000	
1	Photographo chefe .. . . . . .	483\$333	5.800\$000	5.800\$000	
2	Photographos ajudantes .. . . . . .	310\$000	3.720\$000	7.440\$000	
3	Dactylographistas .. . . . . .	208\$333	2.500\$000	7.500\$000	
1	Continuo .. . . . . .	270\$833	3.250\$000	3.250\$000	
1	Servente .. . . . . .	180\$000	2.160\$000	2.160\$000	
1	Dactylographo .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	3.600\$000	
				107.270\$000	
III — INSTITUTO MEDICO LEGAL					
CLASSIFICAÇÃO	PESSOAL	VENCIMENTOS			
	Parte fixa:	Mensal	Annual	Totais	
1	Director .. . . . . .	1.000\$000	12.000\$000	12.000\$000	
2	Medicos legistas .. . . . . .	700\$000	8.400\$000	25.200\$000	
1	Medico analysta .. . . . . .	700\$000	8.400\$000	8.400\$000	
1	3.º Escripturario .. . . . . .	400\$000	4.800\$000	4.800\$000	
1	Conservador .. . . . . .	388\$750	4.625\$000	4.245\$000	
2	2s. Escrivães .. . . . . .	350\$000	4.200\$000	8.400\$000	
1	Enfermeiro .. . . . . .	166\$666	2.000\$000	2.000\$000	
1	Administrador do necroterio .. . . . . .	238\$333	2.860\$000	2.860\$000	
1	Continuo .. . . . . .	270\$833	3.250\$000	3.250\$000	
1	Auxiliares de necropsias .. . . . . .	200\$000	2.400\$000	4.800\$000	
2	Serventes .. . . . . .	180\$000	2.160\$000	6.480\$000	
1	Dactylographo .. . . . . .	300\$000	3.600\$000	3.600\$000	
				86.215\$000	
				86.215\$000	

ANEXO 03 - BR/APEJE/HEMEROTECA/FOLHA DA MANHÃ, 10.06.1938M,  
 "REORGANIZANDO O FUNCIONALISMO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA", pp.7

IV - INSPECTORIA GERAL DO TRAFEGO PUBLICO E DA GUARDA CIVIL			
CLASSIFICAÇÃO			
PESSOAL			
Parte fixa :	Mensal	Annual	Totais
1 - Inspector Geral .....	1:000\$000	12:000\$000	12:000\$000
1 - 1.º Escriptuario .....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
2 - 2s. Escriptuarios .....	530\$000	6:360\$000	12:720\$000
9 - 3s. Escriptuarios .....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
8 - 4s. Escriptuarios .....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
2 - Dactylographos .....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
28 - Fiscaes Geraes .....	350\$000	4:200\$000	117:600\$000
20 - Fiscaes de 1.ª classe .....	300\$000	3:600\$000	72:000\$000
80 - Fiscaes de 2.ª classe .....	250\$000	3:000\$000	270:000\$000
50 - Guardas de 1.ª classe .....	260\$000	3:120\$000	156:000\$000
270 - Guardas de 2.ª classe .....	200\$000	2:400\$000	648:000\$000
1 - Chefe do Trafego .....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6 - Motocyclistas .....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
1 - Identificador de machinas .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 - Motorista .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
			<u>1.412:520\$000</u>
			<u>1.412:520\$000</u>
- Parte variavel -			
Gratificação adicional por tempo de serviço .....	342\$850	4:111\$800	4:111\$800
Gratificação aos membros da Commissão de exame .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
Gratificação aos membros da commissão de vistoria .....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
			<u>12:511\$800</u>
			<u>1.425:031\$800</u>
			<u>1.425:031\$800</u>
V - CASA DE DETENÇÃO			
CLASSIFICAÇÃO			
PESSOAL			
Parte fixa :	Mensal	Annual	Totais
1 - Director .....	1:000\$000	12:000\$000	12:000\$000
1 - Sub-Director .....	530\$000	6:360\$000	6:360\$000
1 - 3.º Escriptuario .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
5 - 4s. Escriptuarios .....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
1 - Dactylographo .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 - Servente .....	180\$000	2:160\$000	2:160\$000
1 - Medico .....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1 - Pharmaceutico .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 - Enfermeiro .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 - Dentista .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3 - Mestres de officina .....	360\$000	4:320\$000	12:960\$000
1 - Electricista .....	360\$000	4:320\$000	4:320\$000
32 - Guardas .....	270\$000	3:240\$000	103:680\$000
			<u>190:080\$000</u>
- Parte variavel -			
Gratificação a dois chefes de quarto .....	20\$000	240\$000	480\$000
Diarias destinadas a detentos e operarios das officinas .....		50:000\$000	50:000\$000
			<u>50:480\$000</u>
			<u>240:560\$000</u>
			<u>240:560\$000</u>
Art. 9.º - O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.			
§ Único - Os funcionarios, cujos cargos foram transformados, servirão com os seus titulos vigantemente apostillados.			
Art. 10.º - Revogam-se as disposições em contrario."			

ANEXO 04 - BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, PRONTUÁRIO FUNCIONAL Nº 29.653,  
CÓPIA FEITA PELA DOPS-PE DA MATÉRIA “ESPLENDOR E MISÉRIA DA  
ESPIONAGEM NAZISTA EM PERNAMBUCO”, DO PERIÓDICO CARIOCA  
DIRETRIZES, DATADA DE 03.04.1943

“AS PRINCIPAIS FIGURAS DA ESPIONAGEM NAZISTA EM PERNAMBUCO

A repressão às atividades nazistas em Pernambuco tiveram início em 1938. Funcionava, então, como já referi em linhas acima, na cidade industrial de Paulista, onde há um núcleo de 50 alemães, o partido da cruz swástica, que foi fechado e do qual dá-nos uma idéia a fotografia junta ( doc. n. 1). A partir daquela época, passaram os alemães suspeitos de atividades políticas a ser observados.

No prontuário de E. K., que era o chefe do partido hitlerista no nordeste, fomos encontrar um relatório do serviço secreto da polícia, datado de 30 de maio de 1938 e em que merecem atenção os trechos seguintes :

“Em Recife está organizada uma filial do Partido Nazista, com sede avulsa, recebendo orientação, mensalmente, da Alemanha, por intermédio do consulado alemão neste Estado, tendo como chefe principal o alemão de nome E. K. .”

A filial referida já organizou sub-filiais em Paulista e em Rio Tinto.

Em João Pessoa, o contador K., do Banco do Povo, mantém ligação direta com o seu patricio ali comerciante, de nome E. J., que, segundo informações, é membro especial do Serviço Secreto alemão. J., dos fins do ano de 1935 a esta data, já viajou oito vezes para a Alemanha, não se justificando as suas viagens verdadeiramente dispendiosas em contraste com os lucros comerciais, pois por duas vezes, viajou de Zepelin, achando-se, presentemente, na Alemanha, donde voltará pelo vapor “Conte Grande”.

Vários outros relatórios e partes de serviço existem em outros pontuarias, todos fazendo certo que a polícia pernambucana não perdia de vista os estrangeiros suspeitos.

E. J.

E. J., por exemplo, citado nos trechos acima transcritos e cujo prontuário apresenta inúmeras observações, foi detido em maio de 1940 no momento em que procurava embarcar para a Alemanha numa das suas habituais viagens a esse país. Em plena guerra já, com as naturais dificuldades de transporte, causou espécie essa viagem de E. J., cuja bagagem foi revistada, tendo sido apreendidos vários documentos em alemão, em linguagem meio suspeita. Sem elementos seguros que justificassem a sua permanência na prisão, deliberou a polícia pernambucana impedir á sua ida para a Alemanha, para onde seguiu ele, enfim, embarcando em Natal num dos aviões da Lati, e onde permanece.

DOIS QUINTA-COLUNAS DO JORNALISMO CARIOCA

Em julho de 1940, surgiram no Recife dois jornalistas brasileiros em atividades suspeitas G. M. M. e N. L. F.. Detidos, prestaram declarações francamente comprometedoras. O prontuário do primeiro apresenta, logo de início, o seguinte:

“Preso juntamente com seu colega de imprensa, N. L. F., por terem procurado arrendar o Diário da Manhã, pretendendo mudar a orientação do mesmo em favor de uma propaganda clara e sem restrições em prol da Alemanha, a troco de anúncios de casas alemãs e italianas. Explicando suas atividades, os referido jornalistas declararam contar, aqui, com o prestígio e a colaboração de firmas alemãs, ou brasileira dirigidas por alemães, e do sr. J. S., secretario do Consulado do Reich nesta Capital .”

G. M. M., em seu depoimento prestado na Delegacia de Ordem Política e social, a 6 de julho de 1940, afirmava:

“Que conhece o sr. C. H., filho do Cônsul Alemão nesta cidade; que freqüentava o consulado alemão, em companhia da Napoleão L. F.; que, por duas vezes, esteve o declarante na firma Herm. Stoltz e Cia. Ltda., á procura do sr. S. , gerente da mesma firma.”

Nessa altura salientamos que C. e S., que os quais teve contacto o jornalista M. M. , acham-se recolhido ao Presidio Especial, como réus confessos de espionagem a favor do Eixo.

Nas buscas procedidas na firma Herm. Stoltz, após o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, foi a policia encontrar a prova plena de que aqueles dois indivíduos aqui estiveram em meados de 1940 a soldo dos alemães.

Trata-se do documento cuja copia fotográfica publicamos: (doc., n. 2). A atitude da policia, prendendo por 30 dias os jornalistas referidos e expulsando-os do Estado, deu margem a que os mesmos dirigissem pesados insultos ás autoridades pernambucanas, através de certo jornal que se edita na Capital Federal.

#### F. K. OU F. K.

Preso, no Rio, a 18 de março deste ano. Alemão, casado, com 37 anos, profissão comércio. Esteve em Recife em fins do ano findo. Chegou pelo avião Curupira em 10-10-941, hospedando-se no Grande Hotel, procedente do Rio, para onde regressou a 16 do mesmo mês, isto é, seis dias após.

Inquirido pela policia marítima, naquela época, declarou residir no Rio de Janeiro, onde trabalhava para a firma “Informador Rápido Ltda.”, com sede á rua Visconde de Inhaúma, 39 - 1º andar. Prosseguindo, a policia pernambucana em suas investigações em face do caráter suspeito da vinda de K. a este Estado, apurou mais que o mesmo chegou ao Brasil há 18 anos, quando contava, portanto 19 anos de idade, tendo trabalhado, há tempo atras, na Companhia de Tecidos Paulista.

Da sua ficha na Delegacia de Ordem Política e Social, consta, ainda, o seguinte detalhe: “Disse que veio ao Recife a negócios de sua firma para abrir uma abencia de “Informador Rápido”.

Observando-o durante os 6 dias em que esteve nesta capital, veio a policia a conhecer as suas ligações com o alemão C. F. , residente nesta cidade há mais de 30 anos e com escritório de representações á rua de Bom Jesus.

Passou a policia, então, a observar os movimento de F., com o máximo cuidado.

Preso, no momento oportuno, fez F. importantes revelações á policia sobre os objetivos da viagem de F. K. a esta capital, consoante se verá pelo seu depoimento prestado á Delegacia de Ordem Política e Social, em data de doze (12) do mês de março e que abaixo transcrito em seus principais tópicos:

“...que em mil novecentos e trinta e oito organizou a firma C. F. e Companhia, nesta capital, que explora o comercio de representações; que, em princípios do ano próximo

passado recebeu da firma “Informadora Rápida Ltda.” do Rio de Janeiro, uma carta pedindo-lhe fornecer dados sobre diversas firmas desta capital as quais eram indicadas na aludida carta; que, prestadas as informações pedidas, ficou o declarante como representante daquela firma nesta cidade prestando inúmeras outras informações sobre firmas que lhe eram indicadas em cartas que recebera posteriormente, muitas das quais eram assinadas pelo senhor F. K. ; o qual lhe solicitou enviar, com regularidade, informações sobre o movimento de entrada e saída de navios ingleses no porto desta cidade; que ficou estabelecido entre o declarante e o senhor K. um código ligeiro para as comunicações referentes ao assunto; que, desse código, a maioria das palavras se referia a objetos de ferro, como sejam: canos ,dobradiças, parafusos, etc.; ...que as comunicações acima referidas não eram enviadas diretamente a F. K. e sim a “Percedo”, caixa postal três mil cento e sessenta (3160) ou três mil trezentos e sessenta (3360), no Rio de Janeiro; que, para telegramas, usava o endereço telegráfico – Dedéa ou Dadéa -; que não sabe informar se suas comunicações eram enviadas á Alemanha, nem pode adiantar qual o meio empregado pelo senhor K. para transmitilas para a Europa; que aceitou a incumbência do já referido K. porque esse seu trabalho seria em favor da Alemanha;”

Esse depoimento foi imediatamente encaminhada á Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, com o seguinte officio firmado pelo Dr. Fábio Corrêa, Delegado de Ordem Política e Social nesta Estado:

“Recife, 12 de março de 1942. Officio n ° 183. - Ilmo. Sr. Dr. Aladio Amaral, D.D. delegado especial de Segurança Política e Social, interino. - RIO.

Anexando ao presente uma copia das declarações prestadas, nesta Delegacia, pelo alemão C. F., solicito-vos a fineza de providenciardes no sentido de ser procedida rigorosa sindicância sobre as atividades de F. K., ai residente e referido no depoimento anexo.

Agradecia fosse essa Delegacia informada dos resultados obtidos, bem como do que conseguirdes apurar a respeito da caixa postal e endereço telegráfico “Percedo” também citados por C. F. ...Atenciosas saudações.

(a) Fábio Corrêa , Delegado”.

H. F. J. V. H.

Preso no Rio no dia 19 de março deste ano.

A respeito de H. J. v. H. , também possui a policia pernambucana importantes dados, igualmente transmitidos, em princípios de março, á policia do Distrito Federal.

Chegou a esta capital, procedente do Rio, em 4/7/941, pelo avião Caiçara. Esteve no Grande Hotel até o dia 12, quando embarcou pelo avião Aracy para Belém do Pará, onde regressou a 16 do mesmo mês, prosseguindo viagem, no dia imediato, para o Rio.

Observado nesta capital, durante a sua curta demora, anotou a policia as suas ligações com H. S., da firma Herm. Stoltz & Cia.

Observou, ainda, a Delegacia de Ordem Política e Social que estiveram ambos á rua da Aurora, 1049, em casa do alemão W. G., técnico de radio nesta cidade.

Prosseguindo nas suas observações em torno de H. S. e W. G., veio a policia a apurar a finalidade da visita feita a este último. H. propoz a W. G. a montagem de um aparelho portátil de rádio emissor clandestino nesta capital (aparelho que seria fornecido por ele, H.), o que não foi levado a efeito.

A esse respeito os acusados H. S. e W. G. prestaram depoimento, em princípios de março, na Delegacia de Ordem Política e Social, consoante se verá a seguir:

“...Que, em princípios de julho do ano passado recebeu a visita do senhor H. F. J. v. H., mais conhecido por H. H., que se apresentou como agente da firma T. W. e Companhia Limitada, com a incumbência de tratar de assuntos de couro; que, aquele representante, em conversa com o declarante, solicitou a fineza de apresenta-lo a um técnico de radio nesta cidade; que, atendendo ao pedido do mesmo, levou-o á residência de W. G., técnico em matéria radio-telegrafica, com quem mantinha o declarante relações comerciais para concertos de radios-receptores e outras peças de aparelho elétrico; que, durante a conversa do senhor H. H. com o W. G. , o declarante apenas ouviu trechos da mesma, pois, se achava muito curioso com os objetos artísticos da casa do citado técnico; que, entretanto, constatou ter girado aquela conversa sobre assunto de rádio; que, antes de embarcar, o senhor H. solicitou ao declarante receber a resposta da proposta que fizera a W. G. ;”. (Das declarações de H. H. S., prestadas na Delegacia de Ordem Política e Social, em 25/2/1942).

“...que, ha cerca de oito meses, foi procurado pelo senhor S. e um outro cidadão alemão, em sua residência, ás dez horas do dia, pedindo-lhe o companheiro do dito S. uma proposta para a instalação de uma estação transmissora de ondas curtas; que essa transmissora deveria ser portátil, dando aquele alemão a estação de radio já pronta, cabendo ao declarante apenas instala-la; que o citado alemão ainda solicitou do declarante a sua opinião sobre o local onde poderia ser instalado aquele transmissor, e , ainda, a indicação de um radio-telegrafista; que o senhor H. S. assistiu toda a conversa do declarante e com o aludido alemão, a qual durou uns quinze minutos, sem dar opinião sobre o assunto; que não se recorda do nome dado pelo aludido companheiro de S., pois, apenas o viu uma vez;.”( Das declarações de Walter Grapentin, prestadas na Delegacia de Ordem Política e Social, em 25/2/1942).

O resultado dessa sindicância foi imediatamente transmitido pelo Dr. Etelvino Lins, em telegrama reservado, ao Major Filinto Muller, enquanto que os depoimentos aludidos eram enviados, a cinco de março corrente, pelo Dr. Fábio Corrêa, ao Delegado Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, acompanhados de um ofício em que se lê o seguinte trecho:

“Em telegrama reservado do Secretario de Segurança Publica, dirigido ao Major Filinto Muller, foi o fato comunicado, sendo-lhe solicitadas as providencias necessárias á localização e apreensão de estações clandestinas que irradiam assuntos de espionagem para estações alemães e sobre as quais H. F. J. v. H. muito poderá falar. Junto a este, por cópia, os depoimentos prestados por H. S., gerente da firma Herm Stoltz & Cia, e W. G., que esclarecem devidamente as atividades do alemão H.. Dessa forma está esclarecida a identificação do citado Humberto ( H.), - signatário de quase todas as mensagens transmitidas do Brasil para a Alemanha.”

#### E. B.

Este , preso no Recife, de 18 de dezembro a 1º de fevereiro de 1942. Posto em liberdade, por não terem sido positivadas as suas atividade a favor do Eixo, seguiu para o Rio em princípios de março. Por essa época, apurou a policia pernambucana que E. B. era, indiscutivelmente, um espião nazista, solicitando, incontinenti, a sua prisão ao cap. Batista Teixeira, a quem fez enviar os documentos que o comprometiam.

#### S. J.

Chegou esse húngaro a Pernambuco pelo vapor Pedro Segundo, a 20 de setembro de 1941, procedente do Rio.

Observado logo após o seu desembarque, concluiu, facilmente, a policia tratar-se de um indivíduo suspeito.

Vale transcrever aqui alguns trechos das inúmeras “Campanas” a que foi submetido durante os dias em que esteve no Recife e que fomos encontrar no seu “rico prontuário:

“Dia 26-9-941. – Às 9,20, ao deixar o hotel, dirigiu-se ao Banco do Nordeste, onde falou com o sr. Be. sobre a venda de uma casa situada na rua Pessoa de Melo, na Madalena, essa esta avaliada em trinta e seis contos. Esteve passeando na rua do Imperador. Dirigiu-se a Casa Bancária Magalhães Franco, onde realizou operações de cambio. Em seguida, foi ao Edificio dos Correios e Telégrafos onde pouco se demorou. Rumou á Companhia Costeira e em seguida ao Consulado Inglês. Esteve na Confeitaria Bitijinha e depois na Avenida Cruz Cabugá, onde visitou uma casa localizada logo após o Mercado de Santo Amaro, a qual parece ter o numero 102. Às 12,20 voltou ao hotel. Usou para transportar-se aos diferentes pontos o carro de aluguel n. 906 Depois das 16,20 esteve no cais de Sta. Rita, seguindo, momentos após, para o cais da Madre de Deus, mantendo ali animada palestra com o pessoal da barçaça “Maria Giezela”, falando em voz alta e gesticulando muito. Dita barçaça achava-se carregada com toneis e ele permaneceu falando durante 15 minutos. Em seguida foi á Companhia Costeira, demorando-se ali muito pouco. No Cais do Porto, para onde dirigiu-se, misturou-se aos trabalhadores, custando muito a sair”...

Observado, desse modo, durante alguns dias, foi detido e submetido a interrogatório, procedendo-se á necessária busca em sua bagagem. Foram encontrados, então, dois passaportes com o seu nome: um diplomático e outro comum, cuja fotografia publicados (docs. nº 3 e 4).

Era o bastante... A 4 de outubro de 1941, isto é 15 dias após o seu desembarque em Pernambuco, S. J. ou S. voltava, desmoralizado, como espião, ao Rio de Janeiro.

Fugindo do Rio, após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, a bordo de um navio espanhol, acha-se S. como prisioneiro dos ingleses ( que o fizeram retirar de bordo em alto mar) em Trinidad.

#### T I N T A I N V I S I V E L

Perante o Delegado de Ordem Política e Social aos 28 dias do mês de março deste ano, o espião H. S. que exercia as funções de gerente e sócio da firma Herm. Stoltz, desta praça, prestou o seu terceiro depoimento, em torno de suas atividades no Estado.

Conforme se verifica dos trechos abaixo transcritos, os espiões nazistas emprestavam, em sua correspondência, processos químicos que tornavam invisíveis os termos das mensagens trocadas entre si e que com o emprego de “soluções reveladoras” deixavam transparecer, claros e legíveis, os textos das mesmas.

A polícia apreendeu, em casa do espião H. S., duas garrafas desse líquido.(doc.5).

São os seguintes os trechos do depoimento aludido:

“... que H. F. J. v. H. (H. H.) foi-lhe apresentado por uma carta do senhor O. M., sócio e chefe da secção da firma Herm. Stoltz no Rio de Janeiro; que, posteriormente, esse senhor informou ao declarante ter feito aquela apresentação a pedido do próprio H. H. a quem conhecia de trabalhos comerciais; que H. desejava encontrar no Recife uma pessoa a quem pudesse confiar a incumbência de remeter para a Alemanha relações dos manifestos de exportação, para fins econômicos, e, em casos especiais, avisar para ele, Humberto, no Rio por carta ou telegrama certos movimentos marítimos; que recusou aceitar essa incumbência por não lhe parecer oportuno, indicando, porem, ao mencionado H. , o seu conhecido de nome C. W. ; que este, atendendo ao convite de H. H. declarou-se pronto a prestar-lhe certas explicações a respeito de teia comunicações quando lhe fossem solicitadas; que os aludidos H. e C. W. entraram em entendimento direto, combinando detalhes; que, certa noite, o declarante reuniu-se em sua casa com esses dois senhores, tendo H. explicado então o método de que se deveria servir C. W. para transmitir as informações pedidas, método esse que consistia no emprego de uma solução, que então forneceu, e que deixava a escrita invisível, sendo necessária outra solução reveladora para ser conhecida; que, se não lhe falha a memória, a primeira das soluções aludidas, era de sulfato de zinco, geralmente usada como “remédio para olhos”; que H. H. igualmente forneceu a solução reveladora de cuja composição o declarante não se recorda; que somente esta solução ficou sob a guarda do declarante, tendo C. W. conduzido a outra; que naquela reunião H. demonstrou praticamente o processo que acabara de expor; que, conforme consta ao declarante, durante as primeiras semanas que se seguiram á partida do mencionada H., C. W. transmitiu poucas comunicações para o endereço indicado na Alemanha,

endereço esse que o declarante ignora; que, dias depois, o mesmo W. , em conversa com o declarante, disse que havia encontrado certas dificuldades no desempenho da missão que lhe fora confiada por H. H., mostrando-se mesmo receioso em prosseguir naquela tarefa; que desconhece se C. W. fez uso das mencionadas soluções, visto como nunca lhe foi pedida e que se achava em seu poder; que, tempos depois, com o embarque do citado W. para o sul do país, em viagem de recreio, ficou esse serviço interrompido; que W. regressou ao Recife e aqui demorou pouco tempo por haver sido removido para São Paulo, não sabendo o declarante se durante os últimos dias de sua permanência nesta cidade teria o mesmo W. feito novas transmissões para a Alemanha; que durante a viagem desse estrangeiro ao sul do país, o declarante recebeu, do Rio, escrita pelo “processo invisível”, uma carta de H. H. , na qual este lhe perguntava por duas cartas suas encaminhadas para o “endereço protetor” e pedia notícias marítimas; que não se recorda de ter dado resposta a essa carta, e, se o fez, foi negativamente quanto às duas cartas reclamadas, omitindo por completo qualquer alusão ao assunto marítimo; que mantém integralmente as suas declarações anteriores sobre a participação que teve no encontro de H. H. com W. G. , quando foi estudada a possibilidade da montagem de uma estação de rádio;. que as “soluções reveladoras” a que já se referiu, estavam ainda hoje, guardadas em um armário, na residência do declarante, onde foram entregues ao delegado que a este preside . Nada mais disse pelo que mandou o delegado encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, assina o declarante, com as testemunhas G. T. M. e O. V. R. e comigo , escrivão que o escrevi. (aa) - Fábio Corrêa de Oliveira Andrade. H. H. S. . G. M. . O. V. R. . A. F. de M. S. .”

#### R. P. ACUSA O SECRETARIO DO CONSULADO ALEMÃO SR. J. S.

R. H. E. P., que até março do corrente ano foi empregado de Herm, Stoltz & Cia., desta praça, ao tempo em que exercia as funções de chefe do serviço marítimo e aéreo daquela firma, foi procurado por J. S., de quem aceitou a incumbência que esclarece nos trechos abaixo transcritos do seu depoimento prestado na Delegacia de Ordem Política e Social, no dia 2 de março do ano em curso:

“...que em dias de julho de mil novecentos e quarenta, foi chamado ao Consulado Alemão nesta cidade, pelo senhor J. S., respectivo chanceler, que lhe disse precisar obter seguras informações a respeito do movimento de navios inimigos e neutros nos portos de Recife, Natal e Fortaleza, recomendando-lhe de modo especial os navios cuja carga se destinasse a Inglaterra; que prometeu ao mesmo S. providenciar no sentido de atender á sua recomendação, e, como não o fizesse logo, foi dois ou três dias após, chamado novamente pelo referido chanceler que quis saber das providencias tomadas; que, após esse segundo entendimento com J. S. , o declarante escreveu, ainda no citado mês de julho, uma carta endereçada a E. L., em Natal no Rio Grande do Norte, Agente da Companhia Hamburguesa Sul-Americana (H.S.D.G.)

naquela capital pedindo-lhe dados sobre o movimento de navios no porto daquela cidade; que até hoje não recebeu resposta da carta em referencia, supondo todavia que esta foi dada diretamente ao Consulado Alemão nesta cidade; que carta semelhante foi pelo declarante dirigida á firma Parchen e Companhia, agente do Lloyd Alemão (U.D.L.) em Fortaleza, Ceará, da qual também não obteve resposta; que se lembrou de dirigir-se no mesmo sentido a W. Sc., alemão estabelecido com casa comercial na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, não tendo, entretanto, chegado a fazê-lo;”

C. V. D. S. OU C. V. S. F.

Esse indivíduo, de há muito, vinha merecendo a vigilância da polícia pelas suas intimas e suspeitas ligações com os elementos mais reconhecidamente germanofilos dentro e fora da colônia alemã nesta capital.

Teuto-brasileiro, filho do Cônsul alemão, sempre demonstrou entusiasmo pelo nazismo, o que lhe valeu ser escolhido para dirigir a propaganda alemã neste Estado.

Em 1941, viajou para o Rio, onde se ligou com o alemão C. M., com quem passou a corresponder-se sob o pseudônimo de H. , - enviando-lhe informações do movimento marítimo do nosso porto.

Nas recentes diligencias da policia paulista, foram apreendidos documentos que evidenciam suas atividades e participação na rede de espionagem alemã dirigida por N. C. .

#### OFENSAS Á DIGNIDADE DO BRASIL

Ex-diretor-técnico da Companhia de Tecidos Paulista, W. F. B., na noite de 26 de março último, reunido a um grupo de patrícios seus, achincalhou a dignidade do Brasil, assacando insultos ao poderio das nossas forças armadas e á eficiência dos nossos meios de defêsa.

Preso, acha-se recolhido ao Presidio Especial, juntamente com seus patrícios, tendo o Delegado de Ordem Política e Social comunicado o caso ao exmo. sr. Secretario da Segurança, encaminhando o processo de expulsão do Território Nacional contra os mesmos instaurado, conforme officio abaixo transcrito:

“Officio n. 448 . Recife, 1 de junho de 1942. Exmo. sr. Dr. Secretario da Segurança Publica. Passo ás mãos de V. Excia. para o conveniente destino o inquérito instaurado nesta delegacia para apurar as responsabilidades dos alemães W. F. B., W. J. L., H. F. K., W. O., E. H. e W. H. K. . - acusados autores de insultos tentatorios á dignidade do Brasil, proferidos na noite do dia 26 de março ultimo, quando se encontravam reunidos no bar-restaurant denominado “Clube Europeu”, na cidade de Paulista, deste Estado. Pela leitura das diversas peças, verifica-se que o primeiro daqueles estrangeiros – W. F. B.- aparece como principal responsável pelos fatos denunciados, incidindo, assim, nas penalidades da alínea “a”, n. 1, do art. 2º no decreto-lei n. 479, de 8 de junho de 1938, bem como que de seus precitados patrícios, limitaram-se a rir, á medida que tais insultos eram proferidos, numa demonstração de franco aplauso. Ditos estrangeiros encontram-se recolhidos ao Presidio Especial nesta Capital, á disposição desta Especializada. Seguem, em separado, trinta (30) individuais datiloscópicas com igual numero de fotografias do acusado W. F. B., na conformidade de que prescreve o art. 2º do decreto-lei nº 554, de 12 de julho de 1938. Atenciosas saudações. - (aa) Fábio Corrêa, delegado.””

